

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



# **NO TEMPO EM QUE OS SUÍÇOS ERAM MISERÁVEIS**

**A Formação Da Primeira Colônia Suíça No Brasil**

**CAROLINA ARAUJO GÓES DOS SANTOS**

**2021**

CAROLINA ARAUJO GÓES DOS SANTOS

**NO TEMPO EM QUE OS SUÍÇOS ERAM MISERÁVEIS**

**A Formação Da Primeira Colônia Suíça No Brasil**

Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do Grau de mestre em História, na especialidade de História das Relações internacionais.

Orientadora: Professora Ângela Domingues

2021

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho de Mestrado em História das Relações Internacionais nunca teria se concretizado se não fosse pelas contribuições de todos que dele participaram direta e indiretamente na busca por mais essa conquista, aos quais dedico imenso sentimento de gratidão.

À minha orientadora, Ângela Domingues, que muito contribuiu com as indicações de leitura, conselhos, cobranças, sugestões e mais, com atenção e presteza com que atuou durante todo o processo, mesmo à distância de um oceano e em meio à uma pandemia.

Aos Professores Doutores da Faculdade de História da Universidade de Lisboa que me ensinaram a não julgar os fatos e pessoas históricos com os olhos e sob as regras dos dias de hoje e me inspiraram durante este percurso de estudo: José Manuel Damião Soares Rodrigues, Ana Maria Leal de Faria e Maria Paula Marçal, que muito contribuíram com a construção do meu conhecimento. O meu profundo respeito e agradecimento por ter sido aceita mesmo não sendo historiadora de formação, e sim de coração.

A todos os colegas, participantes deste curso de mestrado, pelos debates, sugestões e críticas. Foram bons momentos de conversa, intercâmbio de conhecimento e incentivo para seguir em frente.

A todos os funcionários da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela sua presteza, atenção e boa vontade na resolução das demandas que levei a esta Instituição.

Um especial agradecimento aos funcionários da biblioteca universitária, que sempre foram impecáveis e incansáveis em me ajudar a encontrar as fontes de pesquisa que procurava e proporcionar um bom ambiente de estudo e pesquisa para os alunos.

Aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, minha admiração e respeito pelo bom serviço que prestam na guarda de documentos tão importantes para a História Nacional e onde passei muitos dias a realizar pesquisas e encontrar muitas respostas para tantas perguntas.

À minha família que sempre me incentivou a seguir os meus sonhos, buscar as respostas que eu procurava e me deu o suporte necessário para que eu concluísse o presente estudo.

## **RESUMO**

O presente estudo pretende apresentar como foi a atuação das diplomacias portuguesa e suíça na criação de Nova Friburgo, uma cidade do Rio de Janeiro fundada por colonos helvéticos num conturbado período histórico, pós-invasões napoleônicas. Aborda as forças profundas que são o conjunto de questões climáticas, econômicas, sociais e religiosas na Europa de começos do século XIX, que contribuíram para a assinatura de um documento com 24 artigos, em maio de 1818, entre o representante do cantão suíço de Fribourg e o rei de Portugal D. João VI para a instauração de uma colônia de povoamento composta por não portugueses no Brasil, com caráter definitivo e a migração de mais de 2000 helvéticos para o Reino do Brasil no ano de 1819.

Palavras-Chave: Colônia Suíça, Imigração Suíça, Suíços no Brasil, Nova Friburgo.

## **ABSTRACT**

The present study intends to present the participation of Portuguese and Swiss diplomacy in the creation of Nova Friburgo, a city in Rio de Janeiro founded by Swiss colonists in a troubled historic time, the post-Napoleonic invasion period. It addresses the deep forces such as climatic, economic, social and religious issues in early-nineteenth century in Europe that contributed to the signing of a Treaty contends 24 articles in May 1818 between the Swiss Canton of Fribourg and the King of Portugal D. João VI for the creation of the first settlement colony composed by non-portuguese in Brazil, with definite character and the migration of more than 2000 Swiss to Brazil in the year 1819.

Key words: Swiss Colony, Swiss Immigration, Swiss in Brazil, Nova Friburgo.

## **Sumário**

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2. UMA SUÍÇA CONGELADA: A Erupção do Tambora e Suas Consequências.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 A Herança Deixada Por Napoleão: A Situação Política e Econômica na Europa .</b>	<b>17</b>
<b>3 UM PROJETO GRANDIOSO .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 Uma Política Por Trás do Projeto .....</b>	<b>43</b>
<b>4 A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA E A AGONIA DA ESPERA EM MIJL.....</b>	<b>49</b>
<b>5 UMA TRÁGICA ODISSÉIA.....</b>	<b>65</b>
<b>5.1 Do Sonho À Realidade: O Que Encontraram Os Suíços.....</b>	<b>68</b>
<b>5.2 Um balanço da colônia de Nova Friburgo: a sua divulgação nos jornais suíços e a criação da Sociedade Filantrópica Suíça (1821).....</b>	<b>74</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>79</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>81</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>85</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objetivo abordar um tema pouco conhecido da história da diplomacia portuguesa, mas importante na História do Brasil. Consiste na chegada, entre 1819 e 1820, de um grupo de imigrantes suíços que iria formar a primeira colônia de europeus não portugueses com caráter permanente em terras brasileiras, na época uma colônia de Portugal; e morada da Família Real e sua Corte, que para lá se mudaram para fugir da invasão napoleônica.

No primeiro capítulo abordarei os fatores climáticos pós-erupção vulcânica na Indonésia, que contribuíram para uma grave crise socioeconômica em todo hemisfério norte do planeta, sobretudo em alguns países europeus de características predominantemente agrícolas. Em muitos lugares, a fome dizimou cidades e muitas famílias partiram de suas terras em busca de melhores oportunidades no estrangeiro. A situação geopolítica europeia durante as invasões napoleônicas também será analisada como fator impulsionador de mudanças. Guerras, alterações de fronteiras e instabilidades provocaram medo, mortes e grandes mudanças.

Ao contrário do que muitos historiadores poderiam fazer em se ater a questões historicamente conhecidas, como a Revolução Industrial, Revolução Francesa e outros marcos da História, venho por meio do presente estudo associar uma causa provocada por fatores da natureza aos acontecimentos socioeconômicos afim de apresentar a interligação destes.

O modo como o projeto migratório foi planejado e as negociações que levaram à assinatura de um acordo internacional, em maio de 1818, entre Suíça e Portugal fazem parte do segundo capítulo, junto com toda a organização para a formação da colônia, desde a escolha do local para a sua implementação, compra das terras relativamente próximas à cidade do Rio de Janeiro, a divulgação do projeto pelos cantões suíços para arregimentar os interessados, a seleção dos candidatos, a contratação das empresas de transporte e a responsabilidade que cabia a cada agente helvético ou lusitano.

Também será possível compreender a política migratória defendida pelos ilustrados portugueses do princípio do século XIX e arquitetada para formar o perfil da nova população da colônia que se tornou sede da monarquia dos Bragança. Com este estudo, podemos perceber os fatores sociais, políticos e econômicos que tiveram um peso decisivo para a vinda dos imigrantes europeus na formação da colônia de povoamento pelo vasto território.

No caso ocorrido com os açorianos enviados pela Coroa para ocupar a bacia platina no princípio do século XVIII, área de grande interesse dos castelhanos que tentavam expandir seus domínios num local estratégico para entrada e escoamento de mercadorias, a Monarquia Portuguesa precisava solucionar duas questões: o sobrepovoação das Ilhas com poucos

recursos para o sustento daquelas famílias que para lá foram levadas também numa política de ocupação de terras conquistadas e a fragilidade das fronteiras no Atlântico Sul.<sup>1</sup>

Nesta situação específica, estamos a falar de cidadãos portugueses, transferidos de território, através de recrutamentos militares ou como obrigação dos vassalos em nome da segurança da América portuguesa, bem diferente do que irei relatar sobre o projeto migratório dos suíços.

O terceiro capítulo demonstra como desde a saída da Suíça até o embarque definitivo nos portos holandeses, os novos colonos passaram por momentos complicados que geraram uma intensa troca de correspondência diplomática. Foram situações de grande tensão devidamente registradas pelas partes envolvidas. Grande parte desta correspondência está guardada e foi fonte de estudo na Torre do Tombo, em Lisboa, onde fica a maioria dos documentos históricos deste o terramoto de 1755, que destruiu Lisboa, e nos arquivos da Biblioteca Cantonal de Fribourg, na Suíça, onde estão cuidadosamente guardados e à disposição dos pesquisadores, os documentos e cartas relativas à colônia de Nova Friburgo, além das antigas edições dos jornais da época que em Portugal, no Brasil e na Suíça muito falaram sobre a formação deste eldorado europeu no Novo Mundo.

No quarto capítulo, aproveito da literatura de viagem escrita no diário de bordo do padre Jacob Joye que acompanhou os colonos desde a saída do lago de Estavayer, sua estada na Holanda à espera do embarque e depois os momentos a bordo do veleiro Urânia, um dos sete navios que superaram os perigos do Atlântico em direção ao Brasil. Dois livros também narram esta épica viagem transatlântica e foram utilizados como base para o presente estudo. São eles: *Terre! Terre!*, 1939, escrito por Georges Ducotterd e Robert Loup, uma récita da emigração helvética para o Brasil, e *A Gênese de Nova Friburgo*, 1988, de Martin Nicoulin, ambos escritos por suíços.

No capítulo 5, falo sobre a impressão que tiveram os suíços ao desembarcarem no Brasil e a epopeia para chegarem à terra prometida. O que a organização previa e o que realmente aconteceu. Que reações tiveram os suíços e como ficou o projeto posteriormente. A historiadora brasileira descendente dos suíços, Gisele Sanglard, escreveu sua tese de mestrado sobre a colônia de Nova Friburgo através das cartas trocadas entre parentes e amigos, divididos por um oceano entre o novo e o velho continente. Estas cartas são os registros históricos desta etapa da ambiciosa empreitada orquestrada por um empresário que se tornou diplomata e convenceu quase dois mil indivíduos a seguirem os seus planos.

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, José Damião. **Da periferia insular às fronteiras do Império**. Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, 2010.



A correspondência trocada entre os cônsules dos respectivos países e os responsáveis pela construção da colônia na área de uma fazenda situada no Morro Queimado, numa serra distante, a 140 Km do Rio de Janeiro, mostram as dificuldades que a diplomacia e a administração do governo português tiveram para conseguir realizar esta empreitada.

Vale-se de procedimentos de coletas de dados dos mais variados, mas foi nas cartas manuscritas trocadas entre os cônsules portugueses destacados na Suíça, Holanda, França e seus pares dos outros países envolvidos e os responsáveis pelo empreendimento (termo muito usado para denominar o projeto de imigração dos suíços) que se tem uma real dimensão da grandiosidade do projeto e de toda a dificuldade de ter sucesso nele.

Fica também muito claro como era importante para a reputação de Portugal perante outras forças políticas da época que tudo ocorresse da melhor maneira possível ou que, ao menos, fosse essa a imagem divulgada pela imprensa e também pelas cartas enviadas pelos colonos para seus familiares não apenas na Suíça, como em outros países da Europa, a fim de dar continuidade ao processo de branqueamento da população no Reino do Brasil, que a esta altura era composto em sua maioria por negros africanos e seus descendentes.

A ideia era que esta fosse a primeira de muitas colônias de povoamento de europeus, que visava ocupar o imenso território com agricultores, brancos, cristãos e fiéis ao Rei, baseada na pequena propriedade de agricultura de subsistência, em contraste com os grandes latifúndios escravocratas da época.

É verdade que outros povos também para lá foram antes dos suíços, mas não com o mesmo propósito. Não a convite do Rei e recebendo terras, benfeitorias e subsídios para se estabelecerem definitivamente junto com as suas famílias. Açorianos, suecos, franceses e até chineses também enfrentaram os perigos do mar para chegar ao Brasil. Cada um com um projeto específico que irei abordar mais para frente.

Mas não se pode abordar o tema sem a sua contextualização temporal e as variáveis externas que convergiriam para a assinatura do tratado mencionado e a sua execução. Todos os fatos e os dados coletados devem ser analisados levando em conta a situação da época e não devem ser interpretados com os olhos de hoje.

A Suíça é atualmente sinônimo de riqueza, luxo e glamour; um país de elite, com uma das melhores rendas *per capita* do mundo e menores taxas de desemprego do planeta e não se parece em nada com a Suíça dos tempos comentados neste estudo, onde pobres agricultores não tinham o que dar de comer a seus filhos, com resquícios de uma vida feudal, sem possibilidades de ascensão socioeconômica. Foram estes indivíduos que partiram em busca de uma nova vida.

O tema da formação da primeira colônia de suíços no Brasil ganhou notoriedade em 1918, em virtude dos festejos do centenário da cidade de Nova Friburgo e, posteriormente, em 2018, com o aumento da sua divulgação, na própria cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e também na pequena Fribourg, na Suíça, em função dos 200 anos de assinatura do tratado e início da viagem dos colonos, tendo esta questão sido abordada em algumas teses e dissertações no Brasil, mas continua sendo pouco conhecida em Portugal.

## 2. UMA SUÍÇA CONGELADA: A ERUPÇÃO DO TAMBORA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

No ano de 1816, o Norte da Europa e também o Canadá, os Estados Unidos, a China e todo o Hemisfério Norte viviam tempos muito difíceis. Chuvas torrenciais durante todo o verão destruíram plantações e inundaram as cidades. O céu, constantemente encoberto, impediu que as sementes fecundassem, o que acabou por comprometer a safra de grãos do ano seguinte. O frio fora de época e as chuvas ininterruptas transformaram em pântanos uma região predominantemente agrícola. No norte da Europa, vários rios transbordaram, inundando terras cultiváveis.<sup>2</sup>

A situação também era crítica na pecuária, pois não havia como alimentar os rebanhos, devido ao estado em que se encontravam os campos e os pastos que estavam inundados e as montanhas ainda congeladas mesmo nesta época do ano. Existem relatos da ocorrência de geadas nos cantões da Suíça no mês de junho. Os recursos naturais do país não eram suficientes para alimentar a população.

Este período ficou conhecido por diversos termos catastróficos como: “inverno nuclear”, “*l’année sans été*” o “ano da miséria” e o “ano da fome”. Meteorologistas no século XX acreditam que uma erupção no vulcão Tambora, perto de Java, na Indonésia, em abril de 1815, teria provocado este desastre natural, que lançou milhões de partículas de poeira vulcânica na atmosfera.

Na noite de 5 de abril de 1815, labaredas escaparam pelo cume do que era uma montanha coberta por nuvens na ilha tropical de Sumbawa e barulhos vindos da terra foram ouvidos durante horas. Em seguida o vulcão silenciou-se. Foi somente cinco dias depois que o pico do vulcão explodiu, expelindo chamas, rochas e cinzas incandescentes. O ruído pôde ser ouvido a centenas de quilômetros. Após alguns dias, a montanha desmoronou, e sua altitude diminuiu em 1.500 metros. Estima-se que 100 mil pessoas tenham morrido.<sup>3</sup>

Após a explosão, o vulcão lançou cerca de 50 quilômetros cúbicos de barro a mais de 40 quilômetros de altura. A chuva que veio em seguida fez tombar as partículas maiores, mas as partículas mais finas viajaram com os ventos, numa nuvem que se espalhou na atmosfera.

<sup>2</sup> WOOD, Gillen D`Arcy. **L'année sans été: Tambora, 1816: le volcan qui a changé le cours de l'histoire**. Paris: La Découverte, 2016.. O autor aborda com riquezas de detalhes da a devastação causada pela erupção do vulcão Tambora.

<sup>3</sup> FAMINE en Suisse après une éruption volcanique en 1815: que signifiait une telle catastrophe aujourd'hui? **Académie Suisse des Sciences Naturelles (SCNAT)**, 01 jun. 2015. Disponível em: [https://scnat.ch/fr/uuid/i/f559977d-62d9-5c7b-9515-de589f014371-Famine\\_en\\_Suisse\\_apr%C3%A8s\\_une\\_%C3%A9ruption\\_volcanique\\_en\\_1815\\_%E2%80%93\\_que\\_signifierait\\_une\\_telle\\_catastrophe\\_aujourd'hui](https://scnat.ch/fr/uuid/i/f559977d-62d9-5c7b-9515-de589f014371-Famine_en_Suisse_apr%C3%A8s_une_%C3%A9ruption_volcanique_en_1815_%E2%80%93_que_signifierait_une_telle_catastrophe_aujourd'hui). Acesso em: 20 maio 2020.

Esse véu de poeira se alastrou sobre o planeta e fez com que grande parte da luz solar fosse refletida para o espaço, o que resfriou o planeta e causou as tempestades.

O Tambora faz parte de uma cadeia de vulcões conhecida como cinturão de fogo do Pacífico, que vai da ponta sul do Chile, passando pelo Monte Santa Helena, no estado de Washington, nos Estados Unidos da América, e o monte Fuji, no Japão, até chegar ao monte Krakatoa, também na Indonésia e vizinho do Tambora.

**Figura 1 - Anel de Fogo do Pacífico ou Cinturão de Fogo do Pacífico**



Fonte: POWER and mercy in the ring of fire. **WorldKids**, 05 mar. 2018. Disponível em: <https://kids.wng.org/node/3222>. Acesso em: 03 jun. 2019.

O Cinturão de Fogo do Pacífico (ou Anel de Fogo) é como é chamada a área formada no fundo do Oceano Pacífico por uma grande série de arcos vulcânicos e fossas oceânicas, coincidindo com as extremidades de uma das maiores placas tectônicas do planeta. Estima-se que aproximadamente 75% dos vulcões estejam nesta zona. São impressionantes 400 montanhas que podem explodir a qualquer momento.

As repercussões foram globais, mas ninguém percebeu que o caos e a mortandade decorriam da erupção. Sem as atuais facilidades de comunicação, as pessoas não conseguiam ligar os fatos e justificar que os fenômenos climáticos em todo hemisfério estavam interligados até mesmo porque não sabiam dos acontecimentos distantes dos locais onde estavam. Coube aos cientistas começar a ligar os pontos e unir as informações que chegaram, aos poucos, de diferentes partes do globo.

Em seu livro, Wood amplia essa visão, revelando três anos de turbulências globais, além de documentar várias outras repercussões do resfriamento global, dedicando um capítulo inteiro à pandemia de cólera de 1817, que começou na Índia e matou dezenas de milhões de pessoas

no mundo todo. Ele também descreve o gélido inverno na província chinesa de Yunnan, uma terra de florestas e montanhas. Os arrozais rapidamente morreram e a fome assolou a região durante anos. Em julho de 1816, a província sofreu “nevascas sem precedentes.”<sup>4</sup>

Para o vulcanólogo estadunidense Chris Newhall, autor de um artigo publicado na revista *Geosphere*, 2018, o último evento VEI-7 (índice de explosão vulcânica numa escala que vai de 1 a 8, sendo 8 o grau mais elevado) foi a erupção do Tambora em 1815, que foi tão poderosa e destrutiva que se acredita ter precipitado um período frio conhecido como a Pequena Idade do Gelo.<sup>5</sup>

Para os britânicos, o verão de 1816 tornou-se uma situação de crise climática generalizada. De todo o país vieram histórias dos danos causados pelas tempestades e inundações provenientes das fortes chuvas. Habitantes locais relataram ter visto queda de neve em pleno mês de julho no norte da Inglaterra e neve nos montes no norte da Escócia de até 1,50m de espessura.

Fazia parte da vanguarda científica interessada em desvendar estes acontecimentos Luke Howard, um dos primeiros a fazer uma pesquisa mais ampla sobre o tema e a criar o primeiro catálogo profissional das condições climáticas britânicas entre os anos de 1807 e 1819, com uma tabela estatística e comentários abundantes.

Howard (1820) também fala sobre as condições de navegação em julho que se assemelharam aos piores invernos falando, notadamente, de “fortes rajadas de vento, barcos encalhados e perdas de âncoras...”<sup>6</sup> Em 1816, Luke Howard aproveitava o fim das guerras napoleônicas para viajar por uma Europa que ficou interdita aos turistas por duas décadas. O meteorologista ficou fascinado pela crise climática que se abateu sobre o continente:

De Amsterdão à Genebra, tive muitas ocasiões para testemunhar que as chuvas excessivas deste verão não se limitaram às nossas próprias ilhas, mas também ocorreram em grandes partes do continente europeu. Das fontes do Reno, nos Alpes, à sua foz no oceano Alemão, e em um território duas a três vezes maior de leste a oeste, toda a estação foi marcada por uma série de tempestades e inundações.<sup>7</sup>

Foi neste mesmo período que a famosa escritora britânica, Mary Shelley, em viagem pela Suíça, onde passou uma temporada nas proximidades de Genebra, teria concebido a sua mais famosa obra, o romance gótico *Frankenstein*. Na época, ela, que ainda se chamava Mary Godwin, e o já famoso escritor Percy Shelley teriam passado uma temporada durante o verão de 1816 com outros conhecidos numa Suíça chuvosa e sombria. A própria Mary Shelley (1823)

---

<sup>4</sup> WOOD, 2016.

<sup>5</sup> NEWHALL, C.; SELF, S.; ROBOCK, A. Anticipating future volcanic explosivity index (VEI) 7: eruptions and their chilling impacts. *Geosphere*, v. 14, n. 2, p. 572-603, 2018.

<sup>6</sup> HOWARD, Luke. *The Climate of London*. Londres: Harvard College Library. 1833. v. 2, p. 112.

<sup>7</sup> Ibid., p. 120.

é testemunha do incomum clima da época quando declarou que este teria sido, sem dúvida, um verão molhado e que acabaram por ficar confinados por vários dias na propriedade, sem poderem de lá sair devido à chuva incessante. A criatura que dá nome ao famoso livro teria sido inspirada nas famintas pessoas que habitavam a Europa Central naquela temporada. A hostilidade com a qual o monstro é tratado por todos pode ser comparada à maneira como as abastadas famílias locais tratavam os pobres camponeses, vítimas do Tambora, que vagavam pelas ruas e sofriam não só dos rigores climáticos, mas também da indiferença e da barbaridade humana.<sup>8</sup>

Portugal também foi afetado pelas consequências da erupção do Tambora, mesmo que de forma mais suave e em alguns momentos de maneira positiva, como é relatado em um artigo escrito pelo climatologista português Ricardo Trigo, do Centro de Geofísica da Universidade de Lisboa.

Um dos relatos recolhidos pela equipe de Trigo é o de um padre e advogado de Braga, José Manuel da Silva Tedim, que registrou o estranho comportamento da meteorologia no mês de julho de 1816: "Tenho 78 anos e nunca vi tanta chuva e tanto frio, nem mesmo em meses de Inverno". Como diz Ricardo Trigo, "o verão na Europa e nos EUA foi muito frio (em 1815/1816), ao ponto de haver descrições de neve e gelos em junho e julho."<sup>9</sup> Ainda assim, neste período Portugal e Espanha exportaram cereais para os outros países da Europa, onde as consequências na agricultura foram catastróficas e houve mesmo a fome.

A pesquisa teria sido mais completa se os pesquisadores tivessem encontrado mais informações disponíveis. Os primeiros registros datam de dezembro de 1815, ou agosto de 1816, o que não permite que pudessem verificar as características imediatas das mudanças pós-erupção na Península Ibérica, onde o perfil de resfriamento foi bem diferente do que ocorreu na Europa Central.

Os dados sugerem um verão mais molhado do que o normal, em 1816, em Lisboa e condições gerais de seca em Barcelona. É de salientar que os meses chuvosos de verão em Lisboa correspondem a valores absolutos de precipitação relativamente baixos. Evidências documentais relatam fortes chuvas de inverno na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental, bem como o aumento de tormentas.

---

<sup>8</sup> MATTHEWS, Henry. **Diary of an invalid**: being the journal of a tour in pursuit of health in Portugal, Italy, Switzerland, and France, in the years 1817, 1818, and 1819. Londres: John Murray, 1824. p. 192-193.

<sup>9</sup> TRIGO, Ricardo M. Iberia in 1816: the year without a summer. **International Journal of Climatology**, v. 29, n. 1, 2009.

A crise foi grave também na Alemanha, especialmente na zona rural, onde os preços dos alimentos excederam os das áreas urbanas e do Norte do país.<sup>10</sup>

**Figura 2 - Tabela dos Vulcões Mais Violentos**

N.	VULCÃO	PAÍS	ANO DE ERUPÇÃO	ÍNDICE
1	Tambora	Indonésia	1815	7
2	Krakatoa	Indonésia	1883	6
3	Santa Maria	Guatemala	1902	6
4	Pinatubo	Filipinas	1991	6
5	Huaynaputina	Peru	1600	6
6	Vesúvio	Itália	79	5
7	Monte de Sta Helena	EUA	1980	5
8	Eyjafjallajökull	Islândia	2010	4

Fonte: Museu de História Natural Smithsonian; Volcano.Si.Edu

A tabela acima comprova que a erupção do vulcão Tambora foi a mais forte de acordo com a escala de intensidade de erupções até hoje registrada.

Um dos melhores relatos na época sobre a erupção do Tambora no dia 11 de abril de 1815 foi do britânico Sir. Stamford Raffles, governador da ilha de Java e um dos fundadores de Singapura:

Para preservar uma descrição autêntica da erupção violenta e extraordinária da Montanha Tambora, em Sambawa, em abril passado, eu exigi dos vários residentes dos distritos da ilha uma declaração das circunstâncias que ocorreram dentro de seu conhecimento e de suas respostas.

A seguinte narrativa é coletada, talvez até incompleta, até que se recebam outros relatos dos efeitos imediatos sobre a própria montanha, mas o progresso é suficientemente conhecido para tornar interessante um relato presente do fenômeno, que excede qualquer de uma descrição similar.

As primeiras explosões foram ouvidas nesta ilha na noite de 5 de abril, foram notadas em todos os quadrantes, e continuaram em intervalos até o dia seguinte. O ruído foi, em primeira instância, quase universalmente atribuído a tiros de canhão, tanto que um destacamento de tropas foi enviado, na expectativa de que um posto vizinho fosse atacado. Os barcos da costa foram despachados em duas instâncias em busca de um suposto navio em perigo. [...]<sup>11</sup>

Em 2006, o meteorologista e químico holandês, vencedor do Prêmio Nobel, Paul Crutzen publicou um artigo sobre o impacto das erupções vulcânicas sobre a temperatura

<sup>10</sup> OPPENHEIMER, Clive. Climatic, environmental and human consequences of the largest known historic eruption: Tambora volcano (Indonesia) 1815. **Progress in Physical Geography**, Los Angeles, v. 27, n. 2, p. 230-259, 2003.

<sup>11</sup> RAFFLES, Sophia. **Memoir of the life and public services of Sir Thomas Stamford Raffles**. London: John Murray, 1830.

mundial, o que veio a comprovar que as erupções naturais têm um efeito de resfriamento climático capaz até mesmo de combater o aquecimento global atribuído ao homem.<sup>12</sup> Duzentos anos depois do ocorrido, os cientistas compararam tal fenômeno como tendo correspondido a 170.000 bombas de Hiroshima.

Em Oppenheimer, no artigo intitulado “Climatic, environmental and human consequences of the largest known historic eruption: Tambora volcano (Indonesia) 1815”, o autor aborda as consequências advindas da erupção do vulcão Tambora.

O autor também agrupou alguns relatos do *Ano sem Verão*, tais como: geadas que destruíram diversas plantações no nordeste dos Estados Unidos, em maio de 1816; em 4 de junho de 1816, geadas foram registradas em Connecticut. Em 5 de junho, a maior parte da Nova Inglaterra estava sob a atuação de uma frente fria; em 6 de junho de 1816, registraram neve em Albany, Nova York e Dennysville, Maine. Em Quebec, no Canadá, foram registrados 30cm de neve, acumulados entre 6 e 8 de junho de 1816.<sup>13</sup>

Oppenheimer fala também da importância dos diários pessoais para que pudéssemos conhecer as experiências dos moradores dos locais e menciona um trecho do diário de um morador de Connecticut, em 7 de junho de 1816:

Eu me lembro bem de 7 de junho... vestido com roupas grossas de lã e com uma capa. Minhas mãos ficaram tão frias que eu tive que deixar minhas ferramentas de lado e usar um par de luvas ... Em 10 de junho, minha esposa trouxe algumas roupas que tinham sido estendidas no varal na noite anterior. Essas roupas estavam duras e congeladas, como acontece no inverno.<sup>14</sup>

Na Alemanha, as consequências causadas pelo mau tempo e as colheitas ruins foram assustadoramente percebidas pelo General Carl von Clausewitz, um estrategista militar, teórico de guerra e autor de livros de estratégias militares, que testemunhou cenas chocantes enquanto vagava pela região do Reno, na primavera de 1817. “Vi pessoas dizimadas, tendo perdido toda a humanidade, revirando a terra à procura de batatas meio podres.”<sup>15</sup>

“Durante o inverno de 1817, tumultos eclodiram após rumores de exportações de cereais numa Suíça faminta, enquanto os habitantes locais foram obrigados a comer os cavalos e carne de cachorro.” Nesta época, o salário semanal de um fiandeiro na Suíça era menor que o preço de um saco de pão.<sup>16</sup>

---

<sup>12</sup> CRUTZEN, P. J. Albedo enhancement by stratospheric sulfur injections: a contribution to resolve a policy dilemma? *Climatic Change*, v. 77, n. 3-4, p. 211-219, 2006.

<sup>13</sup> OPPENHEIMER, 2003.

<sup>14</sup> Ibid., p. 244.

<sup>15</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Munique: Drei Masken Verlag, 1992. p. 190.

<sup>16</sup> HENRIOUD, Marc. L'année de la misère en Suisse et plus particulièrement dans le Canton de Vaud. *Revue Historique Vaudoise*, Lausanne, n. 25, 1917. p. 120, 137-138.



Na Suíça oriental, 10.000 pessoas teriam morrido por questões associadas à fome, assim como milhares de pessoas em toda Europa. O preço dos gêneros alimentícios foi multiplicado por três. Nestas circunstâncias, algumas famílias suíças abandonaram seus filhos recém-nascidos por não ter como alimentá-los. Por este crime, mulheres foram presas e decapitadas.<sup>17</sup>

Os historiadores assinalam uma relação direta entre a crise e a emigração. Num país onde perto de 60% da população se ocupava da agricultura, a difícil situação de vida na Suíça, nos anos 1816-1817, aumentou as vagas migratórias para novos destinos, pois os tradicionais refúgios, que eram a Polônia e a Criméia, já não tinham mais como absorver tantos imigrantes.<sup>18</sup>

Milhares de suíços, que tinham meios e capacidade de resiliência para sobreviver ao rigoroso inverno e a uma cultura tão diferente, emigraram para a próspera Rússia, enquanto outros se lançaram pelo rio Reno para chegar à Holanda e embarcar para a América do Norte que, em 1817-1819, conheceu sua primeira vaga significativa de refugiados europeus do século XIX. Estados Unidos e Canadá faziam parte do ideal de Novo Mundo, como países onde os recém-chegados encontrariam mais liberdade, ao contrário da Suíça ainda tradicionalista. Cerca de 10.000 suíços emigraram para a América do Norte.

Mas as notícias de um paraíso tropical com clima ameno e colheitas atemporais seduziram muitos suíços que criaram uma imagem de paraíso na terra para o Brasil. Os católicos preferiam partir rumo à América Latina, por ser da mesma religião.<sup>19</sup>

## 2.1 A Herança Deixada Por Napoleão: A Situação Política e Econômica na Europa

Soma-se a este terrível contexto climático a situação política da Europa, ainda convalescida após as invasões napoleônicas. Havia passado apenas um ano que as tropas francesas e aliadas foram definitivamente derrotadas em Waterloo e Napoleão fora exilado em Santa Helena, a mando da Inglaterra.

O contingente de soldados suíços a serviço das tropas francesas durante as guerras napoleônicas foi de aproximadamente 90.000 homens, entre 18 e 40 anos, recrutados em todo território helvético para lutar nos campos de batalha da Espanha e, também como linha de proteção, para guardar os locais conquistados e protegê-los de possíveis invasores. Metade destes soldados morreu. Somente em um ataque, que foi o do Palácio das Tulherias em 1792, 800 homens da Guarda Suíça que prestavam serviços de proteção ao rei da França foram

<sup>17</sup> BROMWELL, William J. **History of immigration to the United States (1819-55)**. New York: Redfield, p. 15, 1856.

<sup>18</sup> WALTER, François. *Le Temps des révolutions (1750-1830)*. In: WALTER, François. **Histoire de la Suisse**. Neuchâtel: Alphil, 2010. t. 3, p. 133.

<sup>19</sup> DUCOTTERD, Georges; LOUP, Robert. **Terre! Terre!** Fribourg: La Sarine, 2018. p. 10.

mortos. Após este acontecimento, muitos destes mercenários suíços abandonaram os serviços na França e retornaram para a Suíça, levando consigo as notícias do que acontecia por lá.

A Suíça foi, aliás, diretamente afetada durante o período napoleônico. Já nos primeiros momentos da Revolução Francesa, recebeu aristocratas do país vizinho que se refugiaram, principalmente por questões linguísticas, nos cantões de Vaud e Neuchatel. A proximidade geográfica fez com que fosse cobiçada desde o princípio das invasões napoleônicas, tendo pertencido ao Império de Napoleão I de 1798 a 1815.<sup>20</sup>

Em 1798, a França invadiu a Suíça, assim como fez com diversos países europeus, por considerar a Confederação Helvética como um estado feudal que precisava ser purificado com os ideais republicanos de igualdade, liberdade e fraternidade e para acabar com as monarquias que ainda reinavam no continente. Para isso, criou neste mesmo ano a República Helvética, que passou a ser um Estado uno e indivisível e cliente da França. A ocupação francesa começou por impor aos suíços um Estado centralizador que aboliu a soberania dos cantões e os direitos feudais. Este período marca o fim do Antigo Regime e o início da modernização política no país.<sup>21</sup>

Muitos suíços apoiaram a Revolução Francesa e não se opuseram à anexação dos cantões pelo Império Napoleônico, pois também queriam uma mudança no sistema político local, o fim do feudalismo e uma maior participação popular nas decisões políticas, para além de uma melhor distribuição de renda, exatamente como tinha ocorrido no país vizinho, onde a burguesia e o campesinato lutavam por igualdade de direitos com a nobreza. Para estes, a Revolução Francesa foi muito importante, pois demonstrou que era possível fazer uma revolução popular.<sup>22</sup>

Contudo, existiam muitos aristocratas que não queriam nenhuma mudança e que se opuseram às ideias, pois só tinham a perder com elas, assim como ocorreu com a aristocracia francesa. Estes estavam concentrados principalmente na região central, essencialmente agrícola. A Suíça do Antigo Regime era um aglomerado de 13 cantões que representavam a antiga Confederação e diversas outras cidades-estado e principados que tinham autonomia política e militar e se portavam como entidades políticas independentes. Esta diferença se aplicava também ao regime político de cada lugar. Alguns eram repúblicas democratas, outros monarquias absolutistas, outros oligarquias com conselho de decisões. Não existiam, ao

---

<sup>20</sup> ATTINGER, Gilles. **Dictionnaire historique de la Suisse**. Hauterive : Ed. G. Attinger, 2014. t. 4.

<sup>21</sup> MONNIER, Victor. Bonaparte et les constitutions de la Suisse, (1797-1803), *In*: CHERKAoui, Mohamed. **Histoire et théorie des sciences sociales**: mélanges en l'honneur de Giovanni Busino. Geneve: Droz. 2003. p. 71

<sup>22</sup> WALTER, 2010, p.72-73.

contrário do que acontecia na França, partidos políticos nacionais como os jacobinos e girondinos que lutavam articuladamente em defesa dos seus ideais.<sup>23</sup>

Mesmo alguns suíços que demonstravam simpatia pelos ideais republicanos se diziam contrários ao ímpeto revolucionário. Eram críticos do jacobinismo e não queriam que a violência fosse o meio pelo qual conquistassem as mudanças políticas e econômicas. Não queriam que o Terror, como ficou conhecido o período revolucionário na França, se espalhasse e ganhasse adeptos do outro lado da fronteira. Buscavam uma alternativa conservadora e moderada de pensar nas mudanças, influenciada por séculos de uma tradição que já fazia parte da cultura suíça.

A Revolução Helvética começou no início de janeiro de 1798. Os que se consideravam patriotas se mobilizaram no campo e nas cidades. Alguns aristocratas foram perseguidos, presos ou banidos e seus castelos incendiados, como símbolo do rompimento com o Antigo Regime. Diversas pequenas insurreições aconteceram e foram controladas, principalmente na zona fronteira com a França, área mais influenciada pelos acontecimentos no país vizinho. Pela primeira vez na Suíça um parlamento foi eleito e começou a funcionar no dia 06 de fevereiro de 1798, com o título de “Assembléia Nacional”.

Para além das questões políticas, o novo governo precisava fazer alterações financeiras e econômicas para administrar de forma centralizada, como pretendia Napoleão Bonaparte. A Constituição Helvética foi concebida na França e promulgada no dia 12 de abril de 1798, após tentativas locais para se estabelecerem regras mais igualitárias de participação popular, embora resguardando ainda alguns direitos dos nobres e clero, o que não foi aceito. Esta constituição introduzia os direitos fundamentais do homem dentro do direito público da Suíça e proclamava a liberdade natural do homem como fator inalienável. Estabelecia a separação entre os poderes, a igualdade de direitos, a soberania popular como principais mudanças. Devia haver uma moeda única, o franco suíço, uma bandeira nacional e um sistema de medidas igual para todos, o que não acontecia até então. Acabava a soberania dos cantões que, a partir de então, deviam se sujeitar ao poder político centralizado da Confederação.

Nesse momento, a ideia de livre-comércio e indústria é lançada, incluindo a remoção dos privilégios das corporações comerciais. Assim como começou o debate sobre a educação pública obrigatória e foi decretado que, durante os meses de inverno seria compulsório frequentar o ensino fundamental. Ficou também determinado que os três idiomas oficiais seriam o alemão, o francês e o italiano e, que a constituição garantia as liberdades de imprensa, de

---

<sup>23</sup> ARLETTAZ, Gérald. La Suisse: terre d’émigration et d’immigration. **Panorama**, p. 21, jun. 2000.

religião e de propriedade. A Suíça sob o domínio francês iniciou sua industrialização que se acelera durante o Bloqueio Continental, pois teve que desenvolver suas próprias máquinas que, neste período, não podiam ser compradas da Inglaterra. Com isso, a indústria têxtil e a relojoaria passaram a ser bem desenvolvidas.

A partir de então, era permitido a compra e venda de terras por seus proprietários de direito e era dada a permissão para a criação e circulação dos jornais sem a intromissão da Confederação. A verdade é que este era um modelo muito difícil de ser mantido, porque a Suíça era uma verdadeira “colcha de retalhos”, com culturas tão diferentes reunidas no mesmo espaço onde idiomas, dialetos e culturas se misturavam.

Sem dúvida, a Suíça se tornou um satélite da França integrando as chamadas “repúblicas irmãs” que, a partir da Holanda até Itália, serviram como pontos de apoio da “Grande Nação” na exportação do seu modelo político republicano, permitindo a ascensão da burguesia e de alguns aristocratas republicanos e reformistas e o fim do domínio das velhas oligarquias.

Juntamente com tantas transformações, também se iniciou neste período a adoção do código penal francês e a pena de morte pela guilhotina, instalada em Genebra (então anexada à França). O instrumento de morte mais marcante do Terror tinha enfim atravessado a fronteira e, entre 1799 e 1813, a guilhotina foi responsável pela morte de 33 pessoas, condenadas pelos mais diversos motivos. A guilhotina era, pois, mais uma ferramenta, assim como a espada ou a força, usada na aplicação da pena capital para crimes considerados graves, como roubo e homicídio. Com o fim da ocupação francesa, a guilhotina foi muito pouco usada na Suíça, até ser usada pela última vez em 1940 e depois ser abolida definitivamente quando em 1942 um novo código penal decreta o fim da pena de morte na Confederação Helvética.<sup>24</sup>

Pelo 1º Tratado de Paris, assinado em 30 de maio de 1814 entre a França e Sexta Coligação (Reino Unido, Áustria, Rússia, Prússia e Suécia), ficou definido que o território francês deveria retornar às suas fronteiras de 1792, com a anexação pela França de alguns territórios, como Chambery e Annecy, no departamento de Mont Blanc, na Suíça, e outros na Alemanha, Bélgica e Itália. A França renunciava a todos os direitos de soberania e suserania e à posse das terras situadas fora das fronteiras definidas por este tratado. É reconhecida a independência da Suíça.

Em junho de 1815, os representantes das principais potências europeias - como Reino Unido, Rússia, Prússia, Áustria, Portugal, Espanha, Suécia, França e os estados alemães - assinaram a ata do Congresso de Viena. Inicialmente os diplomatas presentes queriam dividir

---

<sup>24</sup> QUAND la peine de mort a-t-elle été abolie? **Helvetia Historica**, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://helvetiahistorica.org/2018/03/18/peine-de-mort-suisse/>. Acesso em: 19 maio 2020.

o território francês, mas acordaram finalmente que as fronteiras da Europa seriam restabelecidas como eram em 1789 e a Suíça retomou a posse dos territórios anexados pela França, tal como tinha ficado legitimado no Tratado de Paris.

Somente em 20 de novembro de 1815 foi reconhecido pelas potências signatárias do Congresso de Viena o Ato de Neutralidade Perpétua, escrito pelo diplomata suíço Pictet de Rochemont.<sup>25</sup> Áustria, França, Inglaterra, Portugal, Prússia, Rússia e Suécia reconheciam à Suíça o direito de se excluir dos futuros conflitos militares e garantiam também a inviolabilidade do território helvético.

Devido ao quadro de calamidade que inicialmente traçamos, a Suíça no século XIX se torna um país de emigração. Entre 1815 e 1914, estima-se que mais de 500 mil suíços deixaram seu país e partiram para outros países fora do continente europeu para fugir da situação miserável em que viviam. Este número é proporcionalmente superior à média dos emigrantes. Mas para onde eles iam se toda a Europa passava pelas mesmas dificuldades?

**Figura 3. A Tomada das Tulherias em 10 de Agosto de 1792**



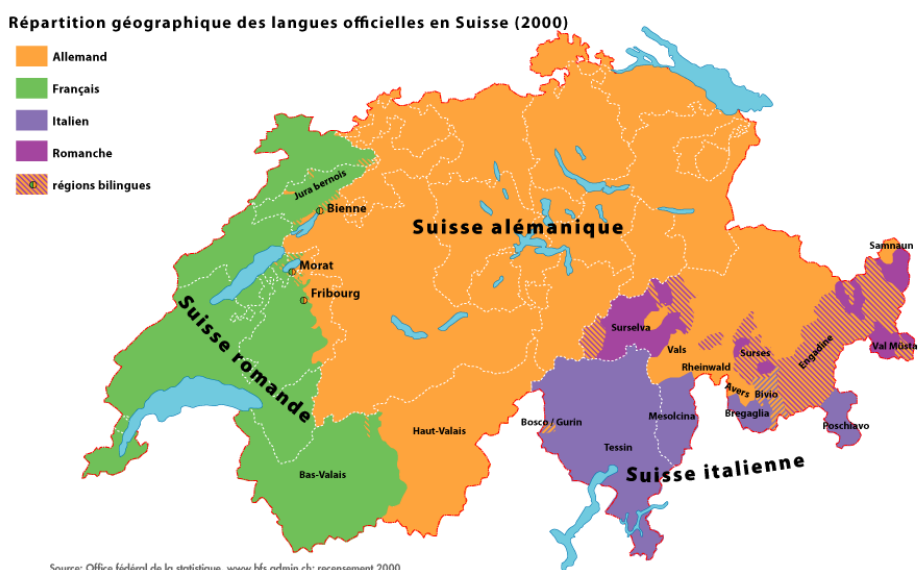
Fonte: DUPLESSIS-BERTAUX, Jean. *Prise du Palais des Tuileries*. 1793. Pintura, óleo sobre tela, 124 cm X 192 cm. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/French\\_Revolution#/media/File:Jacques\\_Bertaux\\_-\\_Prise\\_du\\_palais\\_des\\_Tuileries\\_-\\_1793.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/French_Revolution#/media/File:Jacques_Bertaux_-_Prise_du_palais_des_Tuileries_-_1793.jpg). Acesso em: 05 jun. 2019.

<sup>25</sup> WALTER, 2010.

### 3 UM PROJETO GRANDIOSO

É neste momento que entra em cena Sebastião Nicolao Gachet, um empresário conhecido como “cidadão de Gruyères”, distrito que pertencia ao Cantão de Fribourg, situado na parte francófona da Suíça. Segundo o *Dicionário Histórico Suíço*, Gachet, nasceu em Paris onde o pai servia num exército de mercenários, em 27 de outubro de 1770. Trabalhou num escritório militar na capital francesa, sob a proteção de Joachim Murat, marechal da França de Napoleão e rei de Nápoles, com quem havia estudado num seminário e, por ser considerado por este como seu homem de confiança, o acompanhou como funcionário das finanças do reino de Nápoles até a queda do império de Napoleão, quando conseguiu retornar para a França.<sup>26</sup>

**Figura 4 - Distribuição Geográfica das Línguas Oficiais na Suíça**



Fonte: ZANOLI, Marco. **Wikipedia**, 2007. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sprachen\\_CH\\_2000\\_fr.png](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Sprachen_CH_2000_fr.png). Acesso em: 28 maio 2020.

Em Paris, conheceu em 1817, Francisco José Maria de Brito (1760-1825), funcionário da embaixada portuguesa naquele país, então e que, na ausência do embaixador, respondia pelos interesses lusos na Cidade Luz. Como é lembrado pela investigadora brasileira Patrícia D. Telles, o *chevalier* Brito foi um diplomata português pouco mencionado na história, mas teve ativa participação tanto no episódio da missão francesa no Brasil de 1816, na qual diversos artistas e artesãos europeus foram convidados e reunidos pelo francês Joachim Lebreton e

<sup>26</sup> REICHLIN, F. Le Consul Sébastien-Nicolas Gachet. *Revue Historique Vaudoise*, Lausanne, v. 5, n. 2, p. 58, 1897. Disponível em: <https://sept-legacy.imgix.net/2018/02/brasey-bresil-sebastien-nicolas-gachet.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020. A biografia de Gachet foi publicada no portal da E-Periódica, uma plataforma de publicações de jornais suíços digitalizados desde o início do século XVIII.

partiram para o Brasil com o intuito de apresentar as artes e ensinar diversos ofícios então em voga na Europa daquela época e acabaram por criar, no Rio de Janeiro, a *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*; como na execução da missão da colônia suíça, que é o caso estudado nesta dissertação.<sup>27</sup>

José Maria de Brito havia assumido seu posto na embaixada de Paris para substituir Pedro José Joaquim Vito de Meneses, 6º Marquês de Marialva e 8º Conde de Cantanhede, quando este partiu em missão diplomática para Viena para tratar do casamento de D. Pedro de Alcântara, herdeiro de D. João VI, com a arquiduquesa austríaca, D. Carolina Leopoldina, selando a união destes dois impérios, que representavam o novo e o velho mundo.

Esta união da Casa de Bragança com a Casa Real dos Habsburgo da Áustria era uma importante estratégia de afirmação política do Reino Unido de Portugal e do Brasil (1815) que, com a elevação da colônia brasileira a reino, almejava restaurar o seu prestígio internacional e um retorno ao cenário diplomático após a saída da Corte do continente europeu, para além de uma interessante jogada econômica, pois estabeleceria novas ligações comerciais usando as relações austríacas com a Turquia e arredores.

Para a missão mais importante da sua carreira - que lhe rendeu a alcunha de “negociador casamenteiro” - o Marquês de Marialva alugou um imóvel, que serviu como embaixada em Viena, onde chegou no princípio de novembro de 1816 e permaneceu por nove meses. Cuidou dos preparativos para o casamento dos dois herdeiros reais e abandonou a capital do Império Austríaco somente quando D. Leopoldina partiu para o Brasil no dia 13 de agosto do ano seguinte já casada por procuração. Durante todo este tempo, o cavaleiro Brito ficou como responsável pela embaixada na França.<sup>28</sup>

Foi também nesta altura que Gachet expôs pela primeira vez a ideia de levar para terras brasileiras um grupo de colonos suíços em busca de melhores oportunidades. Gachet deixou a França e partiu para Fribourg em 1817 e no dia sete de maio do mesmo ano enviou uma carta-proposta aos governantes do cantão suíço.

Nela, Gachet expôs que já havia conversado com o embaixador do Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves e pedia autorização, proteção e patrocínio do governo do Cantão de Fribourg para levar adiante. Consta nos arquivos suíços que sua verdadeira intenção era comercializar produtos manufaturados vindos da Europa, através da Casa de Comércio de

---

<sup>27</sup> TELLES, Patricia D. **O Cavaleiro Brito e o conde da Barca**: dois diplomatas portugueses e a missão francesa de 1816 ao Brasil. [s. l.]: Documenta, 2019. p. 10-11.

<sup>28</sup> REZZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a independência do Brasil. Portugal: LeYa, 2017. p. 88.

Marselha, para o Brasil, para atender a uma demanda carente de artigos que atendessem à nova aristocracia local.<sup>29</sup> “Além da agricultura, que será minha principal ocupação, vou procurar firmemente nessas terras longínquas um modo de colocar nossos produtos manufaturados, o que é desejável nas atuais circunstâncias da Suíça.”

Os governantes de Fribourg não tardaram em lhe dar uma resposta e no dia 23 de maio acolheram favoravelmente o pedido de Gachet. Partiu do Conselho de Polícia a proposta de dar a Gachet uma carta patente autorizando-o a partir para o Rio de Janeiro. O seu objetivo de negociar o estabelecimento duma colônia de suíços no Brasil, nomeadamente com a incorporação dos estrangeiros que viviam no cantão. Gachet partiu com sua família para o porto do Rio de Janeiro a bordo do navio francês *L'Emilie*, financiado pelo seu sócio João Batista Jerôme Brémond (1760-1839), um dos patrocinadores e sócio investidor do projeto.

O *Jornal de Coimbra* relatou em 1819 a triste situação pela qual a Suíça e outros países da Europa passavam. As “produções da terra” se encontravam escassas e muitas famílias expatriavam-se por desespero. Muitos morriam por fome e necessidades, antes de chegarem a algum destino. O jornal também informou que Sebastião Gachet estava sensibilizado pela precária situação dos seus conterrâneos e era ciente de que o Rei de Portugal, recém-instalado em tão grande território, havia publicado que daria terras e auxiliaria qualquer estrangeiro que quisesse se estabelecer no Brasil.<sup>30</sup>

Portugal tinha passado por momentos de grande tensão, após ter se recusado a aderir ao Bloqueio Continental, imposto pelo auto-intitulado imperador francês Napoleão Bonaparte (1769-1821) que queria isolar comercialmente a Grã-Bretanha, impedindo-lhe o acesso aos portos de importantes mercados no continente europeu, como Portugal, Rússia e Áustria. O rei português decidiu não ceder às determinações do Decreto de Berlim (1806) e preferiu manter os contatos comerciais com a Grã-Bretanha.<sup>31/32</sup>

Sob a iminente invasão francesa comandada pelas tropas do General Junot, que contava com o apoio de divisões espanholas e tropas de mercenários, o Príncipe Regente com a ajuda da Inglaterra, seu principal parceiro comercial e maior aliado continental e ultramarino

<sup>29</sup> SEBASTIEN-NICOLAS Gachet : 1770–1846: Paris, França. **Suíços do Brasil**, [ca. 2020]. Disponível em: <https://www.suicosdobrasil.org.br/sbastien-nicolas-gachet>. Acesso em: 5 maio 2020.

<sup>30</sup> HISTÓRIA e documentos do estabelecimento d’uma nova colônia de suíços no Reino do Brasil: Districto de Cantagallo: R. Fazenda do Morro Queimado: 27 léguas do Rio de Janeiro. **Jornal de Coimbra**, Lisboa, n. 80, p. 48, 1819.

<sup>31</sup>

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 2014. Em seu livro, o autor narra os momentos que precederam a saída da corte portuguesa e as transformações ocorridas no Brasil.

<sup>32</sup> COUTO, Jorge; VIANA, Francisco; COELHO FILHO, Luis Walter. **Abertura dos portos 200 anos**. Salvador: Associação dos Usuários dos Portos da Bahia, 2008.



informou a sua corte da decisão tomada de transferir a residência da dinastia Bragança para o Rio de Janeiro até a celebração da paz.

Após acordo celebrado secretamente com o governo britânico, que planejou uma saída diplomática que protegeria a partida da família real com uma escolta durante a travessia atlântica, zarparam em novembro de 1807 os 54 navios que transportavam milhares de indivíduos que seguiram D. Maria I, o príncipe regente D. João, além de tesouros, mobílias, documentos e extensa biblioteca. E assim foi mantida a independência de Portugal e seus territórios ultramarinos e a sobrevivência da monarquia lusitana.<sup>33</sup>

Com a chegada dos Bragança e da sua corte ao Brasil, D. João percebeu que era preciso transformar o Rio de Janeiro com o novo padrão de desenvolvimento, estabelecido principalmente por Paris e Londres. A presença dos fidalgos e dos estrangeiros que chegaram após a abertura dos portos (1808) causou um choque de hábitos e uma necessidade de transformação do espaço, que se assemelharam à reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755. Tornava-se cada vez mais imprescindível dotar o Rio de Janeiro de padrões de sociabilidade e civilidade típicos de uma sociedade de corte europeia, de acordo com o novo pensamento ilustrado.

Entre as medidas tomadas logo após a chegada da família real estão a criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil e a constituição de um novo ministério formado por D. Fernando José de Portugal e Castro (Marquês de Aguiar), antigo Governador e Capitão-Geral da Bahia e antigo vice-rei do Brasil, nomeado como Secretário de Estado dos Negócios do Reino; D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares), a ocupar a pasta de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e o Visconde de Anadia que ficou com o antigo cargo de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ou seja como Secretário dos Negócios da Marinha e do Ultramar.<sup>34</sup>

Gachet desembarcou no Rio de Janeiro a 3 de outubro de 1817 e já no dia 16 do mesmo mês, iniciou as negociações com o diplomata e magistrado, João Paulo Bezerra de Seixas (1756-1817), Barão do Itaguaí, já com a saúde muito debilitada. O projeto era grandioso e Gachet teria anunciado que a Suíça poderia enviar até dois mil novos colonos anualmente para o Brasil, sem que ficasse esclarecido por quanto tempo. Antes de assumir os riscos e possíveis problemas de

---

<sup>33</sup> MACEDO, Jorge Borges de. **O Bloqueio continental**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1990. O historiador e professor universitário português Jorge Borges de Macedo fornece uma série de documentos que mostram como Portugal tentou manter sua neutralidade na questão do Bloqueio Continental, desde 1801 até 1808.

<sup>34</sup> NORTON, Luiz. **A Corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938. p. 54-55.

uma imigração permanente, o diplomata brasileiro sugeriu fixar uma colônia-piloto numa região próxima à corte.<sup>35</sup>

Após uma fracassada tentativa de apresentar o projeto ao diplomata que exercia na época uma função análoga a de um primeiro-ministro do Reino, João Paulo Bezerra de Seixas que na época acumulava os cargos de ministro dos Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário, Gachet conseguiu ser recebido pelo Rei, em audiência na primeira quinzena de novembro de 1817.

Depois de apresentar os títulos e cartas de recomendação dados pelo governo de Fribourg, Gachet falou sobre as vantagens que o Brasil teria com a fundação de uma colônia de suíços nas suas terras. Não só pela experiência e afinco na agricultura, mas também no desenvolvimento de manufaturas bem conhecidas dos suíços, principalmente a indústria têxtil, com teares mecânicos a produzir tecidos feitos com algodão e couro, tão farto por estas terras, bem como a fabricação de vidros e a indústria da relojoaria, na qual se incluía a fabricação de instrumentos de auxílio à navegação tão necessários nos transportes marítimos.

Assim, os suíços participariam na expansão da economia brasileira que se tornaria menos dependente das importações e colaborariam também na consolidação da demografia portuguesa num imenso território que precisava ser ocupado com o aumento do número de famílias a viver no interior.

A princípio, Gachet sugeriu que o local de estabelecimento da nova colônia fosse a ilha de Santa Catarina, no sul do Brasil, por ter um clima mais ameno e pela proximidade do mar, já a pensar no escoamento do excedente da produção para a Europa.<sup>36</sup> Contudo, a escolha do local para o assentamento foi uma decisão do Monsenhor Miranda, nomeado inspetor da colonização estrangeira, que acreditava que deveria a primeira colônia estar próxima da corte para usufruir melhor da proteção real e recorrer mais facilmente às autoridades competentes. Afinal as terras estavam numa área conhecida por ser habitada por tribos indígenas e animais selvagens.<sup>37</sup>

Em janeiro de 1818, Gachet fez sua visita ao local sugerido e se declarou encantado com o que viu. As terras da Fazenda do Morro Queimado tinham o solo muito propício para a pecuária e previu que poderia nascer ali uma nova Gruyère. Sobre as terras do Morro Queimado, foi o próprio Gachet que num relatório de abril de 1818, endereçado ao Governo dos Cantões Suíços, descreveu aos seus conterrâneos as suas impressões e explicou um pouco a sua ideia.

---

<sup>35</sup> NICOULIN, Martin. **A Gênese de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995. p. 48.

<sup>36</sup> Ibid., p. 45.

<sup>37</sup> BOHRER, Nelson. **Certo rei chamado João**. Nova Friburgo: Centro de Documentação D. João VI, 2014. p. 3.

Sebastião Gachet relatou que já estava cansado de ver o sofrimento do seu povo e de como as pessoas, mesmo despreparadas e sem recursos, buscavam um lugar melhor para viver e para isso precisavam fugir da penúria em que viviam e ao deixarem a sua pátria acabavam por morrer nas estradas ou dentro de navios. Por isso, pensou no Brasil onde seu soberano teria anunciado por diversas vezes o desejo de acolher o fluxo desta imigração. Sobre a terra escolhida, estas seriam, segundo ele, incultas e despovoadas.<sup>38</sup> Apesar de dito que ninguém vivia naquelas terras da fazenda, num Aviso publicado no dia 3 de dezembro de 1819, Thomaz Antônio de Villanova Portugal ordenou ao Monsenhor Miranda que tomasse as providências cabíveis para remover os índios do Morro Queimado e que assentasse os que quisessem ser civilizados num outro sítio, sem que causassem transtornos ou representassem perigo aos colonos suíços.<sup>39</sup>

Como foi dito por Gachet, o distrito de Cantagalo, onde se situa o Morro Queimado, fica numa região de montanhas de florestas ainda virgens, com árvores de madeira de melhor qualidade do que as da Europa. Ele falou também dos seus rios navegáveis, do solo argiloso em algumas áreas, que possibilitaria a confecção de telhas e vasos para uso doméstico e da boa qualidade da água. A temperatura mais amena das montanhas seria ideal para a adaptação dos europeus da Europa Central, sem grande variação térmica entre verão e inverno e que seria uma constante primavera. De acordo com a sua rica descrição, a terra era muito fértil e seria possível fazer duas colheitas de batatas ao ano e plantar legumes com diversas colheitas.

Já sobre os animais, Gachet fez algumas ponderações negativas, quando disse que os cavalos não tinham a mesma força que os cavalos suíços, mas que as mulas compensariam no trabalho de tração e transporte. Fez críticas também à qualidade da lã, que poderia melhorar se fossem mais cuidadosos e tosquiassem mais vezes as ovelhas. Ele considerou as vacas e os touros como sendo de boa espécie, mas um pouco inferiores aos de Gruyère. Já os animais de pequeno porte foram elogiados, pois as galinhas, patos, gansos e pombos ali se multiplicavam com a mesma proporção da fertilidade do terreno.

Em relação à cultura de açúcar, do café e do algodão, bem como dos demais artigos coloniais, Gachet avisou que o solo onde ficaria a colônia se situava numa área elevada, sendo muito fresco e não propício a este cultivo, mas que os colonos que quisessem cultivar estes produtos, poderiam receber concessões em locais mais apropriados. O Brasil era apresentado

---

<sup>38</sup> HISTÓRIA, 1819, p. 48.

<sup>39</sup> OS INDIOS de Sumidouro. **Sumidouro Online**, [c2021]. Disponível em: <http://sumidouro.chez.com/indios.htm>. Acesso em: 07 jul. 2020.

até então como uma terra negligenciada, onde os novos agricultores podiam ter as maiores oportunidades.<sup>40</sup>

A Chancelaria do Rei em carta datada a 2 de maio de 1818, endereçada ao presidente e membros da Confederação Suíça, disse serem recíprocos os interesses em relação aos concidadãos e estreitar estes laços seria uma ajuda mútua em prol da prosperidade das duas nações. Reconheceu a nomeação dum cônsul comercial pela Confederação Helvética em Lisboa, Eduardo de Meuron; e como cônsul de Portugal na Confederação foi nomeado João Baptista Brémont, um renomado comerciante francês que vivia em Semsales. Teria sido neste momento que Portugal ratificou o ato de reconhecimento da neutralidade perpétua da Suíça e a inviolabilidade de seu território, tal como assinado no Tratado de Paris, já mencionado no presente estudo.<sup>41</sup>

Se, para muitos, o projeto de Gachet parecia uma atitude patriótica e que visava o bem dos seus conterrâneos, nos bastidores se formava uma empresa de imigração com fins lucrativos e ambiciosos. Na pequena cidade suíça de Semsales, no cantão de Fribourg, foi assinado no mesmo dia em que foram lhe foram dadas as credenciais de cônsul, 11 de fevereiro de 1817, um contrato de sociedade entre Brémont e Gachet, com nove artigos que esclarecem suas reais intenções.

O acordo estabelecia que deveriam ser divididos, entre os dois contratantes, os lucros referentes à compra de terras e fazendas adquiridas no Brasil, bem como todos os tipos de favores que lhes fossem concedidos; e estes seriam transmitidos diretamente para seus filhos e herdeiros em caso de morte.

Pela administração e supervisão dos negócios de Brémont no Brasil, onde Gachet iria residir e acompanhar, Gachet receberia um décimo dos lucros e ambos investiriam na criação e manutenção de Câmaras de Comércio, instaladas no Rio de Janeiro e em Marselha. Esta última seria administrada por um sobrinho de Brémont. Estas duas câmaras seriam entrepostos comerciais para a exportação e importação de manufaturas, matérias-primas e produtos tropicais e para a aquisição de serviços, como a contratação de guardas-suíços.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> FOLKLORE SUISSE. **Basileia**, 1976. Cota 66-71. p. 11-16. O documento original escrito por Gachet faz parte da coletânea, que está na Biblioteca Cantonal de Fribourg, na Suíça, 3 de abril de 1818, mas seu original foi recebido em Gruyère no dia 02 de outubro de 1818.

<sup>41</sup> REICHLEN, 1897, p. 58.

<sup>42</sup> TRAITÉ d'association: conclu entre Mr. Brémont et Mr. Gachet. In: FOURNIER, A.; BRÉMOND, Baptiste Jérôme; FREY, Frédéric. **Réponse pour Monsieur Brémont, Consul-général du Portugal en Suisse, à l'Exposé des griefs et moyens de Monsieur Frédéric Frey...** Fribourg: François-Louis Piller. [1821]. FRIB 1818.1.13. Manuscrito original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg. p. 41.

Todos os negócios que eles realizassem individualmente pertenceriam a cada um deles em particular; mas os resultados das expedições, as remessas e devoluções das duas casas de comércio seriam em comum com o lucro dividido na mesma proporção.

No dia 5 de maio, Gachet, na presença do Ministro Secretário de Estado e da Mesa do Real Erário, Thomás Antônio de Villanova Portugal (1755-1839) comprometeu-se a transportar até o Rio de Janeiro as 100 famílias de colonos suíços, com todos os seus móveis e instrumentos rurais. A sua missão estaria concluída 24 horas depois da chegada ao porto desta cidade, quando passaria a responsabilidade daquelas “pobres e esperançosas almas” ao governo português. Por cada indivíduo com mais de três anos de idade, seria pago à Gachet o valor de cem pesos espanhóis. Às crianças de até três anos, não seriam cobradas nem pagas nenhuma taxa.

No mesmo documento, o cônsul suíço eximiu o governo do Reino do Brasil de possíveis cobranças feitas pelos armadores dos navios no caso de avarias, naufrágio ou perdas. No caso de haver morte de passageiros durante o trajeto, o frete por pessoa deveria ser pago integralmente, levando em consideração a lista de passageiros no momento do embarque.<sup>43</sup>

O encarregado de estabelecer, dirigir e inspecionar a colônia seria Pedro Machado de Miranda Malheiro (1780-1838), monsenhor da Igreja Patriarcal, Desembargador do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens, Chanceler Mór do Reino do Brasil.<sup>44</sup> O Rei demonstrou, assim, com este decreto ter total confiança na inteligência do novo inspetor e ordenou que Thomás Antônio de Villanova Portugal tomasse as providências cabíveis para a nova função do monsenhor Miranda. Com sua nomeação, monsenhor Miranda recebeu a permissão para comprar a Fazenda do Morro Queimado, juntamente com os seus gados, plantações e escravos por um valor que teria sido 20 vezes maior do que o preço pago pelo antigo proprietário.

As terras pertenciam ao monsenhor Antônio José da Cunha Almeyda. Caberia ainda a Miranda a responsabilidade de fazer a compra dos materiais para erguerem as moradias provisórias e realizarem as obras necessárias e nomear as pessoas que pudessem auxiliar no projeto, além de tratar do desembarque e da acomodação dos colonos.<sup>45</sup>

No dia 11 de maio de 1818, Gachet assinou as condições para o estabelecimento da colônia e no dia 16 foi assinado pelo monarca da Casa de Bragança o Tratado pelo qual sua majestade permitiu o estabelecimento de uma colônia de suíços composta por 100 famílias, no

---

<sup>43</sup> DECLARAÇÕES e obrigação de Sebastião Nicoláo Gachet. Rio de Janeiro, 5 maio 1818. **Jornal de Coimbra**, Lisboa, n. 80, p. 61, 1819.

<sup>44</sup> CARTA Régia do Illmo. Monsenhor Miranda, encarregando-o da inspeção do estabelecimento dos suíços. **Jornal de Coimbra**, Lisboa, n. 80, p. 61, 1819.

<sup>45</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto. **Dois séculos de imigração no Brasil**: imagem e papel social dos estrangeiros na imprensa. Curitiba: Appris, 2019. v. 1.

já definido terreno do Morro Queimado.<sup>46</sup> Esta seria a primeira colônia não portuguesa de caráter definitivo de povoamento no Brasil com autorização e patrocínio real.

Seus 24 artigos tratavam das questões práticas necessárias à fixação dos colonos e à prosperidade do estabelecimento: caberia à Coroa Portuguesa os custos da viagem transatlântica; as despesas do transporte desde o porto do Rio de Janeiro até o distrito de Cantagalo, bem como a subsistência dos imigrados e, o seu alojamento no terreno, até que os fossem capazes de construir sua própria aldeia. Todos os imigrantes deveriam praticar a mesma fé do soberano português e por isso, só seriam admitidos os católicos.

O monarca português se comprometia a doar uma parcela de terra para cada família, sem especificar neste ato qual seria a dimensão de terra a conceder; os animais necessários a cada família para que pudessem iniciar uma criação para alimento próprio ou auxiliar no transporte, como cavalos, vacas, ovelhas, cabras e porcos; além de alfaías agrícolas e sementes de trigo, feijão, favas, arroz, batatas, milho, linho, entre outros.

Os colonos seriam financiados no primeiro ano com uma diária por cabeça e deveriam vir no comboio alguns indivíduos especialistas nas mais diversas artes, como marceneiros, pedreiros, alfaiates, curtidores de pele, oleiros, tecelões, mineradores, etc., que estivessem dispostos a ensinar aos luso-descendentes os seus ofícios. Também deveriam fazer parte da colônia um cirurgião, um boticário, um veterinário, um ferreiro que receberiam uma gratificação anual para além da diária acima mencionada.

Para preencher este quadro de especialistas solicitados pela Coroa, Gachet se empenhou na busca até em outros países europeus, como é o caso do veterinário Hyppolite Thomas e o médico Jean Bazet, ambos franceses, e do farmacêutico Leopold Böhle, de nacionalidade alemã. Estes são claros indícios de como se esperava que a colônia prosperasse para se tornar um núcleo modelo de habitação no Novo Mundo e tivesse total autonomia de funcionamento, sendo autossustentável.<sup>47</sup>

O Artigo IX faz menção à vinda de dois ou quatro religiosos que teriam os mesmos direitos dos párocos do Brasil e receberiam também doações para a manutenção das novas paróquias. A paróquia a ser construída em Nova Friburgo tomaria a denominação de São João Batista, em honra do cônsul Brémont.

---

<sup>46</sup> A íntegra do Tratado foi publicada no JORNAL DE COIMBRA, Lisboa, n. 80, p. 49-66, 1819.

<sup>47</sup> CANTÕES suíços recrutam colonos. **SWI Swissinfo.ch**. 14 maio 2009. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/cant%C3%B5es-su%C3%AD%C3%A7os-recrutam-colonos/875202>. Acesso em: 20 maio 2020.

O intuito seria a colônia se organizar em torno de uma vila e duas aldeias, com suas terras e as despesas administrativas, com a instauração deste núcleo colonizador, caberiam ao Real Erário. Ficou definido que a colônia se chamaria Nova Friburgo em homenagem à terra natal da maior parte dos colonos e, como demonstração do apreço do rei pelos seus novos vassalos.

Todos os colonos suíços que viessem para o Brasil seriam imediatamente naturalizados portugueses, tão logo chegassem em suas terras, recebendo assim os benefícios e privilégios dos súditos de D. João. Um benefício financeiro muito atrativo para a vinda dos colonos era a promessa de que, durante os dez primeiros anos, ou seja, até 1829, eles estariam isentos de encargos pessoais e religiosos, como o dízimo, o serviço militar e os impostos territoriais. Só não estariam livres do pagamento do Quinto do ouro que porventura encontrassem por aquelas terras. Os novos portugueses poderiam se tornar donos de escravos.

De igual modo, depois de terem passados os dez anos da isenção anteriormente mencionada, deveria ser formada uma Guarda Suíça quando os novos cidadãos portugueses perfizessem os 150 homens solteiros com idades entre os 18 e os 40 anos. O recrutamento destes homens aconteceria durante um sorteio anual entre os que se julgassem capazes de servir. O tempo máximo de serviço militar obrigatório seria de quatro anos, a não ser que houvesse explícita intenção do colono se manter na tropa voluntariamente.

Para os suíços que tivessem fortuna e quisessem vir para o Brasil para investir na agricultura ou desenvolver manufaturas como as europeias, D. João oferecia terrenos próximos à Colônia, de forma a facilitar-lhes o acesso às matérias primas e ao escoamento dos produtos acabados.

O último artigo trata da possibilidade de desistência do desejo dum membro da colônia deixar o Brasil. Neste caso, o tratado previa que, quem saísse antes do prazo de 20 anos, deveria deixar metade dos bens acumulados, inclusive móveis, que seriam divididos entre os demais colonos, com o intuito de aumentar a renda dos mesmos e a prosperidade da vila. Isto funcionaria como uma espécie de seguro, com o intuito de manter as riquezas produzidas no Brasil e de desencorajar aventureiros que pensassem em usar os benefícios oferecidos pela Coroa para enriquecer e depois reinvestir em outro lugar, fora dos territórios portugueses.

Parecia uma premonição, pois foi o que fizeram muitos suíços após 1830, que abriam escritórios de representação, conhecidos como Casas de Comissão, que tinham o intuito de fazer a negociação comercial de produtos e lucravam mais com a comissão sobre as vendas do que propriamente com os produtos vendidos. Eles abriam escritórios em duas ou mais bases, sendo a sede principal em pontos estratégicos da Europa com Paris e Genebra e o outro nos locais de

onde extrairiam os produtos a serem exportados, como o Rio de Janeiro durante o período colonial e posteriormente em Santos e Santa Catarina, ambas cidades portuárias. Exatamente como a sociedade criada entre Gachet e Brémond. Em geral eram administrados por jovens homens suíços pertencentes a uma mesma família ou a uma mesma região.<sup>48</sup>

Para realizar a missão acordada com D. João, Gachet recebeu do Real Erário 477.687 francos, que seria a metade do valor acertado para transportar as 100 famílias suíças que seriam selecionadas para migrarem para o Brasil.

Com as Condições para a formação da colônia devidamente assinado, Gachet deixou sua família em Cantagalo e partiu para a Suíça com os documentos necessários para tomar as providências e as cartas com as instruções dirigidas ao Marquês de Marialva, que seria um forte ponto de suporte na Europa, e que poderia aplanar as dificuldades que ocorressem a respeito da jornada e embarque dos colonos.

Gachet levou consigo para a Suíça uma carta de apresentação escrita por Monsenhor Miranda para Brémond. Nela, o inspetor da colônia felicita o cônsul Brémond pelo novo posto e reforça as intenções de transportar não somente dos agricultores, artesãos e especialistas nos mais diversos ofícios, como também os empresários interessados em montar suas fábricas, reforçando-se o já anteriormente dito por Gachet que “todos os suíços que quisessem cultivar açúcar, café, algodão, tabaco e etc., receberiam as terras nas altitudes apropriadas a estas ricas culturas e iriam gostar, como os portugueses, do direito de terem negros;...”.<sup>49</sup>

Monsenhor Miranda reiterou ainda que esta seria a primeira de muitas outras expedições de suíços ao Brasil e falou sobre o desejo do seu soberano de receber somente pessoas comprovadamente honestas o que seria comprovado por uma espécie de atestado de bons antecedentes. Tais ordens incluíam o número de pessoas que seriam autorizadas a fazer parte do projeto e a definição das profissões de preferência.

Este ofício demonstrou a situação privilegiada que se encontrava Portugal perante a Suíça, pois exigia que os colonos fossem católicos, trabalhadores, pais de família, com bons antecedentes antes de serem aceitos como os novos vassalos que o rei queria ter em suas terras. Caberia a Brémond a responsabilidade de zelar pelos colonos desde a saída da Suíça até o embarque definitivo para a viagem além-mar e convencer os representantes do governo dos cantões suíços a se empenharem no recrutamento.

---

<sup>48</sup> VEYRASSAT, Béatrice. Les Suisses et La Suisse au Brésil (1817-1930): le renouvellement des communautés d'affaires ou le recul de l'influence économique de la suisse française. **Études et Sources**, Berne, n. 21, p. 12-13, 1995.

<sup>49</sup> CARTA de Monsenhor Miranda à M. Brémond. **Pièces Justificatives**, n. 1, p. 35. FRIB 1818.1.13.



Em Gruyère, Gachet, com a ajuda de Brémond, deu início à campanha de aliciamento e expôs todas as prósperas novidades sobre o clima e a terra no Brasil. Afirmava que todos os proprietários das habitações por ele visitadas, próximas ao local escolhido, para a instalação da colônia ou eram ricos, ou pelo menos tinham uma vida confortável. Como incentivo à emigração das populações e no intuito de fazer propaganda das terras brasileiras assinou as “Notícias sobre o clima e as produções do distrito de Cantagalo, destinados ao estabelecimento da colônia suíça”, datadas de 2 de outubro de 1818 com chancelaria do secretário de Estado suíço Appenthel.<sup>50</sup>

A colônia de suíços, pelo seu desenvolvimento agrícola e industrial, contribuiria para enriquecer o Brasil de duas maneiras: por um lado, aumentando as receitas das finanças públicas e por outro, freando a saída de capital que ia para a Europa ou Ásia para importar produtos industrializados. Mas o monarca português não demorou a perceber que o agente suíço desempenhava um papel duplo nesta história: ao mesmo tempo em que defendia melhores condições de vida para seu povo, também agia como um empresário e comerciante com interesses próprios e disposto a lucrar com este projeto.

Como no Tratado oficial, assinado entre os governos suíço e português, não ficou estabelecido a quantidade exata de terras que seria dada a cada família suíça, a 7 de outubro de 1818 deliberou-se que a quantidade de terra estaria de acordo com o número de integrantes de cada família, sendo oferecido uma porção para famílias de 3 a 4 pessoas, uma medida maior para famílias de 5 a 6 pessoas e, por fim, uma posse maior para famílias de 7 a 8 pessoas.<sup>51</sup>

Na mesma edição do *Jornal de Coimbra* em que foram publicadas as “Ideias sobre o arrançamento e a distribuição de terras para se estabelecer a colônia de suíços”, é feita a sugestão de que comesse a medir e marcar todas as sesmarias das Capitanias para que fosse feito um mapa do Brasil. Após a confirmação, feita por José Bonifácio de Andrada e Silva, que as medidas de terra seriam as mesmas entre Portugal e Suíça com diferença de apenas 12 milésimos, estabeleceu-se a propriedade para cada família do novo assentamento.

Na área a ser dividida e demarcada na Fazenda do Morro Queimado, ficou decidido no dia 7 de outubro de 1818 que, após feita a distribuição dos lotes, seria feita uma planta das terras que restassem para que pudessem no futuro ser vendidas aos colonos que tivessem prosperado e quisessem ampliar os seus domínios territoriais ou a qualquer outro que tivesse fundos suficientes para cultivar, sem depender do recebimento de mais subsídios do governo, além dos recebidos no momento do recebimento das terras doadas pela Coroa. Previa-se a existência dum

---

<sup>50</sup> FOLKLORE SUISSE, 1976. Cota: J 1460, A. App. 11-16. Acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg, Suíça.

<sup>51</sup> JORNAL DE COIMBRA, Lisboa, v. 12-15, n. 80, p. 63-66, 7 out. 1818.

edifício para funcionamento da câmara e uma fazenda próxima que seria a sede da governança local e poderia ser futuramente usada como uma sede administrativa pelo governo.

É *mister* lembrar que a comunicação nesta época era lenta e dependia de emissários a atravessar o oceano em navios e transportar as mensagens por muitas vezes longas jornadas por terra. Um documento assinado em maio de 1818 levaria dois a três meses para chegar do outro lado do Atlântico, se não tivesse sem possíveis contratempos. Soma-se a isso, o tempo para a realização as frentes de trabalho para a realização do necessário para tirar do papel uma empreitada de tal tamanho. Os organizadores sabiam que o embarque dos colonos deveria acontecer em torno de um ano após a assinatura do Tratado, ou seja, quando o clima com as temperaturas mais quentes da primavera ou verão de 1819 permitissem a saída das embarcações do norte da Europa.

A notícia do acordo foi amplamente divulgada em jornais não só da Suíça, como de Portugal e da França. A empresa migratória criada por Gachet e Brémont mobilizou muito a imprensa suíça a partir de 1818. A ideia era anunciar que esta seria a primeira de uma série de colônias suíças no Brasil. Na Suíça, o *Journal du Jura*, do cantão de Berna, publicou uma nota a 21 de novembro de 1818 com um resumo do tratado e a oferta feita por D. João VI aos suíços.<sup>52</sup> O *Journal de Débats*, veículo de imprensa francês, noticiou a 5 de dezembro de 1818 que o cônsul de Portugal na Suíça comunicava a assinatura do Tratado no qual o monarca português oferecia terras gratuitas aos suíços interessados em ir para o seu reino do Brasil trabalhar na agricultura. Garantia que, tão logo chegassem, seriam naturalizados, para assim poderem gozar dos privilégios e vantagens oferecidos aos seus súditos.<sup>53</sup>

O governo suíço tinha interesse em diminuir o excesso de pessoas que viviam nos cantões, principalmente num período de dificuldade financeira como este, de pós-crise climática que afetou pelo menos dois anos de colheitas, e de problemas causados pelas guerras napoleônicas, como falamos anteriormente. Falar na fertilidade das terras, na abundância de legumes, em ter mais de uma colheita de batatas ao ano, na posse de grandes extensões de terra com isenção de impostos impressionava os friburguenses e despertava o interesse dos suíços em outros cantões. Ao menos na propaganda de imigração, o Brasil era visto como o Eldorado no Novo Mundo. No Brasil não se conhecia problemas com secas, fomes e miséria. Era a terra da prosperidade e da fertilidade, onde existiam muitas oportunidades.

Mas as notícias divulgadas nos jornais europeus não atingiam o número esperado de voluntários para concretizar a empreitada. Os jornais eram lidos pelos mais cultos e os ricos

<sup>52</sup> JOURNAL DU JURA, Berna, n. 47, 21 nov. 1818.

<sup>53</sup> JOURNAL DE DÉBATS POLITIQUES ET LITTÉRAIRES, Paris, p. 1, 5 dez. 1818.

empresários, mas a informação e o convite não chegavam aos agricultores e suas famílias carentes e dispostas a embarcar nesta aventura transatlântica. Estes, em sua maioria, sequer sabiam ler.

O recrutamento dos colonos ficou a cargo da Direção de Polícia Central de Fribourg, mais especificamente nas mãos do conselheiro Charles de Schaller, nomeado para dirigir a operação. Em novembro de 1818, ele lançou a campanha de recrutamento e distribuiu centenas de exemplares do tratado nos quatro cantos do Cantão.

Para ter sucesso na comunicação e no recrutamento das 100 famílias que era suposto embarcarem para o Brasil, Schaller enviou brochuras e cartazes impressos em francês e alemão para as prefeituras do Cantão contendo cópias do tratado bem como as notas de Sebastião Gachet que falavam sobre a vida no Brasil e em Cantagalo. O material de divulgação foi distribuído nas casas e pensões e também afixado nos murais das igrejas, principal local de convívio social e reunião de pessoas nesta região católica da Suíça, e até mesmo durante os sermões os padres incentivavam os fiéis a aderir à ideia que parecia salvadora. Era principalmente a comunicação boca a boca entre os suíços que melhor espalhava as notícias entre os vilarejos vizinhos.

A direção central de polícia, em virtude das ordens de S. Excias., previne aos moradores deste cantão que os registros de inscrição para a colônia suíça a ser estabelecida no Brasil estão abertos a partir desta data. As famílias e indivíduos que desejem aproveitar as vantagens que tal colonização oferece, poderão informar-se junto ao curador de sua paróquia sobre o tratado e, em seguida, dirigir-se ao Prefeito de seu domicílio que está encarregado de receber as inscrições e fornecer os esclarecimentos necessários.<sup>54</sup>

A 1 de março de 1819 em Semsales, Brémond divulgou o primeiro Aviso Oficial aos interessados em aderir ao processo de seleção de colonos, que teriam os mesmos direitos e deveres de todos os portugueses e estariam sob a proteção especial do Rei e de seus agentes por todos os países que passassem até chegar ao Brasil.<sup>55</sup> Entre as regras e exigências para a aceitação no recrutamento estavam o certificado de bons antecedentes emitido pelas autoridades eclesiásticas de cada paróquia, já mencionadouro passaporte ou uma permissão de viagem fornecidos pelo Governo do cantão onde o colono vivia e onde se declarava que o colono estava apto para o trabalho com a terra, assim como seus filhos em idade de trabalho. Os chefes de

<sup>54</sup> AVIS aux colons pour le Brésil. Fribourg, 14 jun. 1819, p. 7. FRIB 1818.1.13. Manuscrito original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg, Suíça.

<sup>55</sup> CONDITIONS sous les quelles Sa Majesté Très-Fidèle a bien voulu accorder à Mr. Sébastien Nicolas Gache. Fribourg, 13 jan. 1818. FRIB 1818.1.13. Manuscrito original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg, Suíça.

família não poderiam ter nenhuma enfermidade, principalmente doenças crônicas ou contagiosas que o impossibilitassem de trabalhar.

As crianças menores de três anos ficariam sob as custas dos pais durante o transporte e dividiriam com eles a quantidade de comida que recebessem. Caberia aos pais cuidar das sujeiras dos pequenos e evitar que causassem tumultos durante a viagem. Antes da admissão, os candidatos receberiam uma cópia das leis portuguesas sobre a propriedade e a herança que por ventura viessem a deixar para seus descendentes no Brasil, bem como as informações sobre tudo a que teriam direito para que pudessem decidir se iriam se transferir para a colônia brasileira e conseqüentemente trocar de nacionalidade.

Os escolhidos deveriam estar na Basileia e a saída da Suíça seria feita em barcos cobertos até a Holanda, de onde passariam aos navios que os levariam com suas famílias e bagagens, para sua nova morada. As estruturas familiares seriam respeitadas após a naturalização e quando pisassem no Rio de Janeiro estariam sob os cuidados do inspetor da colônia no Brasil.

Durante o inverno, a questão brasileira foi discutida nos albergues e nos alpendres das igrejas. Os rumores e os medos circulavam e contagiavam de insegurança os menos corajosos. Uns falavam dos perigos da viagem por um mar tão vasto e desconhecido para os suíços. Diziam que os futuros colonos iam sofrer ataques dos selvagens comedores de gente ou até que seriam enganados e trabalhariam como os escravos.

Mas, para muitos, a perspectiva de receber 20 soldos de franco por dia para cada membro da família parecia um elemento decisivo. A propaganda que Gachet fez das terras e da possibilidade de ficar rico em 20 ou 30 anos também deu certo. Em fevereiro do ano seguinte, pais de família e pessoas solteiras se dirigiram até a prefeitura dos cantões para se candidatar. Muitos enfrentaram o frio e a neve para se inscreverem voluntariamente para formar a colônia no Brasil. A prioridade era dos friburguenses, que haviam feito a apresentação da proposta, mas Brémont também ofereceu esta oportunidade em outros cantões como Berna, Lucerna e Valais.

Como o número de inscritos acabou por superar a expectativa, coube aos emissários suíços fazerem a seleção dos escolhidos de acordo com o número que haviam secretamente definido, que seria de duas mil pessoas, e não mais as 100 famílias. Enquanto que, no Brasil, se esperava receber pessoas honestas, trabalhadores com o intuito de cultivar a terra ou investir na indústria, na Suíça os primeiros a serem escolhidos foram os pobres, os estrangeiros e os

indesejáveis de cada cantão. Alguns foram perseguidos e presos, como aconteceu no cantão de Argóvia, de onde mais de 84 pessoas foram expulsas para o Brasil.<sup>56</sup>

Cento e dez pessoas sem teto e apátridas estavam na lista de embarque para a colônia brasileira, numa totalidade de 830 friburguenses. Por sua vez, estes constituíam um número superior aos 700 anteriormente previstos neste cantão que estava disposto a combater o excesso de população. A grande maioria era constituída por famílias com crianças, que buscavam uma alternativa de vida e um futuro mais promissor para os filhos.

De acordo com o Inspetor da Colônia no Brasil, as famílias recrutadas somavam um total de 1.200 a 1.500 pessoas, que começariam a sair gradualmente da Suíça em maio do ano seguinte à assinatura do Tratado, em dois navios por mês, para que fosse possível acomodar adequadamente os novos portugueses em suas terras.

As notícias que chegaram na Terra de Vera Cruz era de que além das 100 famílias que se alistaram, viriam outras muitas famílias ricas, atraídas pelas concessões gratuitas de ótimas terras e pela atraente propaganda que estavam a fazer em sua terra natal. O que aconteceu neste caso, como em geral acontece nos processos imigratórios, é que os que se habilitam a partir fazem parte da parcela mais pobre da sociedade, os que se agarram num fio de esperança de vida melhor.

O *Correio Braziliense*, em janeiro de 1819, publicou uma nota a respeito das notícias que chegavam da Suíça. Encontravam-se prontas a partir para o Brasil 200 famílias no cantão de Fribourg e mais de 5 mil pessoas estariam interessadas em se candidatar pelos outros cantões.<sup>57</sup> O autor do artigo demonstrou sua preocupação em relação à execução do projeto colonizatório português. Era imprescindível causar boa impressão aos colonos suíços dessa que seria a primeira expedição. Assim, quando os novos vassalos escrevessem para a sua família, se espalhariam as boas novas de como foram bem acolhidos para que estimulasse novas vagas de emigração.

Outra consideração era sobre a necessidade de se custear as despesas dos novos súditos por algum tempo, tal como previsto no Tratado, também como forma de incentivar mais europeus a atravessarem o Atlântico.

Monsenhor Miranda escreveu uma carta à Brémond sobre a maneira como estava a conduzir a campanha de imigração e sobre a possibilidade de instalação de manufaturas e o estabelecimento de pequenos comércios e de outros negócios vulgares aos europeus, mas ainda em falta no Brasil, Miranda recomendou que os empresários interessados em investir nestas

---

<sup>56</sup> CANTÕES, 2009.

<sup>57</sup> CORREIO BRAZILIENSE, Londres, v. 22, n. 131, p. 428-429, abr. 1819a.

terras levem em consideração que os artigos de primeira necessidade e as ferramentas de trabalho poderiam ser interessantes com mercado assegurado. Já com os artigos de luxo, o comportamento não seria o mesmo, pois encontrariam poucos consumidores dispostos a pagar pelo seu preço, sendo assim difícil fazer uma estimativa de lucro possível.<sup>58</sup>

O desejo era o de que os portugueses que viviam nos trópicos ficassem independentes dos artigos estrangeiros, sem as dificuldades para obtê-los e com melhores preços. Por isso, Miranda disse confiar no conhecimento que Brémond tinha do mercado brasileiro e que o Real Erário e o Governo não rejeitariam nenhum ofício ou produto novo a ser inserido localmente.

O processo para a saída dos suíços começou de forma organizada. Em 21 de abril de 1819 foi assinado o contrato entre Frédéric Frey, empresário responsável pelo transporte dos suíços, e o cônsul Brémond, sob o testemunho do comissário de polícia Schaller e dois outros conselheiros a fim de zelarem pelos interesses dos colonos provenientes de Fribourg e Berna. O documento original, chamado “Convenção de Abril de 1819”, faz parte do acervo da imigração da colônia de Nova Friburgo na Biblioteca Cantonal de Fribourg, na Suíça.<sup>59</sup>

Na convenção supramencionada, o empresário se obrigava a transportar da Suíça para a Holanda todos os colonos que partiriam para o Brasil pelo porto de Antuérpia ou de Amsterdão, cabendo-lhe a responsabilidade integral pela condução do comboio com os imigrantes. O transporte até a Holanda seria feito em barcos cobertos com uma tenda, uma espécie de toldo para proteger os colonos e suas bagagens, e evitar que sofressem com o mau tempo.<sup>60</sup>

Os colonos seriam, por fim, recolhidos em três diferentes paradas: Lucerna, e Soleura. O empresário teria vinte dias, a partir da data da assinatura do acordo, para entregar o roteiro completo para a viagem, incluindo as paradas para o jantar ou dormir durante o percurso. As despesas com alimentação, taxa de bagagem e de pernoite nas paragens seriam dos colonos, mas os representantes de cada cantão poderiam ajudar os mais carentes de recursos.

No percurso pelo Vale do Reno, eles atravessariam a Europa Central, passando pelos territórios que hoje são França, Alemanha, Áustria e Luxemburgo, regiões constituídas por vários ducados e pequenas cidades-estados, com barreiras alfandegárias e perigosas travessias com fortes quedas de água, que obrigariam os barqueiros a transferirem passageiros e bagagens

---

<sup>58</sup> CONDITIONS, 1818, p. 50-51. Manuscrito original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg.

<sup>59</sup> MISCELLANEA HELVETICA, n. 9, p. 46-47, 18719. t. 43.

<sup>60</sup> Para o conforto dos passageiros, os barcos que transportariam os colonos pelo rio Reno teriam bancos de madeira e também sanitas. Existia um limite de bagagem por passageiro de 150 a 200 libras de bagagem que seriam levadas em barcos separados dos destinados ao transporte dos colonos e os barqueiros deveriam carregar as bagagens sempre que fosse preciso removê-las.

para carroças. Depois disso, voltariam para as águas e deveriam seguir em comboio único até o fim da navegação fluvial.

Pelo transporte dos colonos e suas bagagens, Frédéric Frey receberia o pagamento no momento do embarque. O valor acordado era de 16 francos suíços para cada pessoa com mais de 14 anos, 8 francos suíços para menores de 14 anos e 4 francos suíços para crianças com mais de três anos.

Pela convenção, Brémont devia ter pronto o primeiro comboio de 770 colonos até 20 de maio. Outros 770 no dia 25 de junho e 400 para 25 de julho, mas o cônsul ainda teria a possibilidade de decidir se era vantajoso saírem juntos num único comboio, e neste caso, deixariam a Suíça entre 25 de junho e 1 de julho, embora Monsenhor Miranda preferisse que a chegada às terras da colônia de Nova Friburgo fosse feita em intervalos de um mês entre as caravanas. Mas o que ocorreu na realidade foi bem diferente do planejado. No velho continente, Brémont já havia decidido que os navios partiriam numa única frota e por isso quem vinha das diferentes partes da Suíça deveria ser reunido nos portos da Holanda.

Dois dias após a assinatura da convenção foram feitas algumas modificações no texto. O ponto de embarque dos passageiros de Berna, seria na Basileia e a lista dos colonos de Berna deveria ser entregue três semanas antes da partida, para que o empresário pudesse providenciar os barcos e contratar os barqueiros. O valor da cobrança seria calculado sobre o número total de passageiros maiores de três anos constantes da referida lista e, mesmo que alguns colonos não embarcassem, não seria feita nenhuma restituição do valor.

A princípio foi anunciado em Fribourg que a primeira leva de colonos partiria no dia 15 de maio, mas a data foi posteriormente transferida para primeiro de junho, o que também não se concretizou. A cerimônia de admissão foi repetida em todas as prefeituras de Friburgo, Berna, Jura e também em Lucerna e noutras vilas. As listas com os nomes dos viajantes estavam prontas e os passaportes, vistos e as certidões de bons antecedentes e batismo já estavam devidamente à postos. Os colonos já tinham sido informados dos documentos, roupas e ferramentas de trabalho que precisavam levar.

Após esta data, os colonos inscritos no primeiro comboio tinham direito a receber uma indenização diária por conta do adiamento da viagem, pois muitos já tinham vendido suas casas, terras, pertences que não poderiam acompanhá-los na viagem e se despedido da família. No total, houve um atraso de 37 dias e o valor da multa foi abatido das taxas que os suíços deveriam pagar durante o trajeto pelo rio.

No final do período de admissão, havia mais de 2.200 colonos inscritos, ou seja, muito mais do que os 1.600 previstos. A decisão de Gachet foi de retirar da lista os indivíduos com

mais de 50 anos, ou que estivessem mais fracos para a longa viagem e para trabalhar com o cultivo da terra.

Os empresários suíços encarregados pelos colonos estipularam que os mesmos deveriam custear o valor do transporte por cada trecho do percurso da Suíça até a Holanda, juntamente com as portagens e, de acordo com o aviso, os que não tivessem condições de pagar tais despesas deveriam avisar às autoridades para que pudessem ser removidas da lista e substituídas por outras pessoas interessadas e mais bem abastadas.

Durante o mês de junho, os suíços se preparavam para o momento da partida. Nos dias que antecederam a viagem, os selecionados se ocuparam em resolver as últimas pendências como: vender os bens que possuíam como casa, gado e terras; conseguir os documentos que faltavam, como certidões de batismo e de casamento, preparar e identificar as malas que deveriam conter as iniciais de cada família. Apenas alguns alugaram as suas propriedades. Para evitar a fuga dos que tinham contraído dívidas, publicou-se a lista com os nomes dos imigrantes nos muros e em alguns jornais locais das cidades de Jura, Lausanne e Fribourg.<sup>61</sup>

Para liderar o primeiro comboio de colonos, de Estavayer à Roterdão, Frédéric Frey escalou seu futuro genro, Eugène Germain, que ficaria como responsável pelo controle das receitas e prestação de contas com o sogro e também pela supervisão do comportamento dos colonos, agindo como uma força policial. Como pagamento, ele receberia um terço dos lucros da empreitada.<sup>62</sup>

O diretor-geral de polícia, Charles de Schaller, emitiu no dia 14 de junho de 1819, o “Aviso aos Colonos para o Brasil”, informando que o local escolhido para embarque era Estavayer-le-Lac. A travessia marítima iniciar-se-ia partir dos portos de Anvers ou Roterdão. A partir deste momento, os colonos ficariam sob as custas do Rei do Brasil e Portugal e sob a responsabilidade do cônsul Gachet, que os acompanharia até o destino final, no Brasil.<sup>63</sup>

Para evitar atrasos no trajeto com longas demoras nas paragens para que se fizesse a coleta individual do dinheiro, os colonos pagariam todas as despesas antecipadamente, e o montante arrecadado seria confiado ao comissário de polícia escolhido pelo governo, para fazer os pagamentos de uma única vez para todo o comboio. Este comissário teria autoridade para manter a ordem durante a viagem, exatamente como foi referido anteriormente, no caso da contratação de Germain, genro do armador Frey.

---

<sup>61</sup> CANTÕES, 2009.

<sup>62</sup> GERMAIN, Eugene. [Correspondência]. Destinatário: João Baptista BRÉMOND. Lucerne, 3 jun. 1819. 1 carta. FRIB1818.1.13. Original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg, Suíça.

<sup>63</sup> AVIS aux colons pour le Brésil. Fribourg, 14 jun. 1819, p. 7. FRIB 1818.1.13. Manuscrito original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg, Suíça.



De acordo com o “Aviso aos Colonos”, os itens indispensáveis a serem levados seriam: roupas de verão para homens e mulheres, calçados resistentes, cobertores, roupas de baixo, as redes que receberiam no porto do mar para a pescaria, marmitas, talheres, pás, picaretas, serras, martelos e outras ferramentas que seriam importantes para o futuro trabalho.

Prevendo a dificuldade em encontrar alguns destes utensílios no Brasil ou até mesmo pelo seu preço excessivo, havia a recomendação de se levarem chapéus de chuva e também um fuzil por família, pois num primeiro momento teriam que se alimentar da caça e se preocupar com as ameaças hostis de índios selvagens e animais.

O “Aviso aos Colonos” terminou com um pedido à comunidade suíça para que ajudassem no transporte dos colonos e de seus pertences, principalmente os que estavam acompanhados de crianças pequenas e os mais carentes, até o local do embarque em Estavayer-le-Lac e também pedia aos proprietários das pensões ribeirinhas ao longo do percurso para dar em auxílio e abrigo aos viajantes que necessitassem.

Jorge Miguel Mayer na sua tese de doutorado, analisou um documento relativo ao leilão realizado em 1820 com os pertences de pouco mais de 20 suíços que morreram à bordo dos navios que fizeram parte da primeira leva de colonos. Comprovou-se que, de fato, eram, em sua maioria, pessoas simples, com pouquíssimos bens, em busca de uma oportunidade de mudar de vida, em terras mais prósperas. Traziam em sua bagagem algumas ferramentas, utensílios cotidianos, como talheres e panelas e poucas roupas.<sup>64</sup>

Já na bagagem do pequeno grupo de burgueses suíços (22%) que fazia parte da colônia, foi notada uma abundância de roupas de tecidos variados, acessórios de cama, bem como objetos supérfluos como pentes, escovas de cabelo e jóias, que demonstram uma preocupação maior com o conforto do que com o ofício que iriam exercer. Foram encontrados objetos como relógios, pêndulos e máquinas de café. Entre os seus pertences, também faziam parte livros sobre agricultura e comércio, e garrafas e sacos com sementes.<sup>65</sup>

A lista dos viajantes preparada pelo comissário Schaller foi constituída pelos nomes das famílias de emigrantes, juntamente com os seus integrantes, profissão, estado civil, idade e o cantão ou vila de origem. Esta lista serviu como base para o pagamento dos barcos e navios contratados.

Quando verificada a origem dos colonos dos demais cantões temos o seguinte panorama:

---

<sup>64</sup> MAYER, Jorge Miguel. **Raízes e crises no mundo caipira**: o caso de Nova Friburgo. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

<sup>65</sup> CANTÕES, 2009.

**Tabela 1 – Número de Colonos por Cantão**

<b>Cantão</b>	<b>N. de Inscritos</b>
Fribourg	830
Berna	500
Valais	160
Vaud	90
Neuchatel	5
Genebra	3
Argovie	143
Soleure	118
Lucerna	140
Schwyz	17
<b>Total</b>	<b>2006</b>

Fonte: KREBS, G. (ed.). Folklore Suisse. Basileia, 1976

O cantão de Fribourg foi responsável pelo maior número de emigrantes, por ter sido o local responsável pela apresentação do projeto de imigração. Como anteriormente visto, outros cantões também contribuíram para a formação do contingente de suíços para a criação da colônia de Nova Friburgo.

**Tabela 2 – Cantão de Fribourg. Número de Imigrantes por Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>N. de Inscritos</b>
Broye	43
Glâne	130
Gruyère	310
Lac	58
Sarine	131
Singine	71
Veveyese	79
Não determinado	8
<b>Total</b>	<b>830</b>

Fonte: KREBS, G. (ed.). Folklore Suisse. Basileia, 1976.

### 3.1 Uma Política Por Trás do Projeto

O que na verdade é importante sacramentar é que este foi realmente o primeiro tratado que visava uma colonização de famílias europeias nesta colônia que Portugal agora tinha grandes interesses em ocupar. Diferente de todas as levas de europeus ou asiáticos que foram antes dos suíços para o Brasil com o intuito de explorar as terras e suas riquezas ou contratados para realizar um projeto pontual.

Veremos a seguir alguns exemplos que ocorreram e que muitas vezes foram confundidos com projetos colonizadores. Por isto, nas “Condições para o Estabelecimento da Colônia”, se fala sempre no número de famílias de colonos, o que seria uma mudança no perfil de colônia de exploração agroexportadora para, enfim, colônia de povoamento.

Desde a chegada da corte ao Rio de Janeiro, era necessário ter cada vez mais mão de obra qualificada para o domínio de diversas atividades que atendessem às demandas dos recém-chegados, acostumados com os víveres europeus e o abastecimento de iguarias trazidas dos territórios ultramarinos. O cultivo da terra por famílias de experientes lavradores num local relativamente próximo à morada real seria muito produtivo.

Outro fator que reforçava o projeto de europeização do território era a necessidade de diversificar os produtos agrícolas para abastecimento interno, ampliando a oferta de gêneros alimentícios. A pequena propriedade seria uma boa alternativa para aumentar a variedade dos provimentos cultivados e o incremento de tecnologia na produtividade na agricultura.

A colônia de Nova Friburgo teria um papel bem definido na política joanina, a esta altura já influenciada pelos ideais ilustrados daqueles que acompanharam a mudança da Corte para o Brasil e por aqueles que viam a excessiva presença de negros e escravos como um problema futuro.<sup>66</sup> O conde de Palmela se referiu abertamente sobre a superioridade numérica de negros no Rio de Janeiro para a sua mulher: “Falta gente branca”.<sup>67</sup>

A presença duma comunidade de suíços, além de promover o povoamento no interior, diminuiria a insegurança em relação à presença dos “índios selvagens” e aumentaria a presença quantitativa do “elemento branco” nas imediações da Corte. No contexto de formação de um povo nomeado brasileiro e buscando aumentar o vínculo do Brasil com as grandes potências do velho continente, a coroa portuguesa decidiu por substituir aos poucos o trabalho escravo realizado majoritariamente pelos negros e tentar atrair a mão-de-obra europeia. Estes brancos

---

<sup>66</sup> SANGULAR, Gisele. De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.b10, n. 1, p. 173-202, 2003.

<sup>67</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz *et al.* **Crise colonial e independência**: 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. p. 230.

européus seriam responsáveis por, a médio e longo prazo, “educarem” os próprios portugueses que nestas terras viviam. “Logo, desde o início, a marca por excelência que se buscava dar a identidade brasileira era de branquitude.”<sup>68</sup>

Ainda sobre esta temática, o jurista, jornalista e diplomata português Hipólito da Costa (1779-1823) escreveu em seu jornal, o *Correio Braziliense*, publicado em Londres, uma resenha sobre a abolição da escravatura e a necessidade de se ter mais brancos no Brasil para substituírem os braços dos negros trabalhadores africanos, que com o fim do tráfico não poderiam mais abastecer de mão de obra as lavouras.

Como a Inglaterra já havia proibido o tráfico de escravos no Atlântico Norte desde 1807, normal seria prever um cenário para o fim do tráfico para o Brasil. Segundo Hipólito da Costa, a diferença da cor seria um grande obstáculo, incompatível com o desejo de se formar uma nação verdadeiramente “braziliense”, um termo mencionado pelo próprio. Para assimilar os negros livres ao restante da população, não somente em relação à cor de pele, mas também à linguagem, seria preciso mais de uma geração com estímulos à miscigenação para que, com o tempo, os traços fossem amenizados.<sup>69</sup>

Influenciado pelo movimento iluminista, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), Conde de Linhares, nomeado Ministro de Guerra e dos Negócios Estrangeiros, introduziu diversas reformas no Brasil, entre elas a demarcação das terras, a criação de mapas das sesmarias, a necessidade de se conhecer e ocupar o território brasileiro.<sup>70</sup> Para tal, em acordo firmado com o Governo da Suécia, a Coroa portuguesa traria para o Brasil um grupo de experientes mineradores suecos especializados na extração e tratamento do ferro, num episódio que ficou conhecido como “imigração técnica”, numa tentativa de se desenvolver a indústria siderúrgica no Brasil, iniciado em 1810 por ordem do príncipe regente D. João.

Por conta deste projeto, se mudaram para o Rio de Janeiro 24 mineradores e um diretor responsável pelo grupo que chegou em dezembro de 1810, com um contrato temporário de trabalho. A siderúrgica funcionou até 1826 e de lá saíram muitos dos artigos necessários ao Brasil do século XIX como panelas de ferro, maquinário para engenhos de açúcar e café, escadas, luminárias, etc.

José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) escreveu *Memória Econômica e Metalúrgica sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema-Sorocaba*, (1820), na qual afirmava que os

<sup>68</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

<sup>69</sup> CORREIO BRAZILIENSE, 1819a, p. 429.

<sup>70</sup> COUTINHO, Dom Rodrigo de Sousa. **Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)**. São Paulo: HUCITEC. 2015.

suecos que foram para o Brasil, teriam sido mal selecionados, pois tinham pouco conhecimento e experiência em metalurgia e que vários erros técnicos graves foram detectados na construção da fábrica e na planificação do projeto. Neste caso, o objetivo da contratação destes estrangeiros era claramente instituir uma manufatura que se tornou na forja real. Acabado o prazo do contrato, os suecos desejaram voltar ao seu país de origem.<sup>71</sup>

Na prática, já existia desde o início do século XVIII um pensamento em prol do “branqueamento da população”, muito antes de se pensar em abolição da escravatura ou fim do tráfico negreiro.<sup>72</sup> Sabemos que dados históricos sobre a demografia desta época não são exatos, mas em 1872 foi realizado o “primeiro recenseamento moderno”, após as grandes migrações do período do ouro e também da ida da Corte Portuguesa para o Brasil, que apontava que 58% dos quase 10 milhões de brasileiros (pessoas que viviam no Brasil) eram de origem africana, pura ou mestiça.<sup>73</sup>

O termo “branqueamento” a que me refiro no presente estudo, inspira-se em Andreas Hofbauer, especialista em questões raciais, e pode ser entendido sob dois sentidos: o primeiro seria a internalização de modo dos brancos e perda dos hábitos e cultura de sua origem africana e o segundo sentido seria o clareamento visível no fenótipo da cor da pele da população afro-descendente, o que ocorreria após sucessivos cruzamentos das raças.<sup>74</sup>

No *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa fez uma advertência ao dizer que o Brasil deveria se preparar para uma época em que não seria mais possível importar escravos da África e propôs como solução “recolher no Brasil a mais vantajosa colheita de emigrados de toda a parte da Europa.” Como origens preferíveis de possíveis imigrantes, o autor cita a Alemanha, Holanda, Escócia, Irlanda e os Estados Unidos.<sup>75</sup>

Segundo Hipólito da Costa, o governo português deveria elaborar medidas e leis que pudessem persuadir “as nações estrangeiras de que as suas pessoas e suas propriedades seriam no Brasil respeitadas e não sujeitas ao arbítrio de governadores, e ministros, nem sofreriam perseguições religiosas.”<sup>76</sup> Ao final do artigo, o autor resumiu suas propostas pragmáticas a

<sup>71</sup> SANTOS, Nilton Pereira dos. **A Fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do segundo reinado (1860-1889)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 24-25.

<sup>72</sup> CAIRÚ, José da Silva Lisboa. **Memórias dos benefícios políticos do governo D’El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Regia. 1940. p. 169-175.

<sup>73</sup> BACCI, Massimo Livi. 500 Anos de demografia brasileira: uma resenha. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 147, 2002.

<sup>74</sup> HOFBAUER, Andreas. **Uma História de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

<sup>75</sup> CORREIO BRAZILIENSE, Londres, v. 12, p. 914, 1814.

<sup>76</sup> Ibid.

respeito da abolição da escravidão e da consecutiva política de imigração exatos 74 anos antes de instituída a Lei Áurea pela princesa Isabel, decretando o fim da escravidão no Brasil:

Concluimos que meditando sobre a extinção da escravatura no *Brazil*, a Corte do Rio de Janeiro deve *imediatamente* tomar medidas para prover-se de artistas, agricultores, e trabalhadores, dos *países* da Europa, d’onde se podem alcançar, e que para os convidar deve publicar *leys* e regulamentos saudáveis, que persuadam o Mundo de que as instituições políticas do *pays* são tão favoráveis quanto He bom o clima, e fértil o terreno.<sup>77</sup>

Além das medidas legais seria preciso também investir numa forte propaganda, para fazer chegar aos líderes dos países europeus essa intenção dos governantes portugueses. Foi o que aconteceu no caso da colônia suíça de Nova Friburgo.

De acordo com o historiador e sociólogo brasileiro Antonio Carlos Lopes Petean, as políticas de incentivo à imigração de europeus para o Brasil foram intensas no decorrer dos séculos XIX e XX. Com o branqueamento da população, pretendia-se atingir uma “higienização” moral e cultural da sociedade brasileira, nos termos usados na época, e clarear a população para fazer progredir o país. Este passou a ser um projeto defendido no século XIX e avançou pelo século XX.<sup>78</sup>

Estes são apenas alguns relatos que confirmam que a entrada de imigrantes europeus patrocinada pelo Governo fazia parte de um projeto de engenharia social dos intelectuais da época, tomando a Europa como um grande modelo a ser copiado. Acreditava-se que a imigração abriria as portas para o gradual “branqueamento” da população brasileira e diminuiria a presença de negros e mulatos na formação da identidade nacional.

A historiadora brasileira e descendente dos imigrantes suíços Gisele Sanglard, em uma entrevista dada a um veículo de imprensa suíço, disse acreditar que a coroa portuguesa passou a temer uma revolta de escravos, como ocorreu no Haiti, que culminou com a independência do país.<sup>79</sup> Na ilha caribenha, no ano de 1803, através de uma revolta, a população escrava negra dizimou a elite branca, que era de origem francesa.<sup>80</sup> Por esse motivo, havia uma urgência em diminuir a desproporção entre brancos e negros na colônia brasileira, para além de trazer um pouco de civilização para a residência atual da dinastia Bragança. Para Gisela Sanglard, os suíços teriam o papel de educar civilizadamente os que moravam no Brasil.

<sup>77</sup>CORREIO BRAZILIENSE, 1814, p. 915.

<sup>78</sup>PETEAN, Antonio Carlos Lopes. O Racismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, v. 7, n. 2, dez. 2012.

<sup>79</sup>HIRSCHY, Fernando. A Exuberância que chocou os suíços. **SWI swissinfo.ch**. 4 jul. 2018. Disponível em: [https://www.swissinfo.ch/por/economia/empresa-migrat%C3%B3ria\\_a-exuber%C3%A2ncia-que-chocou-os-su%C3%AD%C3%A7os/44270560](https://www.swissinfo.ch/por/economia/empresa-migrat%C3%B3ria_a-exuber%C3%A2ncia-que-chocou-os-su%C3%AD%C3%A7os/44270560). Acesso em: 28 maio 2020.

<sup>80</sup>NESBITT, Nick. **Universal emancipation: the haitian revolution and the radical enlightenment**. Virginia: Ed. Universidade de Virginia, 2008. p. 81-88.

Aconteceram ao longo da história pós-transferência da família real portuguesa ao Brasil, algumas experiências migratórias com fins específicos, como foi o caso dos suecos da siderurgia previamente referido.

Contudo, este não foi o único projeto. Com o intuito de entrar no mercado de venda de chá, dominado na época pela Inglaterra, D. João decide fazer uma tentativa de introdução do cultivo da planta em seus domínios na América do Sul. Para isso, era necessário, primeiramente, fazer a aclimação das mudas e o plantio das sementes que teriam que sobreviver à longa viagem desde a China, que durava mais de 100 dias. Outro ponto de atenção era a necessidade de ter mão de obra qualificada para seu desenvolvimento.

Neste contexto, entra em cena um projeto do Conde de Linhares em conjunto com o Ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira (1776-1824) de contratar especialistas no plantio da erva. Com a facilidade de se obter mão de obra proveniente daquela península sob controlo e legislação portuguesa na Ásia, chegam ao Brasil em 1812 cerca de 400 chineses. Pelos registros encontrados, eles chegaram em diferentes vagas e eram todos eles solteiros e do sexo masculino. Foram chamados para trabalhar na Quinta da Boa Vista e no Real Horto, no Rio de Janeiro, onde foram vistos por diversos estrangeiros que mencionaram sua presença em relatos de viagem.<sup>81</sup>

Ao contrário do que aconteceu no caso dos suíços, não havia para os asiáticos aqui chegados uma proposta de seção de terras, subsídios agrícolas ou incentivos para a vinda de famílias. Também não foi oferecido aos chineses a possibilidade de se naturalizarem portugueses e serem considerados súditos de Sua Majestade. Neste caso, a proposta seria um contrato de trabalho para um fim específico e com salário predefinido. Para alguns, era uma espécie de coparticipação, um novo modelo de escravidão da época, chamado Sistema “Coolie”.

Este sistema foi criado segundo o pensamento de que era preciso pensar numa alternativa para suprir a necessidade de mão de obra com o fim da escravidão africana nos territórios do hemisfério norte, e que se repetiria alguns anos mais tarde no hemisfério sul. Neste modelo, que se propagou em várias partes do mundo, os “contratados” tinham que pagar valores exorbitantes pelo transporte, hospedagem e alimentação durante a viagem numa situação que dificilmente lhes permitia quitar suas dívidas. Isso sem falar nas condições sub-humanas em

---

<sup>81</sup> MACCORD, Marcelo. Mão de obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiências, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 57, p. 151-185, 2018.

que aguardavam o dia do embarque e em que eram acomodados no seu destino até terem condições de se sustentar.<sup>82</sup>

A experiência de introduzir o cultivo de chá na agricultura do Brasil na primeira metade do século XIX não obteve o sucesso esperado. O clima quente teria sido a causa do fracasso do projeto. Outros acusaram os agricultores expertos de não quererem compartilhar os segredos da tradicional cultura asiática sobre o plantio, cultivo e colheita.

De qualquer forma, fato é que os “chinas”, como são mencionados em diversos documentos da época, estavam longe de fazerem parte da criação de uma identidade brasileira, com seus marcantes traços de fisionomia e cor de pele diferentes das dos europeus. Os chineses também seriam vítimas do preconceito racial e encontraram dificuldade em se adaptar nestas terras, com pessoas que pouco sabiam sobre suas manifestações culturais e suas práticas religiosas, sem falar na barreira que existia entre o português e o mandarim.

Assim como ocorreu com os negros africanos que não pertenciam a um único grupo de procedência, os asiáticos também tinham origens em diferentes regiões da Grande China e enfrentaram problemas e disputas entre eles, embora em sua maioria tenham partido do porto de Macau. Os trabalhadores chineses que partiram para o continente americano pretendiam voltar para seu lugar de origem após encerrada a missão, pois tinham laços muito fortes com a sua ancestralidade.

Com o passar do tempo e o fim dos contratos de trabalho que não foram renovados, os chineses desistiram da agricultura e passaram a trabalhar como mascates nos centros comerciais e alguns, que dominavam o ofício da carpintaria, foram aproveitados pela indústria naval para a construção de navios.

---

<sup>82</sup> YANG, Alexander Chung Yun. O Comércio dos “Coolie” (1819-1920). **Revista de História**, São Paulo, v. 56, n. 112, p. 419-428, 1977.



#### 4 A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA E A AGONIA DA ESPERA EM MIJL

Com a falta de ligação direta da Suíça com o mar, a alternativa escolhida pelos organizadores do projeto foi o comboio com os colonos partir pelo rio Reno até os portos de Roterdão e Amsterdão, na Holanda, onde embarcariam nos navios nos quais fariam a longa travessia atlântica, com as suas famílias e os poucos pertences que tinham direito a levar.

No sábado, três de julho, a caravana dos emigrantes causava ruído pelas ruas da pequena cidade de Estavayer, o ponto de encontro decretado no *Aviso aos Colonos* emitido pela comissão responsável pela viagem. Os suíços vindos dos cantões de Fribourg, Valais e de Vaud, que formavam o primeiro grupo de viajantes, já estavam na vizinhança do lago de Estavayer.

O comissário Schaller conferiu pela última vez a documentação das mais de mil pessoas, o que representava 50% do número de colonos, e pagou as contas apresentadas por alguns credores que ajudaram no transporte daqueles que não tiveram a ajuda de amigos e parentes.

No dia seguinte, foi realizada uma missa solene na igreja paroquial, pelo bispo de Lausanne que nomeou o friburguense Jacob Joye como pároco de Nova Friburgo. Após a missa e a prece dos viajantes, houve ainda a celebração de um casamento de colonos que embarcariam na viagem. Com as bênçãos do bispo já às margens do lago, os emigrantes foram chamados para o embarque nas três grandes embarcações já preparadas. Em cada uma caberia entre 200 e 250 pessoas. Ao som de tambores e de tiros de fuzil, os barcos iniciaram a viagem.<sup>83</sup>

O momento da partida foi narrado por Martin Nicoulin:

Sobre a colina, o bispo, todo paramentado, despede-se dos emigrantes. Compara-os aos heróis do êxodo que partem para a Terra Prometida. E, com a mão que abençoa, traça o sinal da cruz sobre aquela cruzada de camponeses.<sup>84</sup>

Os destemidos suíços partiram por volta das sete da noite, como relata o pároco Jacob Joye em seu diário de bordo, com um vento de leste, contrário à navegação, a caminho da Basileia, onde se encontrariam com os colonos vindos de outros sítios, como Jura, d'Argovie e Lucerna. Por onde o comboio passava, eram saudados com acenos e até salvas de canhão, em sinal de respeito e como forma de os encorajar. “Na primeira noite, os colonos dormiram ao ar livre, como nômades, na outra extremidade do lago de Neuchatel, de onde partiram ainda antes

---

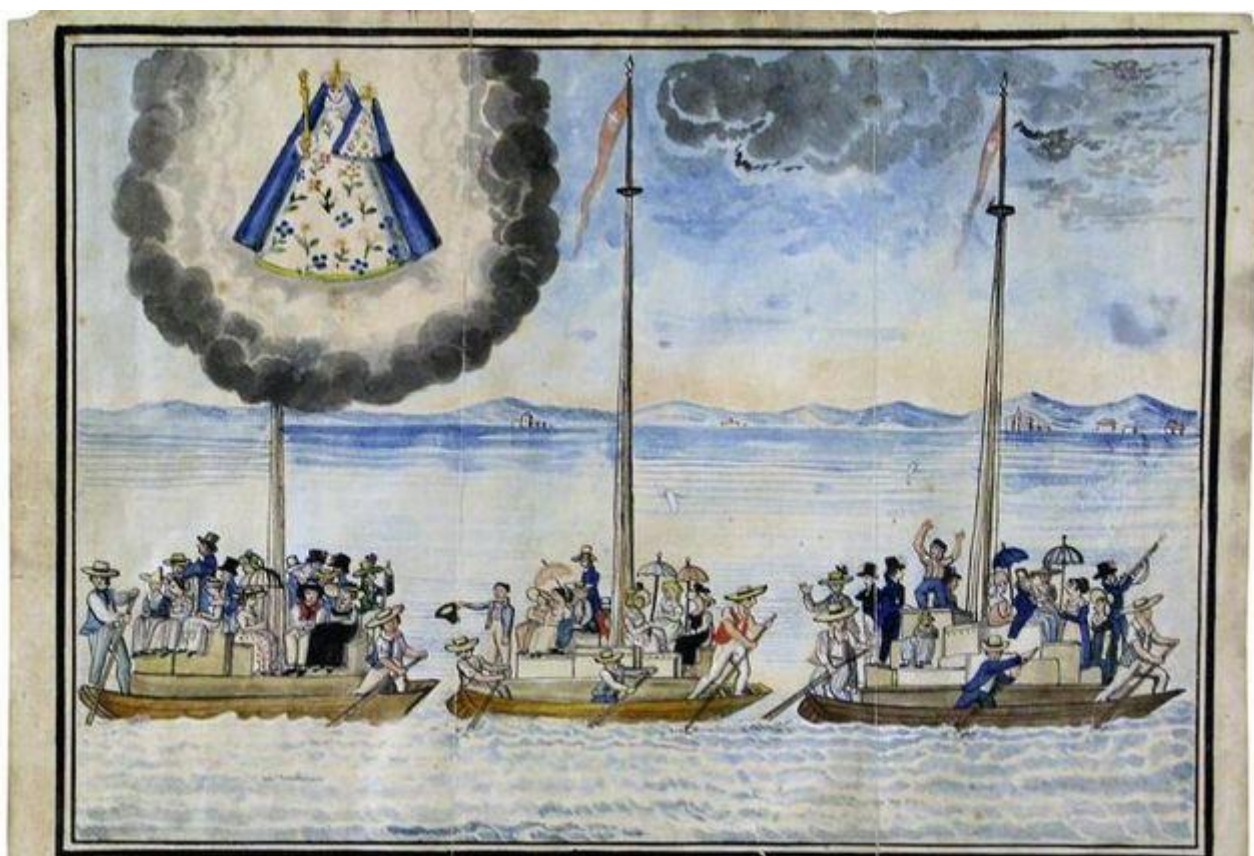
<sup>83</sup> DUCOTTERD, Georges; LOUP, Robert. **Terre! Terre!** Fribourg: La Sarine, 2018. p. 51.

<sup>84</sup> NICOULIN, 1996. p. 134.

de entrar no Reno. Teriam feito essa parada por precaução, pois não consideravam seguro viajar à noite”.<sup>85</sup>

Em carta escrita por Gachet e datada de cinco de julho de 1819, de Paris, o cônsul reconheceu ter recebido de Sua Majestade, o Rei de Portugal, na embaixada da França a quantia referente à metade do frete de 100 famílias suíças, correspondente ao número de 1806 indivíduos.<sup>86</sup> O valor a que ele se referiu soma o montante de 477.687 francos e foi pago entre os dias 12 de março e cinco de julho do referido ano.

**Figura 5 -Partida dos imigrantes de Estavayer-le-Lac**



A partida de Estavayer-le-Lac, no domingo 4 de julho de 1819. Aquarela de Autor desconhecido, extraído de NICOULIN, Martin, A Gênese de Nova Friburgo, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1996.

<sup>85</sup>JOYE, Padre Jacob. **Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819**. 2. ed. Friburgo: Associação Fribourg, 2005. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?4cmd=object:o\\_diario\\_de\\_jacob\\_joye.pdf&action=download](http://www.djoaovi.com.br/index.php?4cmd=object:o_diario_de_jacob_joye.pdf&action=download). Acesso em: 20 maio 2020.

<sup>86</sup>GACHET, Sebastião Nicolao. [Correspondência]. Paris, 5 jun. 1819. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

**Figura 6 - Trajeto dos Colonos da Suíça até a Holanda**



Fonte: DUCOTTERD, Georges; LOUP, Robert. **Terre! Terre!** Fribourg: La Sarine, 2018., p. 103.

Cinco dias após a partida de Estavayer, os viajantes chegaram a Basileia, onde também estavam os demais barcos com 500 colonos de Berna, de acordo com o trato feito entre Brémont e o empresário de transportes Frédéric Frey. Era para ser uma parada de apenas um dia, o suficiente para juntar os grupos de emigrantes dos diferentes cantões e formar um único comboio. As embarcações precisavam ser abastecidas com os víveres necessários e os

indivíduos fariam um breve descanso no início do rio Reno antes de seguirem a jornada até a Holanda.

Mas, ao atracarem na Basileia, a nove de julho, após passarem sem problemas pelas perigosas correntezas de Lauffenburg, no Alto Reno, havia apenas seis barcos ancorados no porto ao invés de oito, e estes ainda não estavam com as devidas guarnições. Por isso, a parada acabou sendo mais longa do que o esperado e o nervosismo, aliado à ansiedade e à falta de informações fornecidas pelas autoridades, provocou alguns desentendimentos entre os viajantes e os responsáveis presentes.<sup>87</sup>

Os colonos desconheciam os motivos que teriam causado a demora e a desorganização e reclamaram da despesa não programada com alimentação e abrigo durante esta estadia. Alguns comerciantes das cidades ribeirinhas aumentaram os preços da comida e mercadorias por onde eles passavam, exatamente o contrário do que lhes tinha sido pedido na carta enviada aos prefeitos locais pelo comissário Schaller.<sup>88</sup>

Não achavam justo o facto de terem sido privados de levar o que queriam, obedecendo ao limite dado a cada passageiro enquanto alguns privilegiados tinham tantasmalas. Eles eram muitos para as embarcações disponíveis e não ficaram satisfeitos com a ideia de viajar durante dias pelo Reno sem espaço, espremidos entre as caixas. Estavam indignados, como nos conta o personagem Grosjean, nesta passagem de *Terra! Terra!*:

Nós, os pobres diabos. Só tivemos o direito de levar conosco uns cem quilos de bagagem. Por que o Monsieur de Montebéré pôde fazer uma mudança completa? Ele toma o nosso lugar e enche um barco inteiro com sua montanha de caixas.<sup>89</sup>

O enviado de Berna, responsável pelos colonos do Jura, constatou um volume acima do esperado nos pertences embarcados pelo primeiro grupo, vindode Fribourg. O cônsul Brémont e Montebéré, que seria empresário no Brasil, seriam os responsáveis pelo excesso de bagagem que não cabia nos transportes.<sup>90</sup>

Sem ter como manter em sigilo o seu projeto secreto de fundar uma filial da sua fábrica de vidros no Brasil, enviando todo o material embaúscando se fossem bens dos colonostoda aquela vidraria, Brémont desistiu da empreitada camuflada de desenvolver uma indústria vidreira em Nova Fribourg. A questão em pauta não era a possibilidade de se estabelecer esta

<sup>87</sup> 4 DE JULHO de 1819: adeus pátria. **SWI swissinfo.ch**, 14 maio 2009. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/4-de-julho-de-1819--adeus-p%C3%A1tria/875204>. Acesso em 28 maio 2020.

<sup>88</sup> BOURGOIN, Gaston. Le Voeu du consul Jean-Baptiste-Jérôme Brémont. **Nouvelles Étrennes Fribourgeoises**, Fribourg, p. 19, 1941.

<sup>89</sup> DUCOTERD; LOUP, 2018, p. 85.

<sup>90</sup> NICOULIN, 1996, p. 141-142.

manufatura em terras brasileiras, e sim o facto de que os cônsules de Portugal na Suíça e da Suíça no Brasil queriam se aproveitar das facilidades de serem os organizadores da viagem para diminuir os custos de formação de uma indústria e fazê-lo sem informar as autoridades ou pagar pelo frete de tantas mercadorias que serviriam como matéria prima e todo o maquinário necessário para o seu processamento.

Nicoulin diz que foram contabilizadas pela Direção da Alfândega de Berna 111 caixotes em nome de Porcelet, um comissário de Fribourg que acompanhava o grupo, mas que, na verdade, pertenceriam a Brémont. Foi neste momento que Brémont rompeu a sociedade com Gachet e passou a acusá-lo de ter abusado da confiança dos emigrantes.

Os suíços viajantes se revoltaram e culparam Brémont pelas falhas cometidas na organização da viagem, desde o atraso no dia da saída até o problema do excesso de bagagem em relação ao número de embarcações contratadas. Houve um motim e o cônsul foi chamado de aventureiro e ladrão pelos colonos que ameaçaram linchá-lo e jogá-lo no rio. Exigiam o espaço que lhes havia sido prometido e que fora ocupado pela carga extra. Decidiram esvaziar os barcos, jogando sobre o cais as caixas da associação comercial que estavam em nome de Porcelet, danificando muita mercadoria e quebrando os vidros.

Quando Brémont chegou ao local, tentou acalmar a multidão e culpar Frey pelas falhas na execução do projeto. Argumentou que estas bagagens beneficiariam a todos, pois seriam utilizadas para a criação de uma indústria na colônia de Nova Friburgo. Os passageiros só se aquietaram quando o cônsul anunciou que havia providenciado mais dois barcos para o transporte, o aumento da quantidade de comida a ser servida e o embarque dos colonos no dia seguinte.<sup>91</sup>

No dia 13 de julho, Brémont formalizou o recebimento do valor pago pelos passageiros a Porcelet, responsável pelo comboio friburguense, para custear o primeiro trecho da viagem. Brémont disse ainda que seriam feitos recibos em nome de todos os viajantes suíços para que estes valores usados fossem acrescidos no subsídio que receberiam do Real Erário português quando chegassem ao Brasil.

No mesmo documento, Frédéric Frey admitiu ter recebido 50 francos suíços, que seria, segundo o próprio, o valor necessário para fazer partir o último barco friburguense, o que aconteceu neste mesmo dia, quando os emigrantes dos cantões da Suíça francesa deixaram a Basileia.

---

<sup>91</sup> UN FAIT peu connu de L'émigration au Brésil de 1819. In: BOURGOIN, Gaston. Le Voeu du consul Jean-Baptiste-Jérôme Brémont. **Nouvelles Étrennes Fribourgeoises**, Fribourg, p. 19, 1941.

Em carta escrita pelo Cavaleiro Brito, de Paris ao cônsul português na Holanda, Lenersan, o mesmo disse acreditar que até o dia 25 daquele mês estariam todos os colonos prontos e reunidos no porto de Roterdão e que para o sucesso da viagem até o Rio de Janeiro seria necessário que fossem feitas vistorias detalhadas nos barcos para garantir a segurança dos passageiros.<sup>92</sup> O responsável pela embaixada portuguesa em Paris também avisou Lenersan que Gachet ficaria responsável por pagar aos barqueiros metade do valor do frete, acompanhar a vistoria e emitir o *Ato de Vistoria* em três vias, sendo que uma destas deveria ser enviada aos seus cuidados, na França, pois serviria na prestação das contas daquele posto diplomático com o Tesouro dos gastos feitos com o projeto migratório.

Nicolao Gachet também deveria exigir recibos dos pagamentos feitos aos capitães dos navios e outras formalidades que o diplomata português considerava indispensáveis. Era notória a preocupação do cavaleiro Brito com o bem-estar dos novos súditos da Coroa e com a estada destes na Holanda, para o bom andamento da empreitada.

Francisco José Maria de Brito pediu que fosse entregue a cada suíço, antes do embarque, a relação das refeições a que teriam direito na viagem transatlântica, juntamente com o regulamento preparado pela polícia sobre as regras, como o horário das refeições e das cerimônias religiosas, o papel que cada um deveria desempenhar no navio e o esperado comportamento a bordo. Ele lembrou ainda que Gachet recebeu dos governantes dos cantões o dinheiro para custear a viagem da Suíça até a Holanda, eximindo o governo português de qualquer reclamação posterior feita pelos barqueiros sobre esta parte do percurso.

O diplomata português disse assumir qualquer dívida que tivesse sido contraída pelos colonos durante o trânsito pelos Países Baixos, depois de devidamente declarada e confirmada pelos representantes lusos na região. Foram listadas ao todo 16 exigências e mais algumas recomendações como a confecção de uma resenha sobre cada viajante admitido pelos governos cantonais e uma resenha à parte para os que porventura fossem incluídos no porto de partida.

Essa carta ratificou o que foi dito no capítulo anterior que, embora tenham recebido dos governantes helvéticos e do governo português uma verba destinada a cobrir as despesas com o transporte dos emigrantes das cidades suíças até aos portos holandeses, Gachet e Brémond cobraram dos alistados todas as despesas da viagem na Europa, lucrando duplamente com o projeto.

Brémond pediu ajuda ao cônsul de Portugal em Roterdão, Lenersan, para que, juntamente com Porcelet, fizesse uma inspeção nas bagagens que estavam nos barcos e também

---

<sup>92</sup> BRITO, Francisco José Maria de. [Correspondência]. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Paris, 13 jun. 1819d. carta n. 5. ANTT, MNE, Caixa 189.

que verificasse os passaportes dos colonos, pois ele, Brémond, não tinha conseguido fazê-lo devido à confusão ocorrida com os emigrantes no porto da Basileia a respeito do excesso de bagagem.<sup>93</sup>

No mesmo ofício, Brémond avisou que o comboio com 1085 pessoas havia partido de Basileia em seis embarcações cobertas com toldos, para proteger os colonos, e três outros barcos com as bagagens e alguns friburguenses que se voluntariaram a viajar com menos conforto junto com a carga, para diminuir a lotação nos primeiros transportes.

Segundo o relato do religioso Jacob Joye, a cobertura das seis barcas era feita com tábuas de madeira, que fizeram uma boa proteção, e eram equipadas com fogões, permitindo aos colonos que cozinhassem sua própria comida. Os que seguiram a jornada nas barcas descobertas, junto das caixas, improvisaram um telhado com panos velhos e lonas e construíram seus próprios fornos utilizando tijolos.<sup>94</sup>

Preocupado com a possibilidade de o volume das bagagens estar acima do que foi previamente combinado e pago pelo Real Erário, Brémond passou para Lenersan a tarefa de reembalar de maneira econômica as caixas e baús, para que não fugissem do orçamento aprovado, e que mandasse de volta para a Suíça o excedente que não pudesse seguir a jornada.

Brémond procurou manter seus contatos diplomáticos, possivelmente para se proteger de futuras indagações e Frédéric Frey também buscou se resguardar de prejuízos morais e financeiros e, por isso assinaram uma convenção na qual o cônsul de Portugal se comprometeu a pagar dois mil francos suíços a Frey para lhe ajudar a transportar o terceiro comboio de colonos para o Brasil.<sup>95</sup>

No dia 14 de julho, Frey e Brémond romperam definitivamente as relações e o diplomatanegociou com outro empresário para embarcar o restante da colônia. Contrariado, Frédéric Frey denunciou o acordo que ele e Brémond haviam feito, no qual havia uma cláusula desconhecida do público que previa a divisão dos lucros do empreendimento. Por esse motivo não houve nenhuma tentativa de negociação entre os responsáveis pela organização do projeto migratório no solo suíço e o armador contratado que exigia deste um percentual do que havia sido cobrado.

Frédéric Frey formalizou em cartório suas diferenças com Brémond e ficou consignado que o julgamento das questões sobre a partida do último comboio de colonos seria feito

---

<sup>93</sup> BRÉMOND. [Correspondência]. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Basileia, 14 jul. 1819. carta n.5. FRIB 1818.1.13, p. 43.

<sup>94</sup> JOYE, 2005.

<sup>95</sup> BRÉMOND; FREY, Jacques-Frédéric. **Convention**. Basileia, 19 jul. 1819. FRIB 1818.1.13, p. 44, n. 6.

posteriormente em território suíço. Por sua vez, o diplomata suíço fez um protesto junto ao tribunal civil da cidade de Basileia no qual afirmou que o atraso na partida dos dois primeiros comboios se deveu unicamente a contravenções feitas pelo barqueiro e que o excesso de bagagens não deveria ser um obstáculo para o prosseguimento da viagem. Brémond ainda acusou Frey de negligência por ter saído de perto dos barcos às margens do Reno, onde foi abandonada uma caixa com vidros e ferramentas agrícolas totalmente quebradas.

Nas inúmeras cartas trocadas entre Francisco José Maria de Brito, que foi destacado para ser o responsável pela operação e acompanhar a saída dos novos colonos da Europa para o Brasil, e monsenhor Miranda, responsável pela operação no Brasil, é possível confirmar como a diplomacia portuguesa agiu com o intuito de minimizar os problemas encontrados pelos emigrantes.

Já ciente das dificuldades durante a estadia prolongada na Basileia, Francisco José Maria de Brito determinou que os comissários do Governo Português e dos governos cantonais que acompanhavam a colônia ao porto de embarque tomassem as medidas que achassem mais adequadas para manter a boa ordem entre os colonos e prevenir desavenças, como as que ocorreram em território suíço a respeito das caixas atiradas ao cais.<sup>96</sup>

Brémond pediu ao cavaleiro Brito que testemunhasse a seu favor no processo contra o empresário e o cônsul em Paris disse estar à disposição do colega de carreira, se oferecendo para ajudá-lo e disse acreditar que os magistrados suíços fariam justiça e acabariam com as pretensões do barqueiro.<sup>97</sup>

A discussão girou em torno do fato do empresário acusar o cônsul Brémond de não pagar pelo excedente de bagagens causado pelo transporte de suas mercadorias que partiriam no comboio com os suíços da Basileia até Roterdão e que seguiriam depois para o Brasil. Brémond somou ao processo uma carta escrita em três de junho de 1819 por Eugène Germain, genro de Frey, que ficou responsável por conduzir os colonos entre Estavayer e Roterdão, na qual admitiu ter recebido os recursos suficientes para o transporte dos emigrantes e que como pagamento ficaria com um terço do lucro do que foi pago.<sup>98</sup>

Não consta do processo provas de que os três barcos extras foram contratados devido ao excesso de bagagens da frota que saiu de Fribourg e de que a quantia paga para o transporte não cobriria todas as despesas. Além disso, o próprio genro do empresário não fez menção ao

---

<sup>96</sup> BRITO, Francisco José Maria de. [Correspondência]. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Basileia, 22 jul. 1819d, Adição ao Ofício 5. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>97</sup> FOURNIER, Louis. **Réponse pour Monsieur Brémond, consul général du Portugal en Suisse**: à l'exposé des griefs. Fribourg: François-Louis Piller. 1821.

<sup>98</sup> GERMAIN, 1819, p. 53.



volume excedente de bagagens ou de passageiros confirmando a normalidade das ações de Brémond.

O cavaleiro Brito ordenou que fosse feita uma investigação entre os colonos para que se descobrissem os envolvidos no atentado sofrido pelo cônsul Brémond na Basileia e que fossem extraídas cópias do teor do decidido e estas fossem remetidas ao cônsul de Portugal na Suíça. Consequentemente, os condenados deveriam ser excluídos do comboio da colônia.

A permanência em terra durante a estadia em Roterdão só seria permitida aos colonos que tivessem meios financeiros de fazê-lo; os que estivessem sem recursos deveriam ser mantidos dentro das embarcações. A estas pessoas, só seria permitido que os chefes de família descessem dos navios se acompanhados dos respectivos comissários cantonais e os moradores da cidade de paragem estavam proibidos de ajudá-los ou alimentá-los.

Em 30 de julho, os comboios chegaram a Dordrecht, mas o transporte também não estava pronto como combinado. Para evitar problemas com o grande número de suíços, as autoridades da cidade holandesa montaram um acampamento para os colonos à beira do pântano de Mijl, num povoado ao sul de Dordrecht. O tempo de espera para o embarque para o Brasil acabou se estendendo por 42 dias e estas pessoas, que a esta altura dispunham de um escasso número de bens, ficaram muito mal alojadas em terrenos úmidos, à beira dos portos holandeses.

Em seu diário de viagem, o pároco Jacob Joye narrou os difíceis momentos da estadia em Mijl. Teria sido neste sítio que os suíços padeceram com febres altas e incessantes, dores no corpo e na cabeça e distúrbios estomacais causados pelo contágio da chamada doença da bexiga, como era conhecida a varíola, e possivelmente malária que podem ter sido transmitidas pelo contato com os barqueiros e navios que era grandes disseminadores de doenças na época.

A acomodação acabou sendo feita às margens do rio onde dormiram sobre a terra ou em depósitos de cereais, de mercadorias e de lenha, locais constantemente molhados e insalubres. Acabaram acometidos pela moléstia, que desencadeou a grande mortalidade no mar, de que falarei adiante.<sup>99</sup>

A higiene no local do acampamento era precária, não havia água potável disponível e uma alimentação de baixa qualidade era oferecida aos colonos que faziam fila para receber as refeições. O cansaço da longa viagem deixou-os mais fracos e abatidos, o que facilitou que a malária fizesse vítimas. Neste improvisado acampamento, 39 pessoas morreram sem terem visto o mar.

---

<sup>99</sup> JOYE, 2005.

Durante este tempo passado na Holanda, novas despesas foram contraídas pelos responsáveis pelos colonos, com a vacinação dos viajantes para a prevenção de doenças como a varíola, alimentação, transporte para atendimento médico nas cidades próximas, a visita de médicos ao acampamento, o retorno de alguns doentes para a Suíça e custos com os barqueiros que estavam à disposição do traslado dos colonos. Nada disso fazia parte do planejamento da missão, que não previa uma paragem tão longa e os percalços que passaram no caminho. A esta altura, o mais importante era salvar o projeto e concluí-lo o quanto antes.<sup>100</sup>

As notícias dos problemas ocorridos ao longo do trajeto atravessaram fronteiras e chegaram a Paris, de onde, em 17 de agosto de 1819, o cavaleiro Brito escreveu a Lenersan acerca da precariedade do alojamento que foi preparado para os colonos às margens da cidade holandesa de S-Gravendeel, onde ficava Mijl.

O cavaleiro Brito disse ter certeza que Gachet tinha com ele o montante necessário para dar o devido suporte aos viajantes e evitar os problemas que estavam ocorrendo com doenças. A carta faz menção à necessidade de se vacinarem todas as crianças para que se evitasse o alastramento de moléstias que pudessem pôr em risco o sucesso da expedição. A reputação da corte Portuguesa estava em jogo e o embaixador estava disposto a fazer tudo para preservá-la.<sup>101</sup>

Apenas dois dias depois, Francisco José Maria de Brito comunicou que decidiu enviar a Roterdão o adido de Portugal em França e seu homem de confiança na embaixada, José Ignácio da Cunha Cândido, munindo-o de poderes suficientes para substituir Gachet devido à sua incapacidade de cumprir as obrigações existentes no contrato assinado no ano anterior pelo cônsul suíço e diminuir as dificuldades que encontrasse nos Países Baixos e acompanhar os colonos até o Rio de Janeiro.<sup>102</sup>

Em carta endereçada a José Ignácio da Cunha Cândido, Francisco José Maria de Brito mencionou a possibilidade de destituir Gachet do cargo e demiti-lo, mas também se mostrou preocupado com a repercussão que isso poderia causar entre as comunidades migrantes e qual seria a melhor maneira de agir para não comprometer o sucesso da empreitada, pois muitos colonos, apesar dos problemas que tiveram, ainda depositavam confiança no idealizador do projeto. Cabia a José Ignácio da Cunha Cândido, pedir a Gachet que se mantivesse em silêncio

---

<sup>100</sup> 4 DE JULHO de 1819, 2009.

<sup>101</sup> BRITO, José Maria de. [Correspondência]. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Paris, 17 agosto de 1819f. carta n. 8. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>102</sup> FRANÇA. EMBAIXADA DE PORTUGAL. *Ofício*. Paris, 19 ago. 1819a. carta n. 9. ANTT, MNE, Caixa 189.

sobre o ocorrido, sob pena de não receber a segunda parte dos honorários como combinado na assinatura do tratado.<sup>103</sup>

No dia seguinte, Francisco José Maria de Brito escreveu ao ministro dos Países Baixos, para pedir que não pusesse impedimentos à passagem dos colonos por aquele território, escolhido para ser o ponto de partida para o embarque dos colonos para o Brasil. Ele também avisou que o comboio seria acompanhado de comissários nomeados pelos Governos Cantonais que tinham a incumbência de manter a ordem entre os colonos e providenciar tudo o que lhes fosse necessário.<sup>104</sup>

Neste mesmo dia, José Ignácio da Cunha Cândido informou ao embaixador português em Paris, que se manteria firme no propósito de zelar pelo bem dos emigrantes e que não acreditaria em novas promessas feitas por Gachet. O mesmo também demonstrou preocupação com o excesso de bagagens que poderia “tirar o ar dos passageiros”. A solução para resolver este problema seria refazer os volumes e dar-lhes um “melhor arrumo” para poupar o vão da embarcação, deixando-o mais arejado.

A recomendação dada por José Ignácio da Cunha Cândido era de que os volumes que extrapolassem os limites combinados fossem pagos à parte pelos proprietários e embarcados nos navios, de maneira a não onerar o Erário português, mas sem contudo seguir o pedido feito por Brémont, de que as caixas fossem mandadas de volta aos seus cuidados, na Suíça. Vê-se que, até então, pensava-se que o excesso de bagagens teria sido causado pelos colonos e nenhuma suspeita caía sobre as reais intenções de Gachet e Brémont.<sup>105</sup>

Já em Roterdão, o adido português José Ignácio da Cunha Cândido, descreveu em sua carta ao Marquês de Marialva as suas primeiras impressões, após dois dias de sua estada na Holanda, sobre o estado dos colonos e o andamento do projeto e se mostrou otimista:

Ocupei-me puramente em visitar os navios, ver e provar os víveres e assegurar aos colonos, comissários, fornecedores (...) que se lhes faltasse com alguma coisa que me encarregaram extraordinariamente de vir ao porto de embarque para prestar-lhes todo o auxílio.<sup>106</sup>

Aproveitou a mesma carta para dizer que não se desviaria das recomendações que lhe foram dadas pelo marquês de Marialva, e que a baldeação dos colonos nos Países Baixos antes

<sup>103</sup> BRITO, Francisco José Maria de. [Correspondência]. Destinatário: José Ignácio da Cunha Cândido. Bruxelas, 23 ago. 1819a. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>104</sup> BRITO, Francisco José Maria de. [Correspondência]. Destinatário: José Ignácio da Cunha Cândido. Paris, 24 ago. 1819b. carta n.10. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>105</sup> CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Francisco José Maria de Brito. 27 ago. 1819a. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>106</sup> CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Francisco José Maria de Brito. Dordrecht, 7 set. 1819b. ANTT, MNE, Caixa 189.

de embarcarem nas naus portuguesas marchava a passos rápidos. Sobre a questão das bagagens, afirmou que seria mesmo uma árdua tarefa a ser resolvida, mas que iria fazê-lo e que tudo o mais seguia como exigia o *Real Serviço*.

Durante o período em que estiveram na Holanda, alguns fatos causaram grande embaraço diplomático e foram contornados pelos enviados da Coroa Portuguesa. Como exemplo disso, existe uma carta escrita por José Ignácio da Cunha Cândido na qual informou o seu superior em Paris que estava tratando com as autoridades da cidade de Dordrecht a matéria dos doentes que não poderiam embarcar; e que já havia negociado com o presidente do Senado da cidade o custo a ser pago por cada doente, levando em consideração o estado de pobreza que estes se encontravam. O responsável pela cidade aceitou cobrar a metade do valor normal pela diária de cada colono debilitado. O novo encarregado pela colônia em solo holandês disse acreditar que o número de doentes seria menor do que havia antes noticiado.<sup>107</sup>

Na mesma carta, José Ignácio da Cunha Cândido relatou que Gachet ainda não havia prestado contas das despesas realizadas que comprovariam ter gasto o adiantamento da metade do valor negociado pelo projeto e que, por este motivo, não deveria receber mais nenhum real até a devida comprovação. Foi neste momento que o adido português mudou o tom apaziguador das cartas anteriores e informou a Francisco José Maria de Brito ter descoberto o verdadeiro problema do excesso de bagagens.

Segundo o Encarregado dos Negócios portugueses, os navios que transportariam os colonos até o Brasil estavam abarrotados de *fazendas* que pertenceriam a Gachet e sugeriu o sequestro destes bens até que o cônsul suíço prestasse contas de todas as despesas extras que disse ter contraído em nome da colônia e que fizesse o pagamento das caixas contendo as mercadorias que tentava embarcar, de modo que tal prejuízo não recaísse sobre a Real Fazenda. Disse ele também que a expedição havia sido erradamente conduzida pelo cônsul suíço em todas as suas partes.

Finalmente veio a notícia de que os navios estavam prontos e aguardavam somente o vento favorável para zarpar de Dordrecht em direção a Amsterdão, de onde seguiriam com destino ao Novo Mundo.

Apenas três dias depois, uma nova carta de José Ignácio da Cunha Cândido deixou de lado o tom otimista e a questão dos doentes tornou-se um problema maior do que o esperado. O número de colonos enfermos já havia superado uma centena e a discussão entre ele e Gachet era sobre a responsabilidade de cuidar daquela gente. De acordo com o tratado nomeado de

---

<sup>107</sup> CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Francisco José Maria de Brito. Dordrecht, 7 set. 1819b. ANTT, MNE, Caixa 189.

Condições para o estabelecimento da colônia suíça no Brasil assinada em maio de 1818, a responsabilidade de Portugal com os colonos seria iniciada no momento que embarcassem nos navios com destino ao Brasil e que enquanto não tivessem dentro das naus, estariam os colonos sob a proteção dos governos cantonais de sua pátria-mãe.<sup>108</sup>

Em resposta, Gachet se eximiu da responsabilidade e disse que o tratamento dos doentes não lhe dizia respeito, pois se obrigava a transportar colonos e não a cuidar dos doentes. E que logo que saíram da Suíça estavam sob a proteção de Portugal e deviam por isso já serem considerados portugueses. “Repliquei-lhe que o mero fato de haverem os suíços partido da sua pátria, chamados por ele, Empresário, para passarem ao Brasil estava longe de dar-lhes o caráter de membros da Sociedade Civil de Portugal e que não era este o meio previsto no “Direito das Gentes”<sup>109</sup>.

Neste documento, o adido contou que as febres dos doentes não eram demasiado altas, mas intermitentes e acreditava que muitos doentes conseguiriam viajar na frota que em breve zarparia para o Brasil, o que mais tarde veremos que foi um grande erro, pois a doença, contagiosa, avançaria sobre os demais colonos. O cônsul Brémond permanecia com a sua reputação ilibada, e era tido como zeloso e prestativo por José Ignácio da Cunha Cândido, que comunicou que já estavam no porto daquela cidade dois navios prontos para zarpar, o *Daphne* e o *Urânia*, com os passageiros e mantimentos a bordo, à espera de bons ventos para a partida.

No mesmo porto, em Dordrecht, estavam também o *Catherine* e o *Debby-Elysa*, já abastecidos e com alguns colonos a bordo; e que seguiam para Amsterdão outras barcas com mantimentos e mais bagagens das famílias que ocupariam um novo navio a ser fretado.

Num ofício a monsenhor Miranda com data de nove de setembro de 1819, Brémond colocou a responsabilidade dos problemas que afligiram os colonos durante a estada na Holanda em seu sócio Gachet. Assim, o cônsul de Portugal na Suíça usou o seu círculo de relações diplomáticas para se proteger de futuras averiguações.<sup>110</sup>

Brémond reforçou o trabalho, as despesas e os perigos que correu para formar a colônia e enviá-la até Roterdão e pediu que tão logo chegasse o comboio ao Brasil, fossem feitos os acertos das despesas extraordinárias que tiveram de ser contraídas por si. Disse que considerava que o Marquês de Marialva tomou uma medida muito acertada ao ter enviado José Ignácio da

<sup>108</sup> JORNAL DE COIMBRA, Lisboa, v. 12-15, n. 80, pp. 63-66, 7 out. 1818.

<sup>109</sup> VATTEL, Emer de. **O Direito das Gentes**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 152. Esta opinião podia ser inspirada no *Droit des gens*; ou, *Principes de la loi naturelle appliqués à la conduite et aux affaires des nations et des souverains*. Obra célebre escrita em 1758 pelo diplomata, filósofo e jurista suíço Emer de Vattel, cujas teorias lançaram as bases do direito internacional e da filosofia política e consistia na aplicação do Direito Natural às nações, e os deveres de humanidade com os estrangeiros.

<sup>110</sup> FRANÇA. EMBAIXADA DE PORTUGAL. **Ofício**. Paris, 9 set. 1819b. ANTT, MNE, Caixa 189.

Cunha Cândido com os fundos necessários para socorrer a colônia. O cônsul também admitiu que tencionava formar em Nova Friburgo além de um empreendimento agrícola, uma manufatura de vidros, como a que tinha em Semsales, para seu filho, que serviria como um modelo para a colônia.

O cavaleiro Brito escreveu a José Ignácio da Cunha Cândido a reforçar que Lenerssen havia recebido um ofício do Marquês de Marialva pelo qual o encarregava de cuidar do tratamento e transporte dos suíços doentes e pobres e que estes deveriam voltar para a Suíça, tendo todas as despesas relativas a isso reembolsadas pelo governo português.<sup>111</sup>

Na mesma carta, informou também o adido, que estava a escrever para avisar da partida dos colonos para Muiden, cidade ao norte da Holanda e lhe pedir que providenciasse agasalho aos viajantes e prestar o auxílio ao embarque. Aguardava apenas a notícia do embarque dos colonos para deixar Bruxelas e voltar para a portuguesa em Paris.

Os colonos, mesmo que muito mal acomodados, foram pagos pelo tesouro português através dos cônsules envolvidos no projeto. O suporte dado aos doentes, as consultas médicas e as diárias das embarcações que ficaram paradas nos portos, também geraram custos não previstos e que não foram pagos pelos governantes suíços, foram integralmente assumidas pelos portugueses.

Brémond apresentou, em carta escrita no dia 10 de setembro de 1819 ao embaixador português em Paris, o comprovativo dos gastos feitos para socorrer os colonos indigentes na rota Basileia - Holanda. Esta quantia, que somava o montante de 5.036 francos, deveria ser adicionada ao que ainda faltava ser pago pela empreitada no Brasil.

Os integrantes do comboio não foram informados do que se passava nos bastidores da empreitada, nem faziam ideia dos problemas que ocorriam. Isto ficou muito evidente quando o padre Jacob Joye, que na época tinha 29 anos, disse acreditar que a longa permanência na Holanda se deveu às dificuldades que Gachet teve para obter os vistos necessários ao embarque de tantas pessoas.<sup>112</sup>

Um ano e quatro meses após a assinatura da criação da colônia de Nova Friburgo e vencidas todas as barreiras financeiras e burocráticas, fizeram vela os três primeiros navios com destino ao porto do Rio de Janeiro levando neles mais de 900 colonos, futuros habitantes da Fazenda do Morro Queimado.

---

<sup>111</sup> BRITO, Francisco José Maria de. [Correspondência]. Destinatário: José Ignácio da Cunha Cândido. Bruxelas, 11 set. 1819c. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>112</sup> JOYE, 2005.

É possível perceber o alívio com que José Ignácio da Cunha Cândido anunciou a partida da embarcação *Daphne*, levando perto de 200 colonos para a Nova Friburgo. No dia seguinte, partiriam os outros três navios: *Les Deux Catherins*, *Debby Elisa* e o *Urânia*. Teriam saído do cais por voltas das seis horas da manhã e com vento favorável rumo ao Novo Mundo.<sup>113</sup>

Os doentes que não puderam embarcar foram colocados no hospital de Dordrecht. Todas as despesas com fornecimentos e alojamentos seriam pagas posteriormente por Lenersan tendo em vista que alguns precisariam de alguns meses para estarem aptos a enfrentar a viagem de volta para a Suíça. Além disso, disse José Ignácio da Cunha Cândido que o restante dos colonos seria conduzido e embarcado em Amsterdão para onde um encarregado já havia seguido dois dias antes a fim de ultimar as provisões.<sup>114</sup>

Aqueles que se recuperavam, preferiam embarcar para o Brasil, o que aconteceria ainda em Dordrecht, onde estavam, ou seguiriam para Amsterdão e embarcariam nos próximos navios. José Ignácio da Cunha Cândido contou também que foi feita uma reunião com os cônsules Lenersan e Brémond e os comissários suíços para definir as medidas a serem tomadas com os que ainda estavam convalescidos, mas a discrepância de princípios entre as partes tornou a reunião ineficiente. Até mesmo a sugestão de ser montado um hospital de campanha português na Holanda foi feita, o que ficou, evidentemente, sem nenhum efeito. O funcionário da embaixada disse que as medidas por ele tomadas levaram em conta motivos de humanidade e da honra nacional de Portugal e os cônsules presentes assentiram unanimemente.

Queira V. Exa. Atentar no resultado da estada de dois mil suíços durante dois meses em um país doentio como a Holanda. Que desordem! E será ao nosso Governo que ele ousará atribuí-la?

Uma dúvida que o emissário levantou foi sobre como proceder com a demissão de Gachet, pedida pelo marquês de Marialva, por má conduta do cônsul. Até o último minuto temia-se que o desligamento de Gachet do projeto poderia prejudicar a formação da primeira colônia de suíços no Brasil, causando a desistência de colonos ou até mesmo o cancelamento da viagem, já que sem a perspectiva do lucro extra pretendido poderia não ser mais interessante seguir adiante com o projeto.

Peço a Deus que cheguem felizmente ao porto desejado para que Sua Majestade, nosso grande Monarca, se aplauda de ver e de perfilar estes seus novos vassalos.<sup>115</sup>

<sup>113</sup> CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Marquês de Marialva. Dordrecht, 11 set. 1819. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>114</sup> FRANÇA. EMBAIXADA DE PORTUGAL. **Ofício**. Paris, 11 set. de 1819c. ANTT, MNE, Caixa 189.

<sup>115</sup> CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Francisco José Maria de Brito. Dordrecht, 12 set. 1819d. ANTT, MNE, Caixa 189.

O primeiro navio a levantar âncora foi o *Daphne*, partindo de Roterdão no dia onze de setembro com 192 colonos a bordo. No dia seguinte, partiram o *Debby Elisa*, do mesmo porto com 233 colonos, seguido pelo *Urânia* e o *Dois Catarinas* com 437 e 357 respectivamente. Metade da colônia já estava no mar em direção ao Brasil.

Mesmo já tendo partido o primeiro dos navios, Gachet ainda não havia apresentado o balanço contábil, pelo que José Ignácio da Cunha Cândido afirmou que nada lhe seria mais adiantado sem que as formalidades fossem feitas e que seria impossível fazer a resenha dos erros capitais cometidos pelo cônsul.

Já no dia seguinte, os três outros navios seguiram seu caminho, levando quase 900 colonos. As embarcações deixaram o porto por volta das 8h da manhã, ao estrondo de artilharia e do grito dos colonos que comemoraram a partida com imensa alegria.<sup>116</sup>

Somente um mês depois, tempo suficiente para que muitos suíços se recuperassem dos problemas de saúde que tiveram, partiram os três últimos navios. No dia 10 de outubro partiram de Amsterdão o *Elizabeth Marie* com 228 colonos, o *Hereux Voyage* com 437 colonos e, por último, no dia 11 de outubro zarpou o *Camillus*, do porto de Den Helder, perto de Amsterdão com 322 colonos.

Partiram os colonos e ficaram os problemas a serem resolvidos por Lenersen, nos Países Baixos e por Brémond, na Suíça. Ficou convencionado que todas as despesas extras seriam descontadas no pagamento da segunda parcela que Gachet teria a receber quando entregasse o comboio com os colonos no Brasil. Dez dias depois da partida dos últimos navios, foram relatados possíveis atrasos no percurso devido ao mau tempo que atingiu a frota.<sup>117</sup>

---

<sup>116</sup> CÂNDIDO, 1819d.

<sup>117</sup> OFÍCIO à Corte. Bruxelas, 17 out. 1819. n. 16. ANTT, MNE, Caixa 189.



## 5 UMA TRÁGICA ODISSÉIA

Os sete navios se lançaram ao mar carregando os colonos suíços com suas bagagens, seus sonhos, seus medos e suas ambições. Depois da saída da Holanda, era preciso que os familiares e os organizadores da missão em solo europeu aguardassem notícias vindas de outras embarcações que cruzassem sua rota na imensidão do mar que separava o local do embarque ao destino final, ou esperar a chegada de todos no porto do Rio de Janeiro.

Os comandantes usavam pontos geográficos como referencial de direção e a cada confirmação dos marcos, como quando avistaram a Ilha da Madeira, havia grande comemoração. Além dos víveres que levaram para a viagem, os colonos e a tripulação também passavam o tempo a pescar, o que divertia os viajantes e os alimentava com comida fresca.

Quem melhor contou como se passaram os longos dias da travessia do oceano Atlântico foi o religioso Jacob Joye, que estava na nau *Urânia*, junto a outros 437 colonos. Em seu diário de bordo, o padre detalhou o dia a dia da jornada, desde a saída no dia quatro de julho de Estavayer-le-Lac, pelos rios suíços, até chegar às cidades portuárias holandesas, de onde partiu para o Reino do Brasil.

Segundo o pároco, os primeiros dias de viagem foram muito difíceis, com enjôos e vômitos causados pelo balanço do navio no mar, e muitas pessoas ainda a sofrer com as febres relacionadas ao mal que contraíram nos terrenos úmidos da cidade de Mijl. Dois dias após o início da viagem já haviam morrido dois colonos a bordo.<sup>118</sup>

Em um só dia sete corpos foram lançados ao mar, e o religioso decidiu omitir os atos fúnebres para não espalhar o pânico entre os passageiros. A cerimônia em geral era muito simples, um saco de areia era amarrado aos pés do falecido antes de cair das tábuas postas nas laterais do navio e ter o oceano como túmulo. Somente na embarcação *Urânia* foram realizados 109 atos fúnebres pelo padre Jacob Joye. Mas também houve momentos de festa e alegrias, como quando nasceu uma criança que teve seu batismo celebrado no convés na presença de todos os passageiros.<sup>119</sup>

Não eram apenas os problemas de saúde que preocupavam os passageiros e a tripulação, o mau tempo e outras intempéries, como a chuva e o vento também atormentavam os

---

<sup>118</sup> JOYE, 2005.

<sup>119</sup> O padre suíço Jacob Joye, que acompanhou toda a saga desde o período na Holanda até a chegada à Nova Friburgo, registrou no seu diário de viagem detalhes do dia a dia com os colonos e os responsáveis pela travessia. Suas anotações estão nos arquivos da Fundação D. João VI [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario\\_do\\_padre\\_jacob\\_joye](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=content:diario_do_padre_jacob_joye) e também no livro *A Gênese de Nova Friburgo* de Martin NICOULIN, 1995.

marinheiros. Uma tempestade quebrou um mastro do *Heureux Voyage* e quase o fez naufragar. Foi consertado pelos colonos marceneiros que estavam no navio. Num outro momento, os ventos pararam de soprar e a calmaria deixou o *Urânia* à deriva por algum tempo, atrasando a viagem em quatro dias. Algumas vezes acontecia o oposto, fortes rajadas empurravam os barcos no sentido contrário ao que precisavam ir o que prolongava a já complicada navegação.

As embarcações passaram pelo Canal da Mancha, Cabo Finisterra, na altura da Galícia, avistaram a África e posteriormente a Ilha da Madeira, onde o comandante constatou que os cálculos estavam corretos e seguiam no rumo certo, o que foi comemorado por todos, pois depositavam grande confiança naquele capitão, responsável por bem guiar todas aquelas vidas ao seu destino.<sup>120</sup>

A morte de crianças durante a viagem levou tristeza aos seus parentes, mas era a morte dos adultos que representava um verdadeiro drama para os viúvos e viúvas e os numerosos órfãos que tiveram que ser adotados por outras famílias, além de alterar muitas vezes o dinamismo na formação da colônia e o espírito do empreendimento dos fundadores da Nova Friburgo, numa estrutura de população familiar, com menos braços fortes dispostos a cultivar a terra e outros que acabariam por assumir famílias mais numerosas.

Ao todo, nas sete embarcações foram contabilizadas mais de 300 mortes, cujos corpos foram lançados ao mar, após simples momentos de despedida e sem pomposas cerimônias para evitar propagação de doenças. Durante o decurso também houve 14 nascimentos a bordo. Somadas as mortes que ocorreram na Holanda, na travessia do Atlântico e no Brasil na subida da serra, a baixa total superou os 25%. A chegada de todos os navios era anunciada no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* e depois replicada nos jornais europeus, com a devida demora na propagação das notícias.<sup>121</sup>

O primeiro navio chegou ao Brasil no dia quatro de novembro de 1819, após 55 dias de viagem. Quando enfim chegavam ao Rio de Janeiro, partiam para mais uma jornada de dezena de dias pela serra da capital do reino para a Fazenda do Morro Queimado, nova morada dos colonos.

A entrada da galera hamburguesa *Daphne* no porto brasileiro foi notícia da *Gazeta do Rio de Janeiro*, na sessão *Notícias Marítimas*, com data de seis de novembro de 1819.<sup>122</sup> Dava-

---

<sup>120</sup> JOYE, 2005.

<sup>121</sup> GAZETA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, n. 89/96-97/99/101, 1819; n. 12-13/55, 1820. Notícias Marítimas.

<sup>122</sup> Ibid.

se contada chegada da embarcação, vinda de Roterdão numa viagem de 47 dias e conduzindo 197 suíços para ocuparem o “agradável e fertilíssimo terreno de Nova Friburgo.”

O periódico não mencionou as mortes que aconteceram a bordo, um total de 31 vidas perdidas. É preciso lembrar que os jornais eram lidos não só no Brasil, mas atravessavam o Atlântico em direção à Europa, onde eram traduzidos em outros idiomas e funcionavam como propaganda do governo da coroa portuguesa.

No dia 26 de novembro chegou de Roterdão o navio *Debby Eliza*, após 76 dias de viagem com 233 suíços “*destinados a povoar e cultivar o riquíssimo terreno de Nova Friburgo (...) por bem dar aumento da população e riqueza deste abundantíssimo Continente.*”<sup>123</sup> De acordo com o que foi publicado, os colonos desembarcaram do navio na manhã seguinte e já estariam a caminho da colônia, na cidade de Tambí, descansando dos incômodos da exaustiva viagem.

O terceiro navio a zarpar foi também o terceiro a chegar, trazendo entre os passageiros o padre Jacob Joye. Dois dias após atracarem no porto, receberam a visita da família real juntamente com o monarca português, que deu as boas-vindas aos estrangeiros e foi saudado com entusiasmo pelos seus novos súditos.

Em seguida, *lançou ferros* a galera holandesa *Elisabeth Marie*, no dia sete de dezembro, vinda de Amsterdão com 228 suíços.<sup>124</sup> O *Hereux Voyage* jogou suas âncoras na Baía do Rio de Janeiro no dia 16 de dezembro proveniente de Roterdão com 432 suíços. Aos poucos iam chegando os novos súditos daquele longínquo reino.

Já era início do mês de fevereiro, mais precisamente dia quatro, quando depois de uma longa viagem com grande mortalidade a bordo, chegou o *Duas Catharinas*.<sup>125</sup> Junto com o navio veio a notícia de que a nau *Camillus* estava a caminho, após ter superado alguns problemas, o que traria grande alento aos interessados em notícias, em ambos os lados.

O último navio, desta que seria a primeira leva do projeto migratório suíço, chegou ao Rio de Janeiro em oito de fevereiro de 1820, quase quatro meses depois do seu embarque, trazendo entre os passageiros, o responsável pela empreitada, Sebastião Gachet. A embarcação encalhou num banco de areia, devido a um forte nevoeiro, e foi obrigada a aportar em Ramsgate, porto da Inglaterra, onde teve que permanecer atracada até a realização de reparos em sua estrutura.<sup>126</sup>

<sup>123</sup> GAZETA DE LISBOA, Lisboa, n. 55, 04 mar. 1820b.

<sup>124</sup> Id., n. 99, 11 dez. 1819a.

<sup>125</sup> Id., n. 12, 09 fev. 1820a.

<sup>126</sup> Id., n. 13, 12 fev. 1820b.

### 5.1 Do Sonho À Realidade: O Que Encontraram Os Suíços

Consta que na audiência que D. João VI concedeu ao padre Joye no palácio real, o monarca o indagou sobre o andamento da viagem. Quis saber informações sobre toda a organização, desde a saída da Suíça, o estado físico e o ânimo dos colonos que acompanharam o sacerdote no *Urânia*. O Rei teria demonstrado indignação com a forma como Gachet conduziu a empreitada e com o elevado número de mortes durante o trajeto lhe causou comoção. Em seu breve passeio pelo Rio, Joye se mostrou chocado com a desordem, o mau cheiro e a sujeira reinantes na cidade. A baixa qualidade das casas construídas também lhe causou estranheza, e por fim o pároco se declarou revoltado com o tratamento imposto aos escravos, que faziam todo tipo de serviço e estavam por todo o lado.<sup>127</sup>

As belezas naturais do Rio de Janeiro encantaram os novos colonos, desde a entrada dos navios na sua Baía. O colono Pierre Gendre observou que aquela cidade era a mais bonita do Novo Mundo, e o calor do Rio não era pior que o do jardim de sua casa no verão suíço. Mas o que mais chamou a atenção dos friburguenses foi a grande presença de escravos.<sup>128</sup>

Os negros chegam da África completamente nus, apenas com um pano em volta das cadeiras. Antes de comprá-los, os brancos os examinam como cavalos e os fazem correr, pular, dançar. A mercadoria humana custa entre 600 e 1.200 francos por peça. Os escravos são inteligentes, dóceis e robustos.<sup>129</sup>

O caminho pela serra entre o Rio de Janeiro e nova Friburgo não foi fácil. Apenas 24 léguas (em torno de 140 km) separavam o porto de chegada na Baía da Guanabara ao destino dos novos donos da Fazenda do Morro Queimado, mas tudo correu como planejado por Monsenhor Miranda, que escreveu, em francês e português, um manual sobre o trajeto de 10 dias de viagem. O inspetor da colônia julgou ser mais acertado realizar uma parada de cinco dias em Tambí, fazendo com que a jornada levasse dois dias a mais. Os doentes receberiam assim os cuidados necessários dados pelo médico, cirurgião e boticário, que estivessem entre os próprios colonos ou Monsenhor Miranda providenciaria um profissional para atendê-los, bem como tudo o que achassem necessário arranjar para o tratamento dos enfermos.<sup>130</sup>

Os colonos que não quisessem desfrutar dos 5 dias definidos para descanso e restabelecimento de saúde na subida da serra, como era previsto nas *Providências para a Jornada*, poderiam seguir viagem antes, devendo comunicar sua vontade ao responsável do

---

<sup>127</sup> JOYE, 2005.

<sup>128</sup> 4 DE JULHO, 2009.

<sup>129</sup> Ibid.

<sup>130</sup> MALHEIRO, Pedro Machado de Miranda. **Providências para a jornada da colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até a Nova Friburgo em Morro-Queimado no Distrito da Villa de S. Pedro de Canta-gallo.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

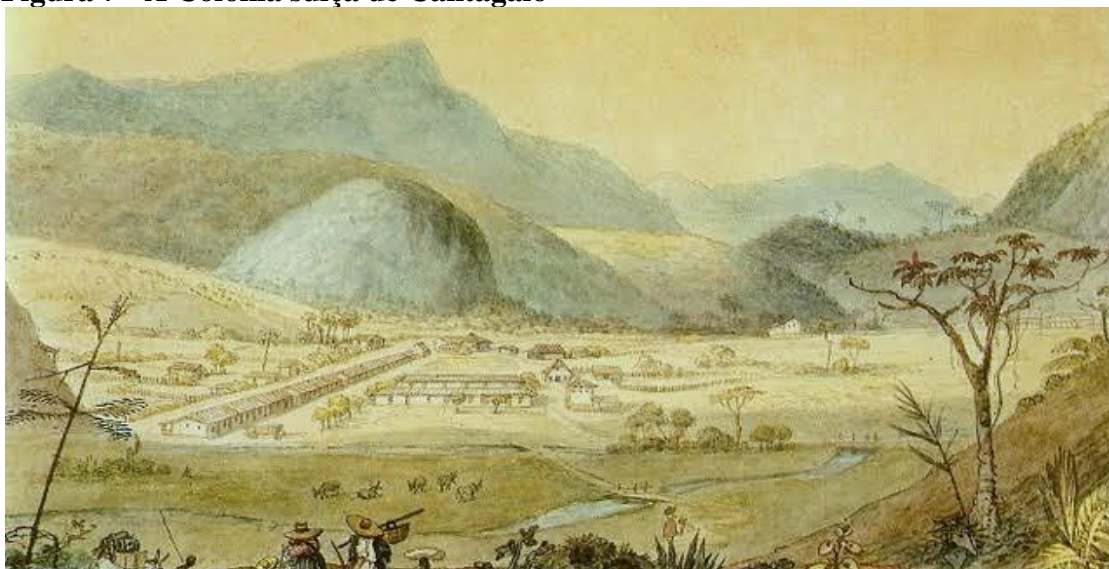
comboio, que teria que abastecê-los com os mantimentos suficientes para este itinerário e ajudá-los com o transporte a ser usado.

A ração média de alimentos calculada por pessoa era de meio quilo de pão ou biscoito e o mesmo peso em carne fresca, e uma quantidade de sal. O tempo de descanso serviria como uma espécie de quarentena e para aguardar a chegada dos que viessem nas outras embarcações.

Quando chegassem à colônia, os primeiros passos seriam, como previsto no Artigo 4º das Condições, a fundação de uma vila e duas aldeias. Sebastião Gachet havia recomendado que, enquanto os suíços não levantassem aquelas povoações, deveriam lhes ser erguidas barracas com dois ou três quartos e uma cozinha, mas o inspetor da colônia reiterou que Sua Majestade tinha mandado construir as cem moradas “*commodamente repartidas e arranjadas.*”

De acordo com o manual, haveria também na Real Fazenda de Morro Queimado uma casa nobre, em cuja grande varanda poderiam ser celebradas missas e os exercícios religiosos em seu oratório, enquanto os colonos não edificassem a igreja paroquial de São João Batista e as duas capelas, constantes dos Artigos 11 e 12 das mencionadas Condições. Haveria ainda uma casa para o inspetor da colônia, moinhos d’água, fornos, pontes e açougue.

**Figura 7 - A Colônia suíça de Cantagalo**



Fonte: DEBRET, Jean-Baptiste. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris: Firmin Didot Frères, 1835, p. 62. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em <http://bndigital.bn.br/acervodigital/>. Acesso em: 20 maio 2020.

Quando terminaram de subir a serra, pelas suas íngremes e enlameadas estradas, com a ajuda de carroças e carros-de-boi, alternando com pequenas embarcações para alguns trechos de rios, encontraram as 100 casas construídas. Os que lá chegaram primeiro precisaram melhorar as estruturas da vila enquanto aguardavam os demais, quando seria feita a divisão

definitiva das terras. Como se passaram quase 90 dias entre o ingresso da primeira e da última leva de suíços, os que inauguraram tiveram que ficar provisoriamente alojados e improvisar os meios de sustento.

As casas, com quatro cômodos, não possuíam cozinha e era suposto acenderem fogo do lado de fora das residências, mas como o verão é a época de fortes chuvas na região, os colonos tiveram que acender o fogo no interior das habitações.

O responsável pelo planejamento e execução das obras só chegou em Nova Friburgo em 4 de março, depois da chegada de todos os suíços e não junto com eles, como determinado pelo seu manual. Só então pôde ser iniciada a preparação dos terrenos para hortas e obras públicas, como a abertura dos canais, vias de acesso, etc.<sup>131</sup>

Os edifícios, sem teto ou vidraças, foram construídos por soldados, negros e índios numa planície próxima aos rios do Cônego e das Bengalas, de onde o acesso à água seria bem fácil. Quando quisessem, os colonos receberiam os gados e os grãos, que a eles estavam destinados a serem entregues.

Sua Majestade mandou dar aos novos súditos, recursos e mantimentos gratuitos para os três primeiros dias de sua residência em Morro Queimado e só a partir daí receberiam o apoio do Erário Régio até que se completassem os dois primeiros anos, tempo que acreditavam ser suficiente para usufruir das primeiras colheitas e do nascimento dos primeiros filhotes das criações próprias. Monsenhor Miranda encerrou o Manual dizendo:

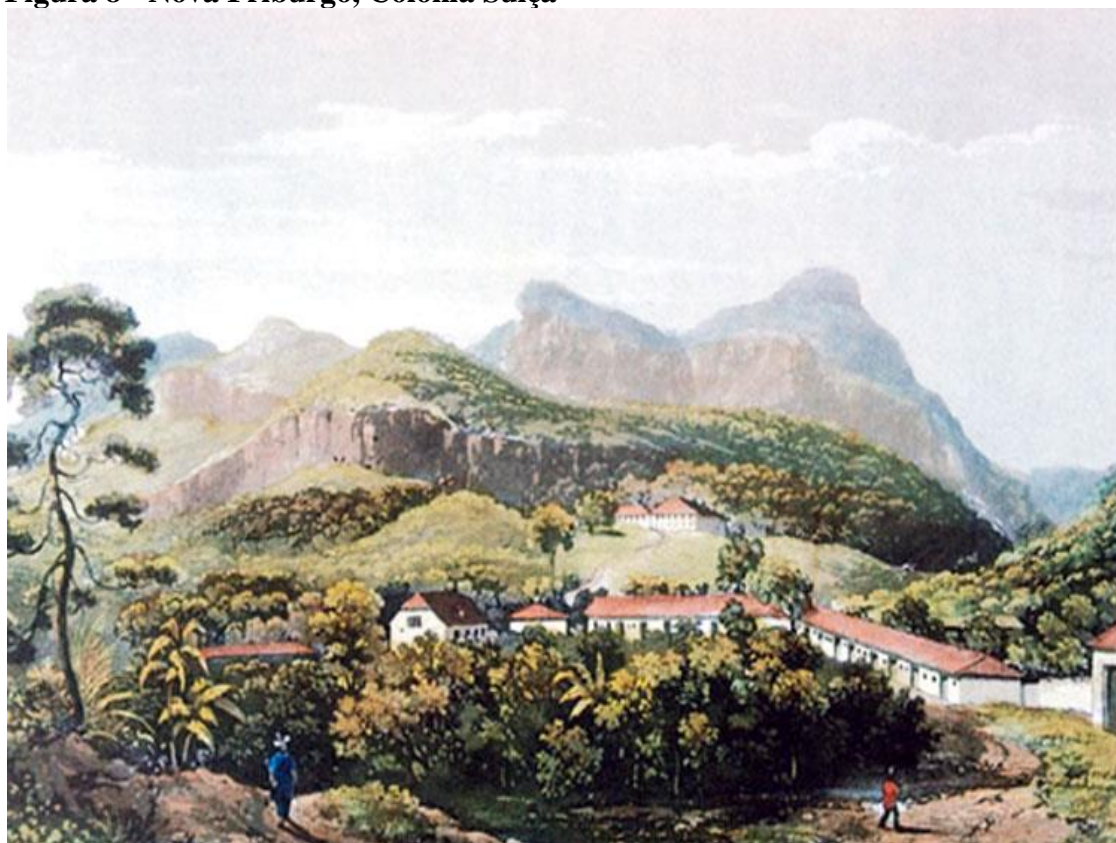
Em Morro-queimado é por hora tudo inculto e despovoado: mas é de se esperar que de tão fértil terreno se ache em pouco tempo arroteado pelos laboriosos Suíços, construídas fábricas, artes e ofícios em exercício e, em prática, muitos outros Estabelecimentos, que ao mesmo tempo enriqueçam os nossos novos compatriotas difundirão a indústria e o amor ao trabalho por todo o Brazil.<sup>132</sup>

---

<sup>131</sup> JOYE, 2005.

<sup>132</sup> MALHEIRO, 1819. p. 17.

**Figura 8 - Nova Friburgo, Colônia Suíça**



Fonte: STEINMANN, Johann Jacob. Novo Friburgo (Colônia Suíça, ao Morro Queimado). 1939. Gravura. Água-tinta e aquarela sobre papel, 11,9 x 16,8 cm. *Brasiliana Iconográfica*. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19425/novo-friburgo-colonia-suissa-ao-morro-queimado>. Acesso em: 20 maio 2020.

Como o número de suíços que chegou foi muito superior ao previsto pelas autoridades portuguesas, precisaram os imigrantes, se acomodar nas 100 casas com chão de terra que, ao invés de receberem uma centena de famílias com cerca de cinco moradores, passaram a acolher até 20 pessoas por residência. Muitos suíços se viram obrigados a conviver numa mesma casa com desconhecidos<sup>133</sup>. Visando amenizar o descontentamento criado com esta situação, o Monsenhor Miranda utilizou como critérios de agrupamento o vilarejo de origem e a religião e criou os termos “famílias agrícolas” ou “famílias artificiais”.

Embora constasse no Artigo I das *Condições* que todos os homens, mulheres e crianças deveriam ser adeptos do catolicismo, os organizadores suíços aceitaram um grupo de 190 colonos protestantes. Estes, durante a estadia na Holanda, criaram um comitê encarregado de regulamentar tudo o que tivesse ligação com a religião reformada, os cultos e a educação das crianças. Este grupo, composto por sete pessoas, deveria levar os anseios dos praticantes da religião reformada até o rei de Portugal e tentar, o quanto antes, conseguir com sua majestade

<sup>133</sup> Algumas famílias suíças possuíam algum tipo de laço afetivo, quer de relacionamentos ainda na terra mãe, quer por terem se conhecido durante a longa travessia.

o direito de realizar suas cerimônias religiosas com a presença de um eclesiástico e garantir o ensino de sua religião às crianças, bem como distribuir livros e bíblias entre os mesmos. Além disso, queriam também formar uma vila independente da Nova Friburgo, com outras concessões de terra além das fornecidas aos católicos.<sup>134</sup> Jacob Joye, em seus relatos, indicou a conversão de 15 praticantes da religião fundada por Lutero para a Igreja Católica no dia 30 de abril, mas ainda restariam 175 almas resistentes à mudança.

Os organizadores da colônia pensaram que a posição do Morro Queimado distante apenas 27 léguas a noroeste do Rio de Janeiro, 11 das quais se costumava fazer por mar, traria vantagens para o novo estabelecimento, pois favoreceria a exportação e consumo dos produtos cultivados nas lavouras locais, produzidos nas fábricas de tecidos e ofícios variados como alfaiataria e sapataria, que seriam fundadas pelos colonos.

Porém, a distância e as dificuldades de transporte para escoar a produção agrícola, a esta altura a colônia já fabricava queijo, pães e bolos e diversas frutas, deixaram os novos portugueses muito insatisfeitos. Como estavam isolados no alto da serra, as matérias-primas compradas pelos empresários locais acabavam sendo mais caras devido às dificuldades logísticas, e os produtos alimentícios demoravam muito tempo para serem vendidos no Rio de Janeiro e podiam já estragar antes mesmo de chegar ao destino. O caminho pela serra, no lombo de burros, era demorado e muito se perdia quando chovia, pois as estradas de barro ficavam intransitáveis.

Prevendo estas dificuldades, foi publicado em 12 de julho de 1819 no *Correio Braziliense*, (numa altura em que os novos colonos ainda estavam na Europa), um Decreto-Real que estabelecia dois mercados por mês e uma feira anual destinados a prover os artigos necessários para a sua subsistência, e a lucrar com o excedente<sup>135</sup>. Para tal, seria estabelecido um mercado nos dias primeiro e quinze de cada mês para transações mercantis, e uma feira entre os dias 24 e 26 do mês de junho em comemoração a São João Batista, santo padroeiro da cidade, com todos os privilégios e regalias concedidos às feiras francas, isentas de taxas. Seria um estímulo à atração de público interessado nas possíveis negociações.

Pouco depois da chegada e instalação dos colonos, Sua Majestade estabeleceu a criação da Vila de Nova Friburgo, desmembrada de Cantagalo com todas as prerrogativas e privilégios das demais vilas dos seus reinos e com a ordenação de dois juízes ordinários, sendo um para os

---

<sup>134</sup> GAZETTE DE LAUSANNE, Lausanne, n. 80, p. 3, 8 out.1819.

<sup>135</sup> CORREIO BRAZILIENSE, Londres, v. 12, n. 139, 1819b.



órfãos; três vereadores, um procurador do conselho, dois oficiais de tabelião, e todos os demais cargos necessários para o bom andamento de uma vila.<sup>136</sup>

O sorteio dos lotes de terra aconteceu apenas no dia 23 de abril de 1820, após a missa na presença de autoridades. Em uma cerimônia simples, os colonos retiraram um papel com o número do seu lote de dentro de um saco e receberam, sem nenhum ônus, a posse da sua terra prometida. Após o reconhecimento e demarcação de todos os terrenos, iniciaram a fase do desmatamento, que contou com a ajuda de mateiros portugueses para desbravar a mata fechada de florestas. Os que se sentiram prejudicados com terras improdutivas e sem condições de criar animais, puderam fazer uma reclamação formal às autoridades competentes e receberam outros terrenos que ainda estavam disponíveis.

O cronograma de desenvolvimento da colônia foi feito após reuniões e pesquisas realizadas pelos novos proprietários daquelas terras. Não era possível desperdiçar tempo ou as colheitas do ano seguinte, que garantiriam a subsistência daquela gente. Os imigrantes sabiam o que cultivar, quando e onde plantar. Era preciso preparar a terra e semeá-la antes da época chuvosa. Foi preciso ainda aos colonos construírem celeiros e arranjar suas casas, tarefa nada fácil para muitos que ainda estavam doentes com as moléstias que contraíram nas úmidas terras holandesas.

Nos meses seguintes foram registradas muitas mortes, o que chamou a atenção das autoridades portuguesas, que decidiram formar uma junta composta por três médicos, um francês e dois portugueses para investigá-las. Concluíram, então, que as febres altas e intermitentes teriam sido causadas em decorrência do período em que ficaram mal alojados nos Países Baixos. A dura realidade era a de que a colônia ainda perdia pais de família e seus pobres dependentes que, confusos, demoravam a conseguir reerguer os negócios.

De janeiro a junho de 1820, foram contabilizados mais 131 falecimentos. Com a chegada do período de estiagem, que aconteceu durante o inverno no hemisfério sul (junho a agosto), o clima seco favoreceu o restabelecimento dos doentes. Até virem novamente as fortes chuvas de verão, que, para desespero dos colonos, destruíram muitas benfeitorias, além de causar a morte de animais e alagar grande parte das lavouras.<sup>137</sup>

Se no momento da chegada ao porto do Rio de Janeiro o encontro com os negros, que transitavam pelas ruelas da cidade, provocou um verdadeiro choque cultural nos suíços, após

---

<sup>136</sup> PORTUGAL. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. **Leis e alvarás e cartas régias**, fl. 70, livro 3, 13 jan. 1820.

<sup>137</sup> O ANO de 1820. Nova Friburgo: Centro de Documentação D. João VI, 2018. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:o\\_ano\\_de\\_1820](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:o_ano_de_1820). Acesso em: 28 maio 2020.

um certo tempo os colonos se habituaram a esta novidade e usufruíram, também eles, da mão de obra cativa em suas lavouras. Algumas cartas escritas pelos imigrantes helvéticos para seus parentes e amigos que ficaram na Europa traziam relatos desta relação que não mais chocava os que contavam com os fortes braços destes trabalhadores, e consideravam este modelo um bom negócio. O padre Jacob Joye possuía escravos para realizar as tarefas domésticas.<sup>138</sup>

Se para o pequeno agricultor era dispendioso cuidar da terra e usar seus recursos para tentar vender o excedente na cidade, muito mais era para o governo custear toda a operação como: a travessia atlântica dos imigrantes, a compra da terra, a criação da infraestrutura para acolhê-los, a concessão de subsídios nos primeiros anos, a distribuição de sementes e animais. Sem falar nos custos para o estabelecimento e manutenção de uma administração pública, com a construção e mobília de prédios e pagamento das pensões a seus agentes.

## **5.2 Um balanço da colônia de Nova Friburgo: a sua divulgação nos jornais suíços e a criação da Sociedade Filantrópica Suíça (1821)**

Um ano após a chegada dos primeiros colonos, houve uma enchente causada pelo transbordamento do rio Bengalas durante o período das chuvas, que destruiu pontes e inundou casas, deixando a vila de Nova Friburgo mais parecida com um pântano.<sup>139</sup> Alguns imigraram para outras localidades ao pé da serra. Julgaram também, os colonos, que os subsídios recebidos não eram suficientes, nem a quantidade de sementes para o plantio, nem o número de animais distribuídos.

Os jornais helvéticos da época divulgaram, com frequência, notícias sobre os suíços que partiam, pois o assunto 'imigração' era de grande interesse para a população. As informações podiam ser censuradas, proibidas ou acompanhadas de avisos ou advertências com o intuito de evitar falsas promessas e propagandas enganosas.

Os periódicos *Journal du Jura*, *Journal Suisse*, *Gazette de Lausanne*, *La Feuille d'Avis* do cantão de Fribourg assumiram o papel de divulgar a colonização e buscaram provar, que os conterrâneos que partiram haviam conseguido vencer, apesar das adversidades. Ao publicarem cartas particulares dos emigrantes, socializavam as informações e amenizavam a saudade e a preocupação causadas pela separação. E todos compartilhavam os breves momentos de tranquilidade trazidos por uma carta vinda do Brasil.

---

<sup>138</sup> THOELE, Alexander. Descendentes de suíços quiseram por muitos anos esquecer sua tragédia. **Swissinfo**, 4 jul. 1819. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/service/search/por/45809052?query=descendentes+de+su%C3%AD%C3%A7os+quiseram+por+muitos+anos>. Acesso em: 28 maio 2020.

<sup>139</sup> MAYER, 2003.

Conhecendo a extrema e bem justa impaciência com a qual o público espera as notícias sobre a sorte dos colonos suíços que partiram para o Brasil, nos sentimos na obrigação de levar ao conhecimento de todos as informações que se seguem, cuja autenticidade é comprovada.<sup>140</sup>

Outro possível objetivo das cartas nas páginas dos jornais da época, considerados como porta-vozes dos governos cantonais e envolvidos direta e indiretamente no processo migratório era a obrigação que a imprensa sentia de provar que os que partiram tinham feito uma boa escolha e tido sucesso na busca de fortunas.

Estes jornais noticiaram igualmente o retorno de D. João VI para Portugal em 1821, devido às pressões causadas pelos que defendiam o retorno do rei ao seu país de origem e o restabelecimento do Pacto Colonial. A partir desta altura a colônia friburguense entrou em declínio. Os subsídios prometidos pela Coroa foram inteiramente cortados, e os colonos não tinham sequer a quem recorrer, pois Monsenhor Miranda pediu demissão do cargo e partiu para Lisboa acompanhando a comitiva de mais de três mil pessoas, que seguiram o monarca e a família real de volta ao continente europeu. Não foi nomeado pelo governo nenhum outro nome para se ocupar da colônia de Nova Friburgo.

As notícias não eram mais de otimismo, nem de esperança e preocupavam os conterrâneos. Um território imenso e desgovernado não seria mais um destino de sonhos para os suíços, e o Brasil já não significava também um destino católico no Novo Mundo, sobretudo depois da chegada dos germânicos protestantes em 1824. Os governos cantonais recebiam relatórios sobre a situação dos helvéticos no Brasil e constataram que eles foram abandonados à própria sorte.<sup>141</sup>

Em 1821, foi fundada pelo filantropo e viajante suíço Pierre Schmidmeyer, a Sociedade Filantrópica Suíça, que contava com o apoio de comerciantes, artistas, políticos e empresários de mesma nacionalidade espalhados por diversas partes do mundo, desde o Rio de Janeiro, Chile, Argentina e Estados Unidos e em vários países europeus, como Suíça e Inglaterra, onde mais tarde foi aberta uma representação da Sociedade para captar fundos da Europa e enviar ao Brasil.

Esta sociedade ficou responsável por socorrer e dar educação aos quase trezentos órfãos, que se encontravam sob a proteção de outros colonos e fazendeiros luso-suíços da região de Cantagalo e Nova Friburgo.<sup>142</sup> Também deveriam conseguir subsídios agrícolas para ajudar os mais necessitados. O pároco Jacob Joye foi nomeado presidente da Sociedade em Nova

---

<sup>140</sup> JOURNAL DU JURA, Bienne, 25 maio 1820.

<sup>141</sup> GAZETTE DE LAUSANNE, Lausanne, n. 88, p. 3, 30 out. 1821a.

<sup>142</sup> MAYER, 2003.

Friburgo. Todos os suíços interessados em acudir seus concidadãos, poderiam fazer as suas doações, devendo se inscrever no Comitê criado junto aos governos cantonais.

De igual modo, o governo de Fribourg, de onde saiu a maioria dos imigrantes, se ocupou de amenizar as dificuldades que a colônia passava no Brasil e propôs aos governantes de Berna, Lucerna e Soleure, uma coleta geral de dinheiro para socorrer os menos afortunados. Pediu também ao diretório federal a substituição de Gachet, “*infelizmente nomeado cônsul suíço no Rio de Janeiro*”.<sup>143</sup>

Quanto aos colonos, verifica-se que aqueles que tinham recebido lotes de terras de difícil cultivo, abandonaram as suas propriedades e se instalaram em outras regiões do Brasil. Já os que obtiveram algum sucesso na agricultura, acabaram por comprar os demais terrenos e/ou dividir o próprio lote dentro da família e ficaram na vila, que mais tarde alcançou o posto de cidade. O acúmulo de terras na mão de poucos proprietários alterou uma das características do projeto, que seria a pequena propriedade, com variação de culturas a serem plantadas. Mas muitos se tornaram produtores de café, algodão e açúcar. Estes itens eram cultivados em cidades com clima mais quente, localizadas principalmente no Vale do Paraíba, distante 200km de Nova Friburgo, às margens do rio Paraíba do Sul, grande polo cafeicultor da época.

Muitas famílias foram viver em fazendas distantes da colônia de Nova Friburgo, sendo, portanto, difícil manter os laços e tradições da terra natal. Com o tempo, os colonos acabaram por serem inseridos na cultura dos antigos habitantes do Brasil, como os comerciantes, agricultores dos grandes latifúndios cafeicultores, escravocratas e funcionários da administração pública a que tinham contato, assimilando seus hábitos e não passando a cultura europeia aos brasileiros, tal como era pretendido pelos envolvidos no projeto de imigração.

Atualmente, o cônsul geral da Suíça no Rio de Janeiro, Rudolf Wyss, avaliou que Nova Friburgo foi uma decepção para muitos imigrantes, pois a vila não estava totalmente preparada para recebê-los, a começar pela construção das habitações. Segundo ele, a terra não era tão fértil como prometido e todas as falsas ideias de recebimento de subsídios financeiros e possibilidade real de fazer fortuna com as colheitas eram infundadas. Sem falar que o cônsul Gachet foi “um intermediário pouco escrupuloso.”<sup>144</sup>

De fato, assim que chegou ao Brasil, Gachet caiu em desgraça. O Rei recusou-se a recebê-lo e abriu inquérito sobre a sua conduta. As faltas do cônsul suíço foram consideradas

<sup>143</sup> GAZETTE DE LAUSANNE, Lausanne, n. 99, p. 2, 7 dez. 1821b.

<sup>144</sup> POUILLAUDE, Christian. Nova Friburgo ou la première immigration suisse au Brésil. **Bom dia Brasil**, 4 out. 2019. Disponível em: <https://bomdiabrazil.com/nova-friburgo-ou-la-premiere-immigration-suisse-au-bresil>. Acesso em: 20 maio 2020.

pelas autoridades portuguesas muito graves e a má organização da viagem foi responsável pela longa permanência na Holanda, tornando-se um calvário para os emigrantes. Além disso, Gachet teria roubado o tesouro português e os colonos, fazendo-os pagar pelo trajeto da Suíça aos Países Baixos. A inquirição considerava ainda que o cônsul suíço, de comum acordo com Brémond, enganou o Rei, triplicando o número de emigrantes e recrutando protestantes.

Sebastião Gachet, teve suas credenciais diplomáticas cassadas devido ao fracasso da colonização de Nova Friburgo e à sua má conduta. Desde o período em que ainda estavam nos Países Baixos foi considerado pelos diplomatas portugueses como desorganizado e desonesto, por agir sem pensar no bem-estar do seu povo, ao qual um dia tinha se comprometido a ajudar. Morreu em 1846 no Brasil. Deixou esposa e dois filhos.

Quanto à Brémond, depois dos problemas ocorridos na Holanda, rompeu a sociedade com Gachet e desistiu de instalar sua fábrica de vidros em Nova Friburgo. Nunca conheceu a colônia brasileira que ajudou a fundar, mas conseguiu que a igreja construída para os colonos levasse seu nome e fosse uma homenagem a São João Batista, até hoje o santo padroeiro da cidade e seu dia é considerado feriado municipal. Caiu em desgraça aos olhos das autoridades suíças, que ficaram cientes da tentativa de enriquecer às custas dos seus concidadãos, e sobretaxando a viagem até os portos de saída para o Brasil. Contudo, conservou seu prestígio e posto diplomático junto dos governantes portugueses, que lhe concederam o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo em 1824.<sup>145</sup>

Neste ano, chegaram a Nova Friburgo 342 novos imigrantes destinados a povoar a decadente cidade e a ocupar alguns loteamentos abandonados pelos suíços ou pertencentes ao Erário Régio. Esta nova leva, composta por germânicos, liderados por um pastor da religião reformada, fundaram a primeira igreja luterana do Brasil e a primeira da América Latina. Os homens solteiros do grupo foram aliciados para integrar o batalhão de soldados estrangeiros formado pelo Governo Imperial.<sup>146</sup>

A Nova Friburgo de hoje é uma cidade de quase 200 mil habitantes, das 8ª e 9ª gerações de imigrantes. Se firmou como polo da indústria têxtil no Estado do Rio de Janeiro, além de ser uma referência no turismo e no cultivo de flores e plantas ornamentais. Muitos moradores ainda

<sup>145</sup> SOSNOWSKI, Jean-Claude. Brémond, Jean-Baptiste-Jérôme, **Charlesfourier.fr**, set. 2011. Disponível em: <http://www.charlesfourier.fr/spip.php?article924>. Acesso em: 20 maio 2020.

<sup>146</sup> MÜLLER, Armino L. **Os Colonizadores alemães em Nova Friburgo**. Nova Friburgo: Centro de Documentação D. João VI, 29 jan. 2010. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:imigrantes\\_alemaes](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:imigrantes_alemaes). Acesso em: 20 maio 2020.

carregam os sobrenomes de seus primeiros habitantes. Mas a cidade não tem as características da vila suíça imaginada pelos primeiros imigrantes.<sup>147</sup>

Algumas datas marcantes da época de imigração são festejadas até aos dias de hoje em Nova Friburgo, mesmo que muitos desconheçam a origem. Um primeiro movimento pela valorização cultural aconteceu em 1918, quando a cidade completou 100 anos. Os festejos duraram uma semana e foram marcados pela celebração de uma missa campal em praça pública e apresentações de música e dança seguidos por uma exposição de itens agrícolas. Era uma forma de comemorar e ao mesmo tempo promover a cidade como a Suíça Brasileira.<sup>148</sup>

Em maio de 2018, na ocasião do bicentenário da assinatura das Condições para a criação da colônia suíça, houve uma maior mobilização na cidade visando uma reaproximação com o passado. A prefeitura da cidade, o consulado suíço e grupos de familiares dos descendentes suíços se uniram para preparar os festejos que aconteceram ao longo de um ano, com a presença de personalidades políticas e representantes da cultura dos dois países. Foram realizados concertos de música, apresentações de dança, festivais gastronômicos e feiras que, para muitos, representou o primeiro contato com a nação helvética.

Verificamos que continua a haver dissensões em relação às efemérides a comemorar: uns consideram mais importante a data da chegada do último comboio de suíços, outros a assinatura do documento com as condições para o estabelecimento da colônia, e outros ainda defendem a data em que Monsenhor Miranda fez o sorteio dos lotes. Há ainda uma corrente que defende que a data mais importante deveria ser o 4 de julho, quando o maior comboio de emigrantes entrou nos barcos no lago de Estavayer de onde passariam ao rio Reno, atravessariam a Europa Central rumo à Holanda, com destino ao Brasil.

O consulado geral da Suíça no Rio de Janeiro e algumas associações de moradores e descendentes dos suíços de Nova Friburgo tentam resgatar a cultura e as tradições de seus fundadores promovendo encontros, festas temáticas e usando as redes sociais como forma de unir as novas gerações, e recuperar a memória da epopeia que foi a fundação da primeira colônia formada por não portugueses no Brasil.

---

<sup>147</sup> NOVA FRIBURGO. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. **A Cidade**, 22 out. 2014. Disponível em: [https://www.pmnf.rj.gov.br/pagina/1\\_A-Cidade.html](https://www.pmnf.rj.gov.br/pagina/1_A-Cidade.html). Acesso em: 20 maio 2020.

<sup>148</sup> As comemorações do centenário de Nova Friburgo foram notícia no periódico local intitulado A voz da Serra, BOTELHO, 2017.

## 6 CONCLUSÃO

A análise do presente estudo demonstra a relevância da diplomacia e como a sua prática gera efeitos concretos no cotidiano das pessoas, podendo servir para o fomento de atividades econômicas, exploração de uma determinada região, processos migratórios entre tantas consequências.

Com a assinatura das Condições sob as quais Sua Majestade o rei D. João VI permitiu a ida, inicialmente, de 100 famílias suíças para as suas terras no Novo Mundo, mas explicitamente ao Reino do Brasil, para onde a Corte havia se transferido e vivia desde que cruzaram o oceano em fuga das tropas napoleônicas, D. João VI pretendia não somente ocupar o imenso território, protegendo-o das investidas de estrangeiros interessados em suas riquezas. Tratava-se do início de um projeto traçado por pessoas ligadas à Corte, como nobres e ministros que queriam iniciar um processo de branqueamento da população local e disseminar o modo de viver com os costumes e tradições dos europeus. Seria uma maneira de dar àquele promissor território uma identidade que fosse semelhante as suas raízes lusitanas e não mais como uma colônia de exploração com a hegemonia populacional negra composta por escravos africanos e seus descendentes.

O projeto visava também ensinar novas técnicas de agricultura aos portugueses que lá viviam, baseada na pequena propriedade, patrocinando a fundação de pequenas vilas que logo se tornariam cidades autossuficientes com um ativo comércio e composta por mão de obra especializada. Isto resolveria problemas de abastecimento e da dependência da importação de itens alimentares e do setor têxtil, com a fabricação de tecidos, por parte dos suíços, bem como outros produtos que a Coroa ainda precisava comprar dos parceiros comerciais ou trazer de suas demais colônias ou do Velho Continente, para atender aos desejos de uma nobreza acostumada ao luxo.

A vontade do monarca português veio de encontro a uma necessidade latente de sobrevivência do povo suíço castigado por um longo período de más colheitas, provocado por uma catástrofe climática seguida por fome e frio. Esse foi sem dúvida o gatilho que fez lançar ao Atlântico milhares de pessoas de todas as idades em busca de uma melhor oportunidade.

Através das cartas diplomáticas encontradas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa e na Biblioteca Cantonal de Fribourg, na Suíça, foi possível comprovar a importância deste projeto para a Coroa Portuguesa, que empenhou muitos esforços e recursos para realizá-lo.

Esta dissertação pretende demonstrar a necessidade de estudos prévios antes da definição de um projeto da importância que tinha este, migratório, com acompanhamento próximo do desenvolvimento da ação para evitar que, como no caso do presente estudo histórico, frustrando as expectativas iniciais não só do Governo Português, bem como dos imigrantes que, acreditando num futuro melhor, lançaram-se ao desconhecido e desafiador Mundo Novo.



## FONTES

### 1- FONTES IMPRESSAS

ARAÚJO, João Raymundo de. **Nova Friburgo: a construção do mito da suíça brasileira (1910-1960)**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

CORREIO BRAZILIENSE, Londres, v. 12, 1814.

CORREIO BRAZILIENSE, Londres, v. 22, n. 131, abr. 1819a.

CORREIO BRAZILIENSE, Londres, v. 22, n. 139, 1819b.

COSTA, João Paulo; RODRIGUES José Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da expansão e do império português**. Lisboa: A Esfera dos livros, 2014.

GAZETA DE LISBOA, n. 99, 11 dez. 1819a.

GAZETA DE LISBOA, n. 192, 1819b.

GAZETA DE LISBOA, n. 12, 09 fev. 1820a.

GAZETA DE LISBOA, n. 13, 12 fev. 1820b.

GAZETA DE LISBOA, n. 55, 04 mar. 1820.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, n. 89/96-97/99/101, 1819; n. 12-13/55, 1820. Notícias Marítimas.

GAZETTE DE LAUSANNE, Lausanne, n. 80, out. 1819.

GAZETTE DE LAUSANNE, Lausanne, n. 88, 30 out. 1821a.

GAZETTE DE LAUSANNE, Lausanne, n. 99, 7 dez. 1821b.

JORNAL DE COIMBRA, Lisboa, v. 12-15, n. 80, 7 out. 1818.

JORNAL DE COIMBRA, Lisboa, n. 80, 1819.

JORNAL DE COIMBRA, Lisboa, n. 80, Part. II. 1820.

JOURNAL DES DÉBATS POLITIQUES ET LITTÉRAIRES, Paris, 5 dez. 1818.

JOURNAL DU JURA, Berna, n. 47, 21 nov. 1818.

JOURNAL DU JURA, Berna, 25 maio 1820.

MALHEIRO, Pedro Machado de Miranda. **Providências para a jornada da colônia dos suíços desde o porto do Rio de Janeiro até a Nova Friburgo em Morro-Queimado no Distrito da Villa de S. Pedro de Canta-gallo**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

MARRETO, Rodrigo Martins. **A Escravidão velada**: a formação de Nova Friburgo na 1ª metade do século XIX. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MAYER, Jorge Miguel. **Raízes e crises no mundo caipira**: o caso de Nova Friburgo. 2003. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

PORTUGAL, Tomás Antonio de Villa-Nova. **Alvará da criação da Villa de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

SANGLARD, Gisele. De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.b10, n. 1, p. 173-202, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **O Império luso brasileiro: 1750-1822**. Lisboa: Ed. Estampa. 1986. v. 3.

## 2 – FONTES MANUSCRITAS

BRITO, Francisco José Maria de. **[Correspondência]**. Destinatário: José Ignácio da Cunha Cândido. Bruxelas, 23 ago. 1819a. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

BRITO, Francisco José Maria de. **[Correspondência]**. Destinatário: José Ignácio da Cunha Cândido. Paris, 24 ago. 1819b. carta n.10. ANTT, MNE, Caixa 189.

BRITO, Francisco José Maria de. **[Correspondência]**. Destinatário: José Ignácio da Cunha Cândido. Bruxelas, 11 set. 1819c. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

BRITO, Francisco José Maria de. **[Correspondência]**. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Paris, 13 jun. 1819d. carta n. 5. ANTT, MNE, Caixa 189.

BRITO, Francisco José Maria de. **[Correspondência]**. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Basileia, 22 jul. 1819e, Adição ao Ofício 5. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

BRITO, José Maria de. **[Correspondência]**. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Paris, 17 agosto de 1819f. carta n. 8. ANTT, MNE, Caixa 189.

CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. **[Correspondência]**. Destinatário: Francisco José Maria de Brito. 27 ago. 1819a. ANTT, MNE, Caixa 189.

CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. **[Correspondência]**. Destinatário: Francisco José Maria de Brito. Dordrecht, 7 set. 1819b. ANTT, MNE, Caixa 189.

CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. **[Correspondência]**. Destinatário: Marquês de Marialva. Dordrecht, 11 set. 1819c. ANTT, MNE, Caixa 189.

CÂNDIDO, José Ignácio da Cunha. **[Correspondência]**. Destinatário: Francisco José Maria de Brito. Dordrecht, 12 set. 1819d. ANTT, MNE, Caixa 189.

FRANÇA. EMBAIXADA DE PORTUGAL. **Ofício**. Paris, 19 ago. 1819a. carta n. 9. ANTT, MNE, Caixa 189.

FRANÇA. EMBAIXADA DE PORTUGAL. **Ofício**. Paris, 9 set. 1819b. ANTT, MNE, Caixa 189.

FRANÇA. EMBAIXADA DE PORTUGAL. **Ofício**. Paris, 11 set. de 1819c. ANTT, MNE, Caixa 189.

GACHET, Sebastião Nicolao. **[Correspondência]**. Paris, 5 jun. 1819. 1 carta. ANTT, MNE, Caixa 189.

OFÍCIO à Corte. Bruxelas, 17 out. 1819. n. 16. ANTT, MNE, Caixa 189.

### 3 – OUTRAS FONTES

O ANO de 1820. Nova Friburgo: Centro de Documentação D. João VI, 2018. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:o\\_ano\\_de\\_1820](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:o_ano_de_1820). Acesso em: 28 maio 2020.

BOTELHO, Janaína. Como foram os festejos do centenário de Nova Friburgo? **A Voz da Serra**, 10 ago. 2017. Disponível em: <http://acervo.avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/como-foram-os-festejos-do-centenario-de-nova-friburgo>. Acesso em 20 maio 2020.

COLÔNIA Helvética. **Suíços do Brasil**, [ca2020]. Disponível em: <https://www.suicosdobrasil.org.br/Helvetia>. Acesso em: 5 maio 2020.

CANTÕES suíços recrutam colonos. **SWI Swissinfo.ch**. 14 maio 2009. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/cant%C3%B5es-su%C3%AD%C3%A7os-recrutam-colonos/875202>. Acesso em: 20 maio 2020.

FAMINE en Suisse après une éruption volcanique en 1815: que signifierait une telle catastrophe aujourd'hui? **Académie Suisse des Sciences Naturelles (SCNAT)**, 01 jun. 2015. Disponível em: [https://scnat.ch/fr/uuid/i/f559977d-62d9-5c7b-9515-de589f014371-Famine\\_en\\_Suisse\\_apr%C3%A8s\\_une\\_%C3%A9ruption\\_volcanique\\_en\\_1815\\_%E2%80%93\\_3\\_que\\_signifierait\\_une\\_telle\\_catastrophe\\_aujourd'hui](https://scnat.ch/fr/uuid/i/f559977d-62d9-5c7b-9515-de589f014371-Famine_en_Suisse_apr%C3%A8s_une_%C3%A9ruption_volcanique_en_1815_%E2%80%93_3_que_signifierait_une_telle_catastrophe_aujourd'hui). Acesso em: 20 maio 2020.

HIRSCHY, Fernando. A Exuberância que chocou os suíços. **SWI swissinfo.ch**. 4 jul. 2018. Disponível em: [https://www.swissinfo.ch/por/economia/empresa-migrat%C3%B3ria\\_a-exuber%C3%A2ncia-que-chocou-os-su%C3%AD%C3%A7os/44270560](https://www.swissinfo.ch/por/economia/empresa-migrat%C3%B3ria_a-exuber%C3%A2ncia-que-chocou-os-su%C3%AD%C3%A7os/44270560). Acesso em: 28 maio 2020.

OS INDIOS de Sumidouro. **Sumidouro Online**, [c2021]. Disponível em: <http://sumidouro.chez.com/indios.htm>. Acesso em: 07 jul. 2020.

JOYE, Padre Jacob. **Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819**. 2. ed. Friburgo: Associação Fribourg, 2005. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?4cmd=object:o\\_diario\\_de\\_jacob\\_joye.pdf&action=download](http://www.djoaovi.com.br/index.php?4cmd=object:o_diario_de_jacob_joye.pdf&action=download). Acesso em: 20 maio 2020.

MÜLLER, Armindo L. **Os Colonizadores alemães em Nova Friburgo**. Nova Friburgo: Centro de Documentação D. João VI, 29 jan. 2010. Disponível em: [http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:imigrantes\\_alemaes](http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:imigrantes_alemaes). Acesso em: 20 maio 2020.

NOVA FRIBURGO. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. **A Cidade**, 22 out. 2014. Disponível em: [https://www.pmnf.rj.gov.br/pagina/1\\_A-Cidade.html](https://www.pmnf.rj.gov.br/pagina/1_A-Cidade.html). Acesso em: 20 maio 2020.

POUILLAUDE, Christian. Nova Friburgo ou la première immigration suisse au Brésil. **Bom dia Brasil**, 4 out. 2019. Disponível em: <https://bomdiabrazil.com/nova-friburgo-ou-la-premiere-immigration-suisse-au-bresil>. Acesso em: 20 maio 2020.

QUAND la peine de mort a-t-elle été abolie? **Helvetia Historica**, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://helvetiahistorica.org/2018/03/18/peine-de-mort-suisse/>. Acesso em: 19 maio 2020. QUAND des suisses ont emigre au Brésil. **20 Minutes**, 11 out. 2016. Disponível em: <http://www.20min.ch/ro/news/monde/story/Quand-les-Suisses-tentaient-d-emigrer-au-Bresil-20887523>. Acesso em: 5 maio 2020.

4 DE JULHO de 1819: adeus pátria. **SWI swissinfo.ch**, 14 maio 2009. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/4-de-julho-de-1819--adeus-p%C3%A1tria/875204>. Acesso em: 28 maio 2020.

REICHLIN, F. Le Consul Sébastien-Nicolas Gachet. **Revue Historique Vaudoise**, Lausanne, v. 5, n. 2, p. 58, 1897. Disponível em: <https://sept-legacy.imgix.net/2018/02/brasey-bresil-sebastien-nicolas-gachet.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

SEBASTIEN-NICOLAS Gachet : 1770–1846: Paris, França. **Suíços do Brasil**, [ca. 2020]. Disponível em: <https://www.suicosdobrasil.org.br/sbastien-nicolas-gachet>. Acesso em: 5 maio 2020.

SIMOND, Gilles. Les Suisses ont faim. **24Heures**, Lausanne, 18 mar. 2012. Disponível em: <https://www.24heures.ch/val-de-aargue/1816-Les-Suisses-ont-faim/story/15283992>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SOSNOWSKI, Jean-Claude. Brémont, Jean-Baptiste-Jérôme, **Charlesfourier.fr**, set. 2011. Disponível em: <http://www.charlesfourier.fr/spip.php?article924>. Acesso em: 20 maio 2020.

THOELE, Alexander. Descendentes de suíços quiseram por muitos anos esquecer sua tragédia. **Swissinfo**, 4 jul. 1819. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/service/search/por/45809052?query=descendentes+de+su%C3%AD%C3%A7os+quiseram+por+muitos+anos>. Acesso em: 28 maio 2020.

## BIBLIOGRAFIA

- ARLETTAZ, Gérald. La Suisse: terre d  migration et d  immigration. **Panorama**, p. 21, jun. 2000.
- ATTINGER, Gilles. **Dictionnaire historique de la Suisse**. Hauterive : Ed. G. Attinger. 2014. t. 4.
- AVIS aux colons pour le Brésil. Fribourg, 14 jun. 1819, p. 7. FRIB 1818.1.13. Manuscrito original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg, Suíça.
- BACCI, Massimo Livi. 500 Anos de demografia brasileira: uma resenha. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2002.
- BOHRER, Nelson. **Certo rei chamado João**. Nova Friburgo: Centro de Documentação D. João VI, 2014.
- BOURGOIN, Gaston. Le Voeu du consul Jean-Baptiste-Jérôme Brémond. **Nouvelles   trennes Fribourgeoises**, Fribourg, 1941.
- BRÉMOND. [**Correspondência**]. Destinatário: Mr. Le Chevalier de Lenersan (cônsul português na Holanda). Basileia, 14 jul. 1819. carta n.5. FRIB 1818.1.13.
- BRÉMOND; FREY, Jacques-Frédéric. **Convention**. Basileia, 19 jul. 1819. FRIB 1818.1.13.
- BROMWELL, William J. **History of imigration to the United States (1819-55)**. New York: Redfield, 1856.
- CAIR  , José da Silva Lisboa. **Memórias dos benefícios políticos do governo D  El-Rei Nosso Senhor D. João VI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Impressão Regia. 1940.
- CAMPOS, Gustavo Barreto. **Dois séculos de imigração no Brasil**: imagem e papel social dos estrangeiros na imprensa. Curitiba: Appris, 2019. v. 1.
- CARTA de Monsenhor Miranda    M. Brémond. **Pi  ces Justificatives**, n. 1. FRIB 1818.1.13
- CARTA Régia do Illmo. Monsenhor Miranda, encarregando-o da inspeção do estabelecimento dos suíços. **Jornal de Coimbra**, Lisboa, n. 80, 1819.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Munique: Drei Masken Verlag, 1992.
- CONDITIONS sous les quelles Sa Majesté Tr  s-Fid  le a bien voulu accorder    Mr. Sébastien Nicolas Gache. Fribourg, 13 jan. 1818. FRIB 1818.1.13.
- COUTINHO, Dom Rodrigo de Sousa. **Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)**. São Paulo: HUCITEC. 2015.
- COUTO, Jorge; VIANA, Francisco; COELHO FILHO, Luis Walter. **Abertura dos portos 200 anos**. Salvador: Associação dos Usuários dos Portos da Bahia, 2008.

CRUTZEN, P. J. Albedo enhancement by stratospheric sulfur injections: a contribution to resolve a policy dilemma? **Climatic Change**, v. 77, n. 3-4, 2006.

DECLARAÇÕES e obrigação de Sebastião Nicoláo Gachet. Rio de Janeiro, 5 maio 1818. **Jornal de Coimbra**, Lisboa, n. 80, 1819.

DOMINGUES, Ângela. **Monarcas, ministros e cientistas: mecanismos de poder, governação e informação no Brasil colonial**. Lisboa: CHAM, 2012. (Coleção Estudos & Documentos, 15)

DUCOTTERD, Georges; LOUP, Robert. **Terre! Terre!** Fribourg: La Sarine, 2018.

UN FAIT peu connu de L'émigration au Brésil de 1819. In: BOURGOIN, Gaston. Le Voeu du consul Jean-Baptiste-Jérôme Brémond. **Nouvelles Étrennes Fribourgeoises**, Fribourg, 1941.

FOLKLORE SUISSE. Basileia, 1976. Cota 66-71.

FOLKLORE SUISSE, 1976. Cota: J 1460, A. App. 11-16

FOURNIER, Louis. **Réponse pour Monsieur Brémond, consul général du Portugal en Suisse**: à l'exposé des griefs. Fribourg: François-Louis Piller. 1821.

GERMAIN, Eugene. [Correspondência]. Destinatário: João Baptista BRÉMOND. Lucerne, 3 jun. 1819. 1 carta. FRIB1818.1.13. Original do acervo da Biblioteca Cantonal de Fribourg, Suíça.

GOMES, Laurentino. **1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 2014.

HENRIOUD, Marc. L'année de la misère en Suisse et plus particulièrement dans le Canton de Vaud. **Revue Historique Vaudoise**, Lausanne, n. 25, 1917.

HISTÓRIA e documentos do estabelecimento d'uma nova colonia de suissos no Reino do Brasil: Districto de Cantagallo: R. Fazenda do Morro Queimado: 27 léguas do Rio de Janeiro. **Jornal de Coimbra**, Lisboa, n. 80, 1819

HOFBAUER, Andreas. **Uma História de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

HOWARD, Luke. **The Climate of London**. Londres: Harvard College Library. 1833. v. 2.

JACCOUD, Raphael Luiz de Siqueira. **História contos e lendas da velha Nova Friburgo**. Nova Friburgo: Múltipla Cultural, 1999. v. 2.

MACCORD, Marcelo. Mão de obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiências, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 57, p. 151-185, 2018.

MACEDO, Jorge Borges de. **O Bloqueio continental**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1990.

MATTHEWS, Henry. **Diary of an invalid**: being the journal of a tour in pursuit of health in Portugal, Italy, Switzerland, and France, in the years 1817, 1818, and 1819. Londres: John Murray, 1824.

MISCELLANEA HELVETICA, n. 9, 18719. t. 43.

MONNIER, Victor. Bonaparte et les constitutions de la Suisse, (1797-1803), *In*: CHERKAOUI, Mohamed. **Histoire et théorie des sciences sociales**: mélanges en l'honneur de Giovanni Busino. Geneve: Droz. 2003.

MOURA, Carlos Francisco. Relações entre Macau e o Brasil no século XIX. **Boletim do Instituto Luís de Camões**, Macau, v.7, n. 2, Verão, 1973.

NESBITT, Nick. **Universal emancipation**: the haitian revolution and the radical enlightenment. Virginia: Ed. Universidade de Virginia, 2008..

NEWHALL, C.; SELF, S.; ROBOCK, A. Anticipating future volcanic explosivity index (VEI) 7: eruptions and their chilling impacts. **Geosphere**, v. 14, n. 2, 2018.

NICOULIN, Martin. **A Gênese de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

NORTON, Luiz. **A Corte de Portugal no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1938.

OPPENHEIMER, Clive. Climatic, environmental and human consequences of the largest known historic eruption: Tambora volcano (Indonesia) 1815. **Progress in Physical Geography**, Los Angeles, v. 27, n. 2, p. 230-259, 2003.

PETEAN, Antonio Carlos Lopes. O Racismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, v. 7, n. 2, dez. 2012.

PORTUGAL. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. **Leis e alvarás e cartas régias**, fl. 70, livro 3, 13 jan. 1820.

POWER and mercy in the ring of fire. **WorldKids**, 05 mar. 2018. Disponível em: <https://kids.wng.org/node/3222>. Acesso em: 03 jun. 2019.

RAFFLES, Sophia. **Memoir of the life and public services of Sir Thomas Stamford Raffles**. London: John Murray, 1830.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina**: a história não contada: a mulher que arquitetou a independência do Brasil. Portugal: LeYa, 2017.

RODRIGUES, José Damião. **Da periferia insular às fronteiras do Império**. Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 17-43, 2010.

SANTOS, Nilton Pereira dos. **A Fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do segundo reinado (1860-1889)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz *et al.* **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

SILVA, Alberto da Costa e. **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

TELLES, Patricia D. **O Cavaleiro Brito e o conde da Barca: dois diplomatas portugueses e a missão francesa de 1816 ao Brasil**. [s. l.]: Documenta, 2019.

TRAITÉ d'association: conclu entre Mr. Brémont et Mr. Gachet. In: FOURNIER, A.; BRÉMOND, Baptiste Jérôme; FREY, Frédéric. **Réponse pour Monsieur Brémont, Consul-général du Portugal en Suisse, à l'Exposé des griefs et moyens de Monsieur Frédéric Frey...** Fribourg: François-Louis Piller. [1821]. FRIB 1818.1.13

TRIGO, Ricardo M. Iberia in 1816: the year without a summer. **International Journal of Climatology**, v. 29, n. 1, 2009.

VATTEL, Emer de. **O Direito das gentes**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

VEYRASSAT, Béatrice. Les Suisses et La Suisse au Brésil (1817-1930): le renouvellement des communautés de'affaires ou le recul de l'influence économique de la suisse française. **Etudes et Sources**, Berne, n. 21, 1995.

WALTER, François. Le Temps des révolutions (1750-1830). In: WALTER, François. **Histoire de la Suisse**. Neuchâtel: Alphil, 2010. t. 3.

WOOD, Gillen D`Arcy. **L'année sans été: Tambora, 1816: le volcan qui a changé le cours de l'histoire**. Paris: La Découvert, 2016.

YANG, Alexander Chung Yun. O Comércio dos "Coolie" (1819-1920). **Revista de História**, São Paulo, v. 56, n. 112, p. 419-428, 1977.